



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



Projeto Pedagógico do Curso:
Bacharelado em
Planejamento Territorial



Versão atualizada em 02/02/2017, contemplando correções descritas em CI CECS nº 020/2017, apresentadas como informes na I Sessão Ordinária do **ConCECS** (13/02/2017) e na II Sessão Ordinária da **CG** (16/03/2017), sendo posteriormente aprovada na IV Sessão Ordinária do **ConsEPE** (09/05/2017).

SÃO BERNARDO DO CAMPO
2017

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Klaus Capelle

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Paula Ayako Tiba

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Annibal Hetem Junior

Vice-Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Harki Tanaka

Coordenação do Curso de Planejamento Territorial¹

Profa. Dra Carolina Moutinho Duque do Pinho (Coordenadora)

Profa. Dra Vanessa Lucena Empinotti (Vice Coordenadora)

Equipe de Trabalho

Profa. Dra Mariana Mencio

Profa. Dra Rosana Denaldi

Profa. Dra Sandra Irene Momm Schult

Profa. Dra Silvana Maria Zioni

Profa. Dra Carolina Moutinho Duque do Pinho

Profa. Dra Vanessa Lucena Empinotti

Divisão Acadêmica do CECS

Vagner Guedes de Castro

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
2 DADOS DO CURSO.....	5
3 ATOS LEGAIS.....	5
4 APRESENTAÇÃO.....	5
5 PERFIL DO CURSO	7
5.1. Justificativa	8
5.1.1 Globalização e Urbanização: Os Desafios para o Planejamento e Gestão dos Territórios	9
5.1.2 A Formação de Planejadores Territoriais	10
5.1.3 Padrões de Qualidade MEC/SESU e Referências ENADE.....	11
5.1.4 A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial	12
6 OBJETIVOS DO CURSO	13
7.1 Forma de Acesso ao Curso.....	14
7.2 Regime de Matrícula	15
8 PERFIL DO EGRESO	15
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
9.1 Fundamentação Legal	16
9.2 Referenciais curriculares	19
9.3 Regime de Ensino.....	19
9.4 Estratégias Pedagógicas	23
9.5 Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação.....	26
10 DISCIPLINAS.....	29
11 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO.....	33
11.1 Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT).....	33
11.2 Iniciação científica	33
11.3 Monitoria acadêmica.....	34
11.4 Semana de Integração Universitária (SIU).....	34
11.5 Programas de mobilidade nacional e internacional	34
11.6 Incentivo à aprendizagem de língua estrangeira	35
11.7 Programa de Assistência ao Docente	35
11.8 Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação.....	35
11.9 Ações extensionistas	36
12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	36

13 ESTÁGIO CURRICULAR	38
14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	40
16 INFRAESTRUTURA	42
16.1 Os Laboratórios	42
16.2 A Biblioteca	42
16.3 Os Recursos Tecnológicos	44
17 ACESSIBILIDADE	44
18 DOCENTES	45
18.1 Núcleo Docente Estruturante	46
19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	47
20. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	49
Referências	50
Notas	50

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07.722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC e dá outras providências.

Dados da publicação: Diário Oficial da União nº 58, de 26 de março de 2015, Seção 1, página 2.

2 DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado em Planejamento Territorial

Diplomação: Bacharel em Planejamento Territorial

Carga horária total do curso: 2772 horas

Tempo mínimo e máximo para integralização: O tempo mínimo de integralização do curso é de 4 anos, conforme definido pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. O tempo máximo de integralização é de 8 anos, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 166, de 08 de outubro de 2013.

Estágio: Não obrigatório

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas: 76 (matutino 38 e noturno 38)

Campus de oferta: São Bernardo do Campo (SP)

3 ATOS LEGAIS

- Resolução ConsUni nº 79, de 31 outubro de 2011 - Aprova a criação do curso de formação específica Bacharelado em Planejamento Territorial.
- Resolução ConsEPE Nº 143, de 29 de novembro de 2012 - Aprova o projeto pedagógico do Bacharelado em Planejamento Territorial.
- O MEC (Ministério da Educação) até o presente momento não estabeleceu padrões de qualidade ou referências específicas para cursos em nível da graduação em Planejamento Territorial.

4 APRESENTAÇÃO

No ano de 2004 o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC - UFABC. Essa Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2005 com o nº 11.145, datada de 26 de julho de 2005. Foi alterada pela Lei nº 13.110 de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015.

Seu projeto de criação ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social no sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência propondo uma matriz interdisciplinar para formar os novos profissionais com um conhecimento mais abrangente e capaz de trafegar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública e gratuita nesta região e a UFABC é o projeto concretizado após todo esse esforço.

No contexto da macropolítica educacional, a região do ABC apresenta grande demanda por ensino superior público e gratuito. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes e uma oferta de vagas insuficiente nas instituições de Ensino Superior sendo a grande maioria privada.

Um pequeno percentual das instituições de Ensino Superior da região do ABC desenvolve atividades de pesquisa, a maioria dedica-se apenas ao ensino. A UFABC visa, precisamente, preencher essa lacuna de oferta de educação superior pública e pesquisa científica na região. Da mesma forma, a extensão tem um papel de destaque na inserção regional da UFABC, por meio de ações que disseminam o conhecimento e a competência social, tecnológica e cultural na comunidade.

A UFABC é uma Universidade multicampi, prevendo-se que suas atividades se distribuam em pelo menos 3 campi. Atualmente está em funcionamento o campus Santo André e de São Bernardo do Campo.

A UFABC tem por objetivos:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para atingir esses objetivos, a atuação acadêmica da UFABC se dá nas áreas de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, visando à formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira, bem como na promoção e estímulo à pesquisa científica, tecnológica e a produção de pensamento original no campo da ciência e da tecnologia.

Ainda, um importante diferencial da UFABC, que evidencia a preocupação da Universidade com a qualidade, é o seu quadro docente composto exclusivamente por doutores, contratados em Regime de Dedição Exclusiva.

O novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC, válido para o período de 2013 a 2022, elenca como fundamentos conceituais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI): ética e respeito; excelência acadêmica; interdisciplinaridade e inclusão social. Já os princípios estruturais são: bacharelados interdisciplinares, como único acesso à graduação; ausência de departamentos; sistema quadrimestral de ensino e desenhos modernos e flexíveis dos cursos.

Os Bacharelados Interdisciplinares da UFABC – Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) e Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) – são as únicas portas de entrada da Instituição para a graduação, sendo partes constituintes obrigatórias para os seus cursos de formação específica.

O Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) é um dos cursos da área de Ciências Humanas e Sociais que está vinculado ao Bacharelado Interdisciplinar (BI) de Ciências e Humanidades. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), nesse sentido, contempla as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental propostas pelo projeto pedagógico da universidade, conforme exposto no item subsequente sobre o perfil do curso.

5 PERFIL DO CURSO

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC está organizado a partir de uma abordagem interdisciplinar, a qual permite uma formação que transita por assuntos pertinentes ao desenvolvimento social, econômico e institucional, fundamentais para a compreensão crítica das relações socioespaciais e das questões de planejamento e gestão territorial. Ou seja, formação necessária para capacitar o aluno a atuar no enfrentamento das complexas questões do planejamento e gestão territorial emergentes, que caracterizam o atual contexto de desenvolvimento e urbanização. Nesse sentido, o BPT se apoia em três planos de conhecimento, compreensão e habilidades: o das dinâmicas territoriais brasileiras, como o principal âmbito de atuação; o das redes técnicas, seus

territórios e processos de organização; e o das diferentes escalas espaciais onde se dão as práticas do planejamento e gestão.

O BPT guarda afinidades e articulações com algumas formações e bacharelados da UFABC, tais como Políticas Públicas, Ciências Econômicas, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia de Gestão e Relações Internacionais, cujos conteúdos compõem elementos essenciais para a reflexão sobre os processos de produção social do espaço, bem como as bases técnicas e científicas do planejamento territorial. No entanto, por reconhecer essas afinidades, o curso visa também uma formação orientada para as experiências e práticas do planejamento, as quais exigem do profissional diversas habilidades para a sua atuação, como a mediação de conflitos e visão estratégica, ou seja, capacidade de gestão, comunicação e avaliação.

O desenvolvimento de habilidades multifuncionais, cultura abrangente, conhecimentos ampliados e criatividade, dão condições ao aluno para obter uma formação acadêmica que o capacita para atuar com planejamento e gestão territorial. O setor empresarial, as organizações governamentais e não governamentais, os movimentos sindicais, sociais e culturais, constituem áreas de trabalho do profissional com formação em Planejamento Territorial, além das possibilidades de acesso ao serviço público brasileiro, municipal, estadual ou federal.

Assim, após a conclusão no BC&H, o aluno poderá optar pela continuidade de formação em graduação no BPT. Aliado ao conhecimento de teorias e metodologias de planejamento, ordenação e gestão do território, o curso busca traçar percursos de formação inter-relacionadas e abrangentes, de modo a desenvolver tanto as habilidades necessárias para tratar de aspectos político-institucionais de intervenções espaciais, quanto à capacitação para as práticas prospectivas de desenvolvimento territorial.

5.1. Justificativa

A implantação na UFABC da formação de graduação em Planejamento Territorial, ainda inédita no Brasil, justifica-se por diversos aspectos que orientaram e fundamentaram a consolidação do PPC. Os aspectos relacionados para justificar o projeto compreendem: (i) a condição atual mundial e brasileira de grandes transformações territoriais oriundas da urbanização e globalização; (ii) o déficit na formação de nível superior no Brasil na área de planejamento urbano e regional voltados tanto para a área pública, mercado e organizações; (iii) as regulamentações profissionais relacionadas à área de planejamento e gestão dos territórios; (iv) o papel e o potencial da UFABC para pôr em prática inovações institucionais no campo do ensino superior brasileiro. Esses aspectos são descritos nos tópicos a seguir.

A criação de um Bacharelado em Planejamento Territorial está também alinhada com a tendência internacional de inovar na formação de profissionais responsáveis pelo planejamento das áreas rurais, das cidades e das (macro, meso e micro) regiões. As universidades internacionais de ponta têm procurado ampliar as habilidades e competências destes profissionais, tradicionalmente enraizadas no campo da engenharia, da arquitetura e da geografia, com áreas de conhecimento como a economia, as ciências ambientais, as ciências sociais e humanas e a ciência política. Esta formação prepara o profissional para uma aprendizagem contínua ao deparar-se com as rápidas

transformações socioeconômicas, demográficas, ambientais e tecnológicas que moldam os territórios no século XXI².

5.1.1 Globalização e Urbanização: Os Desafios para o Planejamento e Gestão dos Territórios

Os processos socioeconômicos oriundos da globalização definiram novas formas de articulação entre cidades, regiões e nações, reconfigurando os territórios na rede global. O aumento da mobilidade de pessoas, de informações, de mercadorias e de capitais, característicos dessa nova fase de desenvolvimento capitalista, modificou a base econômica de cidades, regiões e países. A maior mobilidade do capital e das empresas leva a uma competição explícita entre os lugares, em diversas escalas, que são vistos agora também com a função estratégica de propiciar um bom ambiente para fazer negócios, explorar e criar novas possibilidades de desenvolvimento.

As mudanças oriundas da globalização repercutiram também nas formas de organização do espaço, tanto urbano como rural, assim como nas cidades entre si, sejam as localizadas em aglomerações metropolitanas ou não. A organização dos espaços tende para configurações cada vez mais expandidas, ou até mesmo difusas, em redes urbanas e produtivas. O crescimento espacial das metrópoles, por exemplo, já não se realiza apenas por dilatação concêntrica, mas também pela integração de áreas cada vez mais afastadas, formadas por cidades periféricas, aglomerados destinados à habitação, ao emprego ou à produção de mercadorias. Essa condição aumenta a descontinuidade espacial e dificulta a definição clara entre as fronteiras do que é urbano ou rural.

O planejamento territorial é visto para além do ordenamento e controle do crescimento de cidades, e sim como fundamental da política de desenvolvimento, tanto do ponto de vista do estado, como do mercado e das organizações. Dentre outras questões, para o estado é fundamental a articulação e integração de políticas e recortes de regulação setoriais e de infraestrutura, assim como uma visão estratégica de desenvolvimento equilibrado entre regiões, com base em investimentos. Para o mercado, o posicionamento na rede produtiva e a logística da produção, circulação e comercialização de mercadorias incidem nas condições de competitividade. Para as organizações e instituições, na sua área de atuação, representação e regulação, implica em processos de negociação e governança.

O alcance do nível de desenvolvimento territorial pretendido dependerá da capacidade de instituições, organizações, empresas e do estado em gerir recursos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, da adoção de novas formas de articulação entre atores públicos e privados, e de novas formas de governo e gestão. Dependerá também da adoção de políticas de cooperação e de novos arranjos institucionais para a gestão do território, nas suas diversas escalas.

A esse conjunto de desafios, somam-se as condições históricas da urbanização do país, que culminam em uma agenda complexa em torno do tema do planejamento territorial. Essa condição requer uma abordagem interdisciplinar que reconheça tanto o papel da história e da geografia na formação específica do espaço brasileiro, como as múltiplas imbricações, frequentemente contraditórias, entre economia, política, meio ambiente, direito, sociologia, urbanismo e engenharia. No entanto, muitos municípios e organizações,

especialmente os de médio e pequeno porte, não contam com profissionais capacitados para compreender a complexidade desses problemas e de atuarem na busca de suas soluções. Assim, o BPT justifica-se pela necessidade de formar profissionais capazes de dialogar com as demandas da sociedade que surgem nas escalas local, regional, nacional e internacional.

A formação no BPT busca sanar o descompasso entre a carência na formação de graduação com foco no planejamento e na gestão dos territórios, e os desafios no país associados à questão. Para tanto, dará ênfase para o estudo de temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento socioespacial sustentável do Brasil, como, por exemplo, a urbanização e integração de assentamentos precários, o planejamento e gestão de áreas rurais e regiões interioranas, a gestão de áreas metropolitanas e a formulação e implementação de estratégias em territórios marcados por conflitos entre as agendas ambiental e urbana, social e econômica.

5.1.2 A Formação de Planejadores Territoriais

A partir de um contexto de crescente urbanização e globalização, em que as condições econômicas, sociais e ecológicas tornam-se interdependentes, é evidente a presença de planejadores em diversas esferas de atuação. Essa necessidade está representada pela coordenação de ações obtida a partir de uma abordagem mais integrada e de uma estratégia que reconheça as inter-relações e seus efeitos numa perspectiva de longo prazo (AESOP, 2010).

Outra razão para o aumento do interesse no planejamento reside na necessária mediação e regulação das ações sobre o território. As últimas décadas mostraram que o mercado muitas vezes não pode oferecer soluções eficazes para as diferentes necessidades de infraestrutura e outros serviços comuns. As deficiências do mercado também se refletem nas demandas para o planejamento, que visa estabelecer um quadro mais estável para a tomada de decisão relativa ao desenvolvimento local, urbano, rural e regional (AESOP, 2010).

Em alguns países, essa resposta tem sido dada pela oferta de cursos nas áreas de planejamento em nível de graduação, mestrado e doutorado. Na Europa, por meio do Tratado de Bolonha, adotou-se a formação em ciclos de bacharelado e pós-graduação de 3, 4 e 5 anos. A *Association of European Schools of Planning – AESOP*³ tem acompanhado essa evolução, e em 2010 publicou um relatório que avalia a trajetória dos cursos relacionados com a área de planejamento urbano e regional. Segundo o estudo, a aceitação na Europa das mudanças de ciclos (Bolonha) e da separação do planejamento de outras formações tradicionais, tem encorajado as universidades e instituições nacionais a se adequarem a essas tendências (GEPPERT & COTTELA, 2010). O sistema de credenciamento e reconhecimento da formação em nível de graduação em *planning* está condicionado aos Estados Membros da União Europeia – UE.

Nos EUA e Canadá existem ofertas de cursos relacionados com *urban, regional, environmental planning*. Nos EUA existe uma organização de credenciamento das escolas em nível de graduação e pós, denominada *Planning Accreditation Board*⁴. Em diversos

países tais como Austrália, Índia, México, África do Sul entre outros, existem cursos de graduação com essas características.

No Brasil não existem cursos de graduação com foco no planejamento e gestão dos territórios, estando essa formação e habilitação profissional abordada em diferentes cursos, tais como: arquitetura e urbanismo, geografia, engenharias, economia, administração, sociologia e políticas públicas.

Essa demanda por formação profissional na área, no entanto, é suprida em grande parte pelos inúmeros cursos de pós-graduação existentes no país⁵ e que se consolidaram, ao longo das últimas décadas, buscando complementar a formação dos profissionais que se formam nos cursos tradicionais oferecidos pelas universidades brasileiras.

Se a existência do grande número desses cursos mostra, por um lado, uma forte demanda na área, por outro, implica no fato de que, por serem de pós-graduação, impõem a esses profissionais um longo período de formação, visto que os mesmos têm que cursar uma graduação para depois, numa pós-graduação, adquirirem, de fato, a formação necessária e pretendida. Essa condição define a formação do planejador em cerca de 7 anos, gerando assim uma carência de profissionais de formação básica para atuarem na área.

5.1.3 Padrões de Qualidade MEC/SESU e Referências ENADE

O MEC - Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Superior (SESu), responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, até a presente data, não estabeleceu padrões de qualidade ou referências específicas para cursos em nível da graduação em Planejamento Territorial, entretanto o BPT já consta do seu Cadastro de Instituições e Cursos da Educação Superior.

Apesar de não existir outro curso semelhante ao Bacharelado em Planejamento Territorial, com a natureza específica multidisciplinar que abrange várias áreas do conhecimento, tais como noções de direito, geografia, geologia, sociologia e planejamento urbano e rural, o projeto pedagógico do curso contém temáticas associadas ao projeto pedagógico de cursos já existentes, que envolvem formações tradicionais, tais como Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Engenharia e Economia.

Neste sentido, vale ressaltar que a interface entre os projetos pedagógicos gera igualmente aproximações entre as atuações profissionais dos egressos do planejamento territorial e dos cursos de formação específica, regulamentada por meio de várias leis que disciplinam através dos Conselhos o exercício das profissões de arquiteto e urbanista (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), engenheiro, geógrafo e agrônomo (Conselho Federal de Engenharia) e economia (Conselho Federal de Economia). De outro lado, ressaltamos a existência de alguns cursos que apresentam semelhanças em relação ao Bacharelado em Planejamento Territorial, sobretudo, na abordagem multidisciplinar⁶.

De outro lado, ressaltamos a existência de alguns cursos que apresentam semelhanças em relação ao Bacharelado em Planejamento Territorial, sobretudo, na abordagem

multidisciplinar. Neste sentido, destacamos a criação em 2009⁷ do programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, pertencente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um curso de graduação que articula várias unidades do CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI).

Da mesma forma, identificamos recentemente, por meio de uma reunião conjunta entre os coordenadores dos cursos⁸, a existência de outros três cursos de graduação semelhantes ao planejamento territorial: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)⁹; Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA)¹⁰ e Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)¹¹.

5.1.4 A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial

O curso de BPT coaduna com a proposta da UFABC de oferecer cursos, especialmente de graduação, consonantes com as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho na contemporaneidade. Isso tem implicado, muitas vezes, em ultrapassar os limites dos cursos de graduação oferecidos por outras universidades que reproduzem o mesmo formato, cujos perfis foram forjados junto com a formação das primeiras universidades do país.

O BPT, ao mesmo tempo em que cria novas possibilidades de aperfeiçoamento do BC&H, se beneficia da formação de base adquirida pelo aluno e contribui para o fortalecimento do projeto pedagógico da UFABC. O BPT propõe a formação interdisciplinar e permite articular diversas áreas de conhecimento, tanto das ciências sociais, sociais aplicadas e humanas (economia, administração, demografia, planejamento urbano e regional, ciência política, sociologia, geografia e história), quanto das ciências exatas e naturais (estatística, cartografia, geoprocessamento e ecologia).

O apoio ao Projeto Pedagógico da UFABC é expresso também pela organização curricular do curso, que estabelece uma redução na carga horária em disciplinas obrigatórias, abrindo espaço para as disciplinas livres e de opção limitada. Dessa forma, garante uma maior liberdade para os alunos montarem sua formação curricular. São valorizadas também uma série de recursos pedagógicos que estimulam a curiosidade e a iniciativa intelectual dos alunos, por meio de atividades extracurriculares (seminários, excursões, atividade de extensão, etc.) e desenvolvimento de projetos dirigidos (oficinas temáticas propostas na matriz curricular).

Um dos fatores que favorece e viabilizou a criação do curso de BPT na UFABC é o quadro de professores da instituição egressos de programas de pós-graduação do país e do exterior, com tradição no debate sobre a gestão e o planejamento do território. Alguns dos quais, inclusive, com experiência profissional técnica ou mesmo em direção de organizações e instituições nessa área. Essas experiências estão postas a serviço da produção de conhecimentos e da formação de novas gerações de profissionais nesta área. Aliado a esse fator, grande parte dos professores está associada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, que iniciou as atividades em 2011 com conceito inicial 4 da CAPES, o que demonstra a qualificação acadêmica do corpo docente.

O BPT apresenta forte vínculo com a temática local e regional do planejamento e gestão do território, uma vez que vários de seus professores acumulam experiência concreta em prefeituras, órgãos públicos e organizações não governamentais da região, ampliando a escala e a qualidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão elaborados em conjunto entre a Universidade e os atores sociais da região do ABC Paulista. Vale ressaltar que a existência do curso abre um diálogo efetivo com as demandas complexas que se originam na escala regional e local. Pode dialogar ainda com programas de ensino, pesquisa e extensão de interesse comum da Região do ABC, qualificando a UFABC como agente estratégico na reflexão sobre os problemas socioespaciais, em suas múltiplas escalas e dimensões (econômicas, ambientais, tecnológicas etc.).

Essa forte inserção local, no entanto, não será um elemento de restrição da atuação dos alunos egressos do curso, já que muitos professores que integram o quadro da UFABC são oriundos de outras regiões brasileiras, o que contribui para a ampliação desse quadro de referência, o debate e a reflexão sobre os problemas vividos em diversas partes do país. Muitos professores têm contribuído com programas internacionais de pesquisa e com processos de formulação ou avaliação de políticas públicas de planejamento e gestão do território em âmbito nacional.

Dessa maneira, o BPT tem um grande potencial de se constituir num referencial nacional e, assim sendo, abrir caminho para o surgimento e o incremento de cursos semelhantes no país.

6 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC visa à formação em nível de graduação de profissionais capazes para atuarem em análises, prospectivas, proposições e gerenciamento de ações com repercussão nos territórios em diferentes escalas, níveis e dimensões. Objetiva-se assim, contribuir para uma melhor condução de processos e ações de caráter territorial considerando a intensificação da urbanização e da globalização e a complexidade no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Como objetivos específicos da formação de graduação em BPT têm-se:

- Compreensão dos processos socioeconômicos, ecológicos, culturais e políticos que estão presentes na estruturação e na dinâmica dos territórios.

- Domínio analítico e propositivo de diferentes recortes territoriais, oriundos de organização político-administrativa, de regulação, de aspectos físico-naturais, de logística e aqueles oriundos de intervenções específicas, como de projetos, de instituições, de políticas setoriais ou de organização de grupos e de comunidades.
- Capacidade de articular conhecimento para a análise, prospectiva, intervenção e gerenciamento em diferentes escalas, níveis e dimensões (local, urbana, municipal, estadual, regional, nacional e macro e mesoregional).
- Capacidade de articular e integrar conteúdo e ferramental oriundo de áreas como: as ciências sociais, humanas e sociais aplicadas – economia, administração, planejamento urbano e regional, ciência política, demografia, economia, sociologia, antropologia, geografia e história; e as ciências exatas e naturais - estatística, computação, cartografia, geoprocessamento e ecologia.
- Capacidade para atuar em diferentes modalidades de planejamento tais como o estratégico, participativo, situacional, entre outros, e em processos de negociação e governança, envolvendo atores, instituições e normas.
- Capacidade para atuar em equipes multidisciplinares e em problemas caracterizados por complexidade, com senso de liderança, cooperação e autonomia.
- Capacidade para mediar e orientar de forma estratégica os conflitos que possam vir a ser vivenciados ao longo das práticas de planejamento territorial.

7 REQUISITO DE ACESSO

7.1 Forma de Acesso ao Curso

O processo seletivo para acesso aos cursos de graduação da UFABC é anual, e inicialmente dar-se-á pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), do MEC. As vagas oferecidas serão preenchidas baseadas no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), direcionadas a um dos dois bacharelados interdisciplinares existentes, o Bacharelado em Ciência e Tecnologia ou o Bacharelado em Ciências e Humanidades. O curso de ingresso correspondente ao Bacharelado de Planejamento Territorial é o Bacharelado de Ciências e Humanidades. O ingresso nos cursos de formação específica se dá por seleção interna, segundo a Resolução ConsEPE nº 31, de 01 de julho de 2009.

O Processo de Admissão por Transferência pode ser facultativa ou obrigatória. A transferência facultativa destina-se a estudantes oriundos de outras Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais ou estrangeiras (art. 49 da Lei nº 9.394, de 1996 e Resolução ConsEPE nº 174 de 24 de abril de 2014) e seus critérios bem como número de vagas são publicados em edital próprio. A transferência obrigatória pode ser requerida por alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) congênere, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município sede do câmpus da UFABC ou para localidade próxima (Lei 8112 de 1990 – artigo 99, Lei 9394 de 1996 – artigo 49, regulamentada pela Lei 9536 de 1997, e pela Resolução ConsEPE nº 10, de 15 de abril de 2008. É importante destacar que a transferência se dará para o BC&H, para então concluir a graduação no BPT. Há também a possibilidade de transferência interna facultativa entre os Bacharelados

Interdisciplinares (BI) oferecidos pela UFABC, para preenchimento de vagas remanescentes, conforme Resolução ConsEPE nº 207, de 25 de fevereiro de 2016.

7.2 Regime de Matrícula

A cada quadrimestre estarão disponíveis na página da Graduação as orientações para a realização da matrícula. Os ingressantes terão sua primeira matrícula em disciplinas efetuadas automaticamente. A partir do segundo período letivo, os alunos deverão optar pelas disciplinas que desejam cursar, realizando as matrículas nos períodos previstos no calendário acadêmico. O aluno é responsável pela prévia verificação da oferta de disciplinas e das respectivas informações publicadas no site da UFABC.

8 PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Planejamento Territorial, formado na UFABC destaca-se por sua orientação interdisciplinar, seu caráter crítico-propositivo e sua capacidade de trilhar os caminhos que levam ao conhecimento, capacitando-o para sucessivos ciclos de aprendizagem e reaprendizagem que ocorrerão durante toda sua vida profissional e, dessa forma, contribuir para a resolução dos problemas relativos à organização e gestão do território, nas suas diversas escalas.

A partir de uma visão integrada, deverá desenvolver capacidade de compreensão crítica sobre dinâmicas em curso, com o reconhecimento e análise de dinâmicas demográficas, socioambientais e econômicas que incidem na produção, transformação e regulação do território e com o domínio de instrumentais voltados à intervenção na realidade em estudo.

Dessa forma, o profissional estará apto a gerir propostas e desenvolver ações de planejamento e gestão voltadas para o cumprimento de objetivos que levem em conta os impactos, os aspectos de governança, os atores, os obstáculos, os impedimentos e os potenciais dos processos e dinâmicas em curso sobre o território. Assim sendo, com sua capacidade de diagnosticar e prognosticar, será capaz de problematizar, analisar e teorizar sobre as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais das relações sociedade e território e de intervir na realidade das cidades e regiões.

Com um domínio das questões fundamentais relativas ao planejamento territorial e dos processos formais e informais existentes no território nacional, deverá estar capacitado para: articular conhecimentos com o fim de conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos referentes ao planejamento territorial; realizar análises, diagnósticos, avaliações técnicas e elaborar planos territoriais.

Com espírito crítico, reflexivo, situacional, proativo, o profissional graduado nesse curso estará capacitado para atuar em agências reguladoras, empresas de serviços e consultoria de diferentes escalas, tanto do setor público – ministérios, autarquias, agências reguladoras –, quanto privado, em organizações não governamentais, agências bilaterais e multilaterais de cooperação que tenham como tarefa o planejamento, a gestão e a governança do território, levando em conta os diferentes aspectos econômicos, políticos ou sociais. Sua formação permite que atue também em ambientes corporativos, estando particularmente treinado para o exercício do trabalho em equipes e em redes.

O profissional formado estará capacitado para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas referentes ao território, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, por meio de mecanismos inovadores e que visem à produção dos melhores resultados em termos sociais. Em uma formação interdisciplinar, esse profissional irá desenvolver sua compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

Dentre as habilidades e competências do Bacharel em Planejamento Territorial estão: desenvolver competências pessoais como liderança, autodesenvolvimento e trabalho em equipe; entender e utilizar as novas tecnologias emergentes; aplicar técnicas de gerenciamento de processos dentro de ambientes complexos; promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico. Para tal, estará respaldado por sua formação interdisciplinar e de sólida formação científico-tecnológica, que desenvolverá qualidades humanísticas, democráticas, participativas, propositivas, consonantes com o Projeto Pedagógico da UFABC.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1 Fundamentação Legal

A matriz curricular do Curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC foi construída tendo como base as seguintes diretrizes legais:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2011. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bacharelados-interdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasilia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm . Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port40.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042-006/2005/Decreto/D5622compilado.htm

Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192

Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação superior. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf

Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011. Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866

Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

Acesso em: 18 out. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico. Santo André, 2006. Disponível em:

<http://www.ufabc.edu.br/images/stories/pdfs/institucional/projetopedagogico.pdf>

Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André, 2013-2022. Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7880&Itemid=3

Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Ciências e Humanidades. São Bernardo do Campo, 2015. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/ppc_bch_2015.pdf

Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ato Decisório nº. 56, de 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6149&Itemid=8

Acesso em: 17 ago. 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Manual do Aluno. Santo André, 2015. Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf

Acesso em: 17 ago. 2016.

9.2 Referenciais curriculares

Considerando que não existe uma normatização específica (diretrizes e regulamentação) para a formação do Bacharel em Planejamento Territorial, optou-se por fazer uma avaliação das diretrivas e currículos existentes em cursos existentes em especial no caso da UE. Os documentos elaborados pela AESOPⁱ indicam as capacidades e conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo dos cursos, cujos formatos possuem variações de 3, 4 e 5 anos de duração no nível de graduação e em pós-graduação.

GEPPERT, A & VERHAGE, R. (2008). *Planning Education N°1, March 2008: Towards a European recognition for the Planning profession.* Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aesop-planning.eu%2Fdownloads%2FPlanningEducation%2Fen_GB%2Fplanning-education-n1-towards-a-european-recognition-for-the-planning-profession&ei=y1x7T nkHZHAgQfPILCZAw&usg=AFQjCNFEyd93Wgh7gU08I9NCuI9kjSFYIQ&sig2=nc3a5Bb6pjtmKN8fYpYY0w. Acesso em: 17 ago. 2016.

GEPPERT, A. & COTTELA, G. (2010). *Planning Education N°2, July 2010: Quality Issues in a changing European Higher Education Area.* Reims: Alliance; AESOP, 2010. http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016

Foi ainda considerada a Tabela de Áreas de Conhecimento da Capes, que inclui na Grande Área das Ciências Sociais Aplicadas a área de Planejamento Urbano e Regional composta por 20 subáreas.

CAPES. (2012) *Tabela de Áreas de Conhecimento.* Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 17 ago. 2016

9.3 Regime de Ensino

A proposta a seguir está estruturada com formação de graduação em 4 anos tendo como pressuposto a inserção de conteúdos obrigatórios, a partir da matriz do BC&H, e a inclusão, sempre que possível, de disciplinas existentes, compartilhando conteúdos principalmente com os cursos de Políticas Públicas, Ciências Econômicas e Engenharia Ambiental Urbana.

A estrutura curricular está organizada em eixos para a constituição da matriz do BPT, a saber:

- **Leituras das dinâmicas territoriais (*Reflexão crítica-propositiva*)**

Objetivos: Habilitar para a compreensão de processos territoriais com base na contribuição disciplinar da sociologia, economia, ecologia, urbanismo, geografia entre outras. O eixo está dividido em disciplinas de fundamentação e dinâmicas territoriais.

Neste eixo está concentrada a maior parte das disciplinas obrigatórias, incluindo grande parte das disciplinas do BC&H.

- **Instrumentos e bases complementares**

Objetivos: Abordar áreas setoriais e de conhecimento específico (ex: métodos de planejamento) – e de fundamentos técnicos e metodológicos para a prática em planejamento territorial. O eixo está dividido em métodos e técnicas e políticas setoriais.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas de opção limitada, compartilhadas com os cursos de Políticas Públicas e Ciências Econômicas, entre outros.

- **Integração e síntese**

Objetivo: Desenvolver método/abordagem/prática a partir das disciplinas de fundamentação e instrumentais sobre temáticas e recortes específicos voltados para o planejamento territorial. O eixo está dividido em teorias e práticas do planejamento.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas obrigatórias com carga horária prática como as disciplinas no formato de oficinas, que irão estruturar a organização de disciplinas obrigatórias conforme as modalidades de: planejamento regional, rural e áreas periurbanas e interioranas, urbano e metropolitano.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a estrutura curricular proposta organizada nos três eixos temáticos e de formação.

Quadro 1: Distribuição das disciplinas obrigatórias do BPT e disciplinas obrigatórias do BC&H, relacionadas ao curso, por eixos temáticos e de formação.

Leituras das dinâmicas territoriais		Integração e síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos	Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Estado e Relações de Poder	Estrutura e Dinâmica Social	Planejamento e Política Ambiental	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	Introdução a Probabilidade e Estatística	
Ética e justiça	Território e Sociedade	Política Urbana	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	Bases Matemáticas	
Identidade e Cultura	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Planejamento e Política Regional	Oficina de Planejamento Urbano	Bases Computacionais da Ciência	
Estudos Étnico-Raciais	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Política Metropolitana	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	
Temas e Problemas em Filosofia	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente*	Planejamento e Política Rural	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	

Pensamento Crítico	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil		Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	Métodos de Planejamento	
Demografia	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local			Regulação Ambiental e Urbanística	
Estudos do Meio Físico	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território			Práticas em Ciências e Humanidades	
Sociologia dos Territórios	Uso do Solo Urbano				
Economia Urbana	Evolução e Diversificação da Vida na Terra**				
Economia do Território	Formação do Sistema Internacional				
Pensamento Econômico					
História da Cidade e do Urbanismo					
Governança Pública, Democracia e Políticas no Território					
Interpretações do Brasil					
Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais					
Introdução à Economia					
Estrutura da Matéria **					
Bases Conceituais da Energia**					
Bases Epistemológicas da Ciência Moderna					
Disciplinas Obrigatórias BPT = 7	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 6	Disciplinas Obrigatórias BPT = 4	Disciplinas Obrigatórias BPT = 0
Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 13	Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 7	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0	Disciplinas Obrigatórias BC&H/BCT = 4	Disciplinas Obrigatórias BC&H = 0

*Disciplina obrigatória do BC&T

** O aluno deverá escolher apenas uma disciplina dentre as três opções oferecidas

Quadro 2: Distribuição das disciplinas de opção limitada do BPT por eixos temáticos e de

Leituras das dinâmicas territoriais		Integração e síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos	Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Introdução a Políticas Públicas*	Análise da produção do espaço urbano*	Planejamento e Gestão de Redes e Sistemas Territoriais	Oficina de Projeto Urbano	Avaliação de Impactos Ambientais*	Energia e Abastecimento
Cidadania, Direitos e Desigualdades*	Desenvolvimento humano e pobreza urbana	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial I	Práticas Especiais do Planejamento Territorial I	Avaliação e Monitoramento das Políticas Públicas*	Gestão Urbano-Ambiental*
	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil			Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	Habitação e Assentamentos Humanos
	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil*			Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental*	Patrimônio Cultural e Paisagem
	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais			Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	Política Habitacional
	Mercado Imobiliário			Introdução a Inferência Estatística*	Políticas de Infraestrutura*
	Urbanização Brasileira			Sustentabilidade e Indicadores	Políticas Sociais*
	Geografia Política*				Saneamento Ambiental
					Segurança dos Territórios
					Território e Logística
					Transportes e Mobilidade Urbana*
Total = 2	Total = 8	Total = 2	Total = 3	Total = 7	Total = 11

formação

Observação: Disciplinas com * são existentes nos cursos de BC&H, BCE, BPP, BRI e Engenharias

9.4 Estratégias Pedagógicas

Na base do curso de BPT da UFABC está o Bacharelado em Ciência e Humanidades - BC&H. Os estudantes inicialmente ingressam nos Bacharelados Interdisciplinares da UFABC e somente à medida que avançam neste curso passam a cursar as disciplinas do BPT e ao final do BC&H podem efetuar sua matrícula nesse curso. A partir do BC&H os estudantes adquirem uma forte formação em ciências sociais, humanas, ciência e tecnologia. Também já no BC&H estão previstos alguns mecanismos pedagógicos que estarão presentes por todo o curso BPT, entre os quais destacamos:

- Escala progressiva de decisões a serem tomadas pelos alunos que ingressam na universidade, ao longo do programa.
- Possibilidade de monitoramento e atualização contínua dos conteúdos a serem oferecidos pelos programas.
- Interdisciplinaridade não apenas com as áreas de conhecimentos básicos, mas, também, entre as diversas especialidades das ciências sociais aplicadas.
- Elevado grau de autonomia do aluno na definição de seu projeto curricular pessoal.

O caráter interdisciplinar, não segue as modalidades tradicionais de formação superior, pois exige a compreensão do perfil versátil desejado do profissional a ser formado e da cadeia de conhecimentos necessária para esta formação. Assim, o curso de BPT exige o cumprimento de 2772 horas aula e 221 créditos, cuja composição deve obedecer (Quadro 3):

Quadro 3: Total de créditos e horas para o Bacharelado em Planejamento Territorial

	Créditos	Horas
Disciplinas obrigatórias comuns ao do BC&T e do BC&H	20	240
Disciplinas obrigatórias específicas do BC&H	51	612
Atividades complementares do BC&H	0	120
Total obrigatório BC&H	71	972
Disciplinas Obrigatórias BPT	96	1152
Disciplinas de Opção Limitada BPT	28	336
Disciplinas Livres	22	264
TCC em Bacharelado em Planejamento Territorial	4	48
Total específico de BPT	150	1800
Total BPT	221	2772

Trata-se de uma proposta de curso dentro do espírito do modelo pedagógico da UFABC, permitindo uma grande flexibilidade para o aluno estabelecer seu próprio currículo acadêmico, à medida que vai adquirindo maturidade para tal, contemplando aspectos de atualização e acompanhamento contínuos dos conteúdos sendo ministrados, e que atende às determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais, do CNE/CES. Nesse sentido, o BPT possibilita, além das opções limitadas, que o aluno complete sua grade com 22 créditos em

disciplinas livres, tanto aquelas ofertadas pelos docentes credenciados ao BPT como quaisquer outras disciplinas da Universidade.

Estas disciplinas buscam também contemplar a necessidade dos bacharelados em considerarem, em sua estrutura, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01, 17/06/2004); a Disciplina de Libras (Decreto nº 5.626, de 22/12/2005); e as Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999, e Decreto nº 4.281, de 25/06/2002). As disciplinas que contemplam estas demandas são:

Disciplinas com Temática Étnico-Racial:

- BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social (Obrigatória)
- BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna (Obrigatória)
- BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade (Obrigatória)
- BHQ0001-15 Identidade e Cultura (Obrigatória)
- BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais (Obrigatória)
- ESHP004-13 Cidadania, Direitos e Desigualdades (Opção limitada)
- ESZT017-17 Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil (Opção limitada)
- ESHP005-13 Conflitos Sociais (Livre)
- ESZP014-13 Diversidade Cultural, Conhecimento Local e Políticas Públicas (Livre)
- ESZP008-13 Políticas Públicas de gênero, etnia e geração (Livre)

Disciplinas com Temática Ambiental:

- BH0102 - 15 Desenvolvimento e Sustentabilidade (Obrigatória)
- BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e ambiente (Obrigatória)
- ESTU039-17 Regulação Ambiental e Urbanística (Obrigatória)
- ESTU025-17 Avaliação de Impactos Ambientais (Opção limitada)
- ESZU028-17 Geotecnica Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental (Opção limitada)
- ESZT014-17 Sustentabilidade e Indicadores (Opção limitada)
- ESZU011-17 Gestão Urbano-Ambiental ((Opção limitada)
- ESZT012-17 Saneamento Ambiental (Opção limitada)
- ESZP027-13 Métodos e técnicas aplicadas às políticas públicas ambientais (Livre)
- EN4115 Gestão Ambiental na Indústria (Livre)
- EN2126 Saúde Ambiental (Livre)
- EN2102 Teoria do Planejamento Urbano e Ambiental (Livre)
- BC1202 Energia e Meio Ambiente (Livre)
- EN2416 Energia, Meio Ambiente e Sociedade (Livre)

Ainda como estratégia pedagógica vale destacar o vínculo do BPT, por meio de seus docentes, com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC – Stricto Sensu – autorizado pela CAPES em 2010. O vínculo entre a graduação e a

pós-graduação objetiva estabelecer e fortalecer ações de pesquisa e extensão, em especial da Iniciação Científica – IC, junto aos projetos do programa da pós-graduação.

9.4.1 Tecnologias de informação e comunicação (TICs)

Os professores também têm incentivos a se utilizarem de diversos instrumentos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) para comporem suas aulas e estratégias pedagógicas. Seu uso não está restrito apenas aos cursos não presenciais ou semipresenciais, já tendo ocupado um espaço importante também como mediador em cursos presenciais. A UFABC disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado por diversos docentes do curso, o qual auxilia nas atividades de aprendizado eletrônico, oferecendo suporte ao ensino presencial.

O AVA é organizado em diferentes áreas de trabalho com distintas funcionalidades, permitindo que os usuários (educadores/alunos) possam criar cursos, gerenciá-los e participar de maneira colaborativa na execução de trabalhos, tarefas, pesquisas e projetos. O ambiente também possibilita ao usuário manter um perfil pessoal, uma agenda compartilhada, interagir com professores e/ou alunos via ferramentas como chat ou videoconferência, realizar testes, disponibilizar e compartilhar conteúdo didático, entre outras formas de colaboração.

9.4.2 Oferta de disciplinas no formato semipresencial

Em consonância com a Portaria do Ministério de Educação e Cultura nº 4059, de 10 de dezembro de 2004, as instituições de ensino superior poderão ofertar componentes curriculares que, total ou parcialmente, utilizem as modalidades de ensino semipresencial ou tutorial, as quais serão denominadas simplesmente de “modalidade semipresencial”. Nos termos da Portaria 4059/2004:

- Poderão ser ofertados todos os componentes curriculares do Bacharelado em Planejamento Territorial de forma integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária do curso;
- As avaliações dos componentes curriculares ofertados na modalidade referida serão presenciais;
- Uma mesma disciplina do curso poderá ser ofertada nos formatos presencial e semipresencial, com Planos de Ensino devidamente adequados à sua oferta;
- O número de créditos atribuídos a um componente curricular será o mesmo em ambos os formatos;
- Para fins de registros escolares, não existe qualquer distinção entre as ofertas presencial ou semipresencial de um dado componente curricular;
- As TICs, o papel dos tutores e o material didático a serem utilizados deverão ser detalhados em proposta de Plano de Aula a ser avaliado pela coordenação do curso antes de sua efetiva implantação.

A Resolução da Comissão de Graduação no 10 de 17 de dezembro de 2015¹², (resolução CG 10/2015,) regulamenta a oferta destas disciplinas, em consonância com a Portaria 4059/2004 do MEC. O gerenciamento dos 20% de oferecimento deve

obrigatoriamente seguir as normas e regulamentações da UFABC, considerando as exigências e os critérios mínimos de qualidades estabelecidos pelos seguintes documentos legais:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005
- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006
- Portarias Normativas nº 1 e 2, de 10 de janeiro de 2007
- Recomendação ConsEPE nº 07, de 13 de agosto de 2014

9.5 Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação

No Quadro 4 a seguir, está detalhada a composição de cada um dos conjuntos de disciplinas específicas do curso do BPT, por quadrimestre, assim como é sugerida uma matriz curricular. No quadro 5 está a apresentação gráfica de um perfil de formação, a título de exemplo, com uma seleção de disciplinas de opção limitada.

Quadro 4: Sugestão de Grade para o Bacharelado em Planejamento Territorial

PRIMEIRO ANO	1Q	BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade			BHP0201-15 Temas e Problemas em Filosofia			BHO0101-15 Estado e Relações de Poder			BHQ0003-15 Interpretações do Brasil			BHQ0001-15 Identidade e Cultura					
		3	0	4	4	0	4	4	0	4	4	0	4	3	0	4			
		BIS0003-15 Bases Matemáticas			BHP0202-15 Pensamento Crítico			BHO0001-15 Introdução às Humanidades e Ciências Sociais			BHO1101-15 Introdução à Economia			BHO1335-15 Formação do Sistema Internacional					
	2Q	4	0	5	4	0	4	2	0	4	4	0	4	4	0	4			
		BIS0005-15 Bases Computacionais da Ciência			BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social			BHQ0301-15 Território e Sociedade			BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais			BHP0001-15 Ética e Justiça					
	3Q	0	2	2	3	0	4	Atividades Complementares			4	0	4	3	0	4	4	0	4
		BIK0102-15 Estrutura da Matéria			BIN0406-15 Introdução à Probabilidade e à Estatística						BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna			BH0002-15 Pensamento Econômico			BH0102-15 Desenvolvimento e Sustentabilidade		
	4Q	3	0	4															
		ou																	
		BIL0304-15 Evolução e Diversificação da Vida na Terra																	
		3	0	4															
		ou																	
	BIJ0207-15 Bases Conceituais da Energia																		
	2			4			3			3			3			4			
SEGUNDO ANO	5Q	ESHT005-17 Economia do Território			ESHT023-17 Sociologia dos Territórios			ESHT003-17 Demografia			ESHT007-17 Estudos do Meio Físico			ESHT001-17 Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território					
		4	0	3	4	0	4	4	0	4	4	0	4	2	0	2			
	6Q	BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente			ESHT006-17 Economia Urbana			ESHT002-17 Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial			ESHT025-17 Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil			ESTU039-17 Regulação Ambiental e Urbanística					
		3	0	4	4	0	4	2	3	3	4	0	4	2	0	4			
	7Q	ESHT018-17 Planejamento e Política Regional			ESHT009-17 História da Cidade e do Urbanismo			ESHT011-17 Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento			ESHT017-17 Planejamento e Política Ambiental			Opção Limitada ou Livre					
		4	0	4	4	0	4	3	1	4	4	0	4	4 CRÉDITOS					
	8Q	ESHT019-17 Planejamento e Política Rural			ESHT021-17 Política Urbana			ESHT010-17 Métodos de Planejamento			ESHT013-17 Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional			Opção Limitada ou Livre					
		4	0	4	4	0	4	3	1	4	0	4	4	4 CRÉDITOS					
	9Q	ESHT008-17 Governança Pública, Democracia e Políticas no Território			ESHT024-17 Uso do Solo Urbano			ESHT014-17 Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais			Opção Limitada ou Livre			Opção Limitada ou Livre			BHS0001-15 Práticas em Ciências e Humanidades		
		4	0	4	4	0	4	0	4	4	6 CRÉDITOS			2					
QUARTO ANO	10Q	ESHT012-17 Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local			ESHT020-17 Política Metropolitana			ESHT015-17 Oficina de Planejamento Urbano			Opção Limitada ou Livre			Opção Limitada ou Livre					
		4	0	4	4	0	4	0	4	4	8 CRÉDITOS								

	11Q	ESHT902-17 Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	ESHT016-17 Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	
		0 2 12	0 4 4		12 CRÉDITOS		
	12Q	ESHT903-17 Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	Opção Limitada ou Livre	
		0 2 12		16 CRÉDITOS			

Quadro 5: Apresentação gráfica de um perfil de formação, com uma seleção de disciplinas de opção limitada

PRIMEIRO ANO	1Q	BIR0603-15 Ciência, Tecnologia e Sociedade	BHP0201-15 Temas e Problemas em Filosofia	BHO0101-15 Estado e Relações de Poder	BHQ0003-15 Interpretações do Brasil	BHO0001-15 Identidade e Cultura	
		3 0 4	4 0 4	4 0 4	4 0 4	3 0 4	
	2Q	BIS0003-15 Bases Matemáticas	BHP0202-15 Pensamento Crítico	BHO0001-15 Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	BH01101-15 Introdução à Economia	BH01335-15 Formação do Sistema Internacional	
		4 0 5	4 0 4	2 0 4	4 0 4	4 0 4	
	3Q	BIS0005-15 Bases Computacionais da Ciência	BIQ0602-15 Estrutura e Dinâmica Social	Atividades Complementares	BHQ0301-15 Território e Sociedade	BHQ0002-15 Estudos Étnico-Raciais	BHP0001-15 Ética e Justiça
		0 2 2	3 0 4		4 0 4	3 0 4	4 0 4
	4Q	BIK0102-15 Estrutura da Matéria	BHO102-15 Desenvolvimento e Sustentabilidade				
		3 0 4					
		ou					
	5Q	BIL0304-15 Evolução e Diversificação da Vida na Terra	BIN0406-15 Introdução à Probabilidade e à Estatística		BIR0004-15 Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	BHO0002-15 Pensamento Econômico	
		3 0 4			3 0 4	3 0 4	4 0 4
		ou					
	6Q	BIJ0207-15 Bases Conceituais da Energia					
		2 0 4	3 0 4		3 0 4	3 0 4	4 0 4
SEGUNDO ANO	7Q	ESHT005-17 Economia do Território	ESHT023-17 Sociologia dos Territórios	ESHT003-17 Demografia	ESHT007-17 Estudos do Meio Físico	ESHT001-17 Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	
		4 0 3	4 0 4	4 0 4	4 0 4	2 0 2	
TERCEIRO ANO	8Q	BCL0306-15 Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	ESHT006-17 Economia Urbana	ESHT002-17 Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	ESHT025-17 Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	ESTU039-17 Regulação Ambiental e Urbanística	
		3 0 4	4 0 4	2 3 3	4 0 4	2 0 4	
	9Q	ESHT018-17 Planejamento e Política Regional	ESHT009-17 História da Cidade e do Urbanismo	ESHT011-17 Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	ESHT017-17 Planejamento e Política Ambiental	MCTC014-13 Introdução à Inferência Estatística	
		4 0 4	4 0 4	3 1 4	4 0 4	4 CRÉDITOS	

QUARTO ANO	8Q	ESHT019-17 Planejamento e Política Rural			ESHT021-17 Política Urbana			ESHT010-17 Métodos de Planejamento			ESHT013-17 Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional			ESZT005-17 Informática Aplicada ao Planejamento Territorial					
		4	0	4	4	0	4	3	1	4	0	4	4	4 CRÉDITOS					
		ESHT008-17 Governança Pública, Democracia e Políticas no Território			ESHT024-17 Uso do Solo Urbano			ESHT014-17 Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais			ESZT009-17 Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais			Disciplina Livre		BHS0001-15 Práticas em Ciências e Humanidades			
	9Q	4	0	4	4	0	4	0	4	4	6 CRÉDITOS			2	2	4			
		ESHT012-17 Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local			ESHT020-17 Política Metropolitana			ESHT015-17 Oficina de Planejamento Urbano			ESZT006-17 Mercado Imobiliário			Disciplina Livre					
		4	0	4	4	0	4	0	4	4	8 CRÉDITOS								
	10Q	ESHT902-17 Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial			ESHT016-17 Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana			ESZT015-17 Território e Logística			ESZT014-17 Sustentabilidade e Indicadores			Disciplina Livre					
		0	2	12	0	4	4	12 CRÉDITOS											
	11Q	ESHT903-17 Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial			ESZT015-17 Segurança dos Territórios			Disciplina Livre			Disciplina Livre			Disciplina Livre					
		0	2	12	16 CRÉDITOS														

10 DISCIPLINAS

Nesta seção será apresentado o rol disciplinas obrigatórias e de opção limitada para o curso de BPT (Quadros 6 e 7). Para as disciplinas livres considera-se a opção do aluno em selecionar as disciplinas de seu interesse no rol das oferecidas na universidade.

As disciplinas Tópicos Especiais I e Práticas Especiais do Planejamento Territorial I foram criadas com o intuito de trabalhar em sala de aula temas que estão sendo desenvolvidos pelos professores em pesquisas e projetos de extensão, de modo que as expertises e os conhecimentos adquiridos por eles possam ser compartilhados com os alunos. O objetivo é possibilitar discussões, práticas e experimentos com temas extracurriculares, os quais complementarão a grade curricular do curso de Bacharelado em Planejamento e Gestão do Território. O documento com a descrição das disciplinas obrigatórias e de opção limitada encontra-se no Anexo I desse documento.

Quadro 6 - Disciplinas Obrigatórias para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Item	Sigla	Nome	T	P	I	Créditos
01	BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	4	3
02	BHP0201-15	Temas e Problemas em Filosofia	4	0	4	4
03	BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	4	4

04	BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	4	4
05	BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	4	3
06	BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	5	4
07	BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	4	4
08	BHO0001-15	Introdução às Humanidades e Ciências Sociais	2	0	4	2
09	BHO1101-15	Introdução à Economia	4	0	4	4
10	BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	4	4
11	BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	2	2
12	BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	4	3
13	BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	4	4
14	BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	4	3
15	BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	4	4
16	BIK0102-15	Estrutura da Matéria	3	0	4	3
17	BIL0304-15	Evolução e Diversificação da Vida na Terra	3	0	4	3
18	BIJ0207-15	Bases Conceituais da Energia	2	0	4	2
19	BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	4	3
20	BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	4	3
21	BHO0002-15	Pensamento Econômico	3	0	4	3
22	BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	4	4
23	ESHT005-17	Economia do Território	4	0	3	4
24	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	0	4	4
25	ESHT003-17	Demografia	4	0	4	4
26	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	0	4	4
27	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	0	2	2

28	BCL0306-15	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	3	0	4	3
29	ESHT006-17	Economia Urbana	4	0	4	4
30	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	2	3	3	5
31	ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	0	4	4
32	ESTU039-17	Regulação Ambiental e Urbanística	2	0	4	2
33	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional	4	0	4	4
34	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	0	4	4
35	ESHT011-17	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	3	1	4	4
36	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental	4	0	4	4
37	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural	4	0	4	4
38	ESHT021-17	Política Urbana	4	0	4	4
39	ESHT010-17	Métodos de Planejamento	3	1	4	4
40	ESHT013-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	0	4	4	4
41	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	0	4	4
42	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano	4	0	4	4
43	ESHT014-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	0	4	4	4
44	BHS0001-15	Práticas em Ciências e Humanidades	2	2	4	4
45	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	0	4	4
46	ESHT020-17	Política Metropolitana	4	0	4	4
47	ESHT015-17	Oficina de Planejamento Urbano	0	4	4	4
48	ESHT902-17	Trabalho de Conclusão de Curso de I de Planejamento Territorial	0	2	12	2
49	ESHT016-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	0	4	4	4
50	ESHT903-17	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	0	2	12	2
TOTAL						172

Quadro 7 - Disciplinas de Opção Limitada para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Item	Sigla	Nome	T	P	I	Créditos
01	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	0	4	4
02	ESHP031-14	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	2	2	4	4
03	ESTU025-17	Avaliação de Impactos Ambientais	2	2	4	4
04	ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	4	4
05	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	0	4	4
06	ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	0	4	4
07	ESTG004-17	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	2	2	5	4
08	ESZT003-17	Energia e Abastecimento	4	0	4	4
09	ESHR007-14	Geografia Política	4	0	4	4
10	ESZU028-17	Geotecnologia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	2	1	3	3
11	ESZU011-17	Gestão Urbano-Ambiental	3	1	4	4
12	ESTU007-17	Habitação e Assentamentos Humanos	3	1	5	4
13	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	1	3	4	4
14	MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	3	1	4	4
15	ESHP014-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	4	4
16	ESZT006-17	Mercado Imobiliário	4	0	4	4
17	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano	0	4	4	4
18	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	0	4	4
19	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	0	4	4
20	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura	4	0	4	4

21	ESZT011-17	Política Habitacional	4	0	4	4
22	ESZP009-13	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	0	4	4
23	ESHP018-14	Políticas Sociais	4	0	4	4
24	ESZT012-17	Saneamento Ambiental	4	0	4	4
25	ESZT013-17	Segurança dos Territórios	4	0	4	4
26	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores	4	0	4	4
27	ESZT015-17	Território e Logística	4	0	4	4
28	ESTU021-17	Transportes e Mobilidade Urbana	2	0	4	2
29	ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	0	4	4
30	ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	0	4	4
31	ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	0	4	4	4
32	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	0	4	4

11 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

11.1 Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT)

Este projeto tem como objetivo promover a adaptação do aluno ao projeto acadêmico da UFABC, orientando-o para uma transição tranquila e organizada do Ensino Médio para o Superior, em busca de sua independência e autonomia e a fim de torná-lo empreendedor de sua própria formação. O tutor é um docente dos quadros da UFABC que será responsável por acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno. Será seu conselheiro, a quem deverá recorrer quando houver dúvidas a respeito de escolha de disciplinas, trancamento, estratégias de estudo, etc.

Maiores informações em: <http://prograd.ufabc.edu.br/peat>.

11.2 Iniciação científica

A Pesquisa Científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, sendo assim fundamental em universidades como a UFABC.

Considerando que ensino e pesquisa são indissociáveis, a Universidade acredita que o aluno não deve passar o tempo todo em sala de aula e sim buscar o aprendizado com outras ferramentas. A Iniciação Científica (IC) é uma ferramenta de apoio teórico e

metodológico à realização do projeto pedagógico, sendo assim um instrumento de formação.

A UFABC possui os seguintes programas de iniciação à pesquisa:

- ✓ *Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia – PDPD;*
- ✓ *Programa de Iniciação Científica – PIC/UFABC;*
- ✓ *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq;*
- ✓ *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq nas Ações Afirmativas.*

Maiores informações em: <http://ic.ufabc.edu.br/images/manual.pdf>.

11.3 Monitoria acadêmica

A Monitoria Acadêmica tem o compromisso de desenvolver a autonomia e a formação integral dos alunos, incentivar a interação entre eles e os professores e propiciar apoio aos graduandos matriculados no BC&T e no BC&H. Na UFABC, essa atividade busca estimular no aluno monitor o senso de responsabilidade, de cooperação, a satisfação em ampliar conhecimentos e o empenho nas atividades acadêmicas. A prática da monitoria representa uma oportunidade para os estudantes compreenderem a importância da ética e do empreendimento na própria formação, seja como um futuro profissional do mercado ou como pesquisador.

Maiores informações em: <http://prograd.ufabc.edu.br/monitoria>

11.4 Semana de Integração Universitária (SIU)

Para acolher os estudantes desde o seu ingresso, a UFABC organiza a Semana de Inserção Universitária, sob a responsabilidade da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT), da Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD. Nessa semana são oferecidos aos ingressantes encontros onde são abordadas questões referentes à organização dos estudos e às particularidades do Projeto Pedagógico da UFABC.

11.5 Programas de mobilidade nacional e internacional

O atendimento ao aluno participante desses programas é realizado por intermédio da Assessoria de Relações Internacionais – ARI, com o apoio da PROAP, PROGRAD e Centros. À ARI compete o suporte à documentação, acordos e contatos entre os diversos entes - instituições de ensino, parceiros internacionais, agências de fomento, residências e moradias, administradoras de seguro-saúde - e instrução e monitoramento dos processos de cada estudante. A PROAP promove oficinas de integração e oferece apoio psicológico aos discentes. Os Centros e coordenações de cursos avaliam e repassam planos de trabalho, equivalências e estágios, além de apoiar o contato com instituições de ensino internacionais. A PROGRAD realiza o afastamento conforme demanda da ARI.

11.6 Incentivo à aprendizagem de língua estrangeira

A UFABC possui dois programas para a qualificação de discentes para o exercício de atividades inerentes ao uso da língua estrangeira. O Curso de Língua Inglesa Presencial (CLIP) visa oferecer, gratuitamente, o ensino do idioma aos estudantes de graduação e servidores da UFABC. O CLIP assume um caráter socioeconômico e de valorização da excelência, visto que busca contemplar, preferencialmente, os alunos de excelência beneficiados pela Bolsa Permanência. Os módulos ofertados até então foram Iniciante, Elementar, Pré-intermediário e Intermediário, sendo que o curso já disponibilizou, desde 2011, 303 vagas para discentes de graduação. O Curso de Língua Inglesa Online é um curso de inglês online do Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), uma iniciativa do Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), destinado aos alunos de graduação e pós-graduação, de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras. São ofertadas vagas em nível iniciante, básico, pré-intermediário, intermediário e avançado.

11.7 Programa de Assistência ao Docente

A Assistência ao Docente consiste em um programa institucional, pelo qual os alunos regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação da UFABC podem realizar atividades didático-pedagógicas em disciplinas de graduação da UFABC, com a supervisão dos docentes. Além de possibilitar a aquisição de experiência em atividades de ensino importantes para a ampla formação dos pós-graduandos, aproxima os discentes dos diferentes níveis, proporcionando apoio acadêmico aos alunos matriculados na graduação da UFABC. O programa é regulamentado por Resolução ConsEPE no 164.

11.8 Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação

Uma das preocupações da Instituição é oferecer apoio e condições de permanência ao estudante na Universidade. A Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas – PROAP, por meio da Divisão de Apoio ao Estudante da Graduação, é responsável pela execução dos Programas de Apoio aos Estudantes da Graduação.

A DAEG (Divisão de Apoio ao Estudante da Graduação) é responsável pela execução dos programas de apoio aos estudantes da Graduação que objetivam minimizar os impactos sociais e econômicos que influenciam negativamente as condições de permanência do estudante na Universidade. Os Programas de Apoio se constituem como uma das estratégias de inclusão social e consiste no subsídio financeiro (bolsas) concedido ao estudante após o atendimento de critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário da UFABC (Resolução ConsUni nº 59/2010) e outros editais próprios que estabelecem procedimentos para a seleção dos estudantes que serão atendidos. Este subsídio visa a oferecer condições para que os estudantes, que possivelmente tenham enfrentado e vencido grandes barreiras para acessar a universidade, não a abandonem em face dos problemas financeiros seus ou de suas famílias. Os Programas de Apoio têm, portanto, grande impacto na mitigação do problema da evasão que ocorre nas universidades brasileiras.

- a) Bolsa Permanência: destinada às despesas relacionadas às necessidades básicas (transporte, alimentação, vestuário, livros) do estudante.

b) Bolsa Moradia: destinada aos estudantes que necessitam morar fora de seu domicílio familiar, exclusivamente para fins educacionais.

c) Bolsa-Auxílio-Participação em Eventos: Conforme Resolução ConsEPE no 26 de 17 de dezembro de 2008, este benefício tem a finalidade de suprir as despesas referentes à participação de alunos de Graduação em eventos científicos, culturais, esportivos, de lazer e de cidadania. O beneficiário deverá apresentar relatório de atividades desenvolvidas, bem como realizar a prestação de contas à comissão que autorizou a concessão da bolsa em até dez dias após o término do evento. O aluno que não cumprir esse procedimento no prazo fixado será advertido pela Universidade, podendo ficar suspenso dos programas de apoio estudantil da UFABC. As solicitações do recurso devem ser encaminhadas à Divisão Administrativa da Pró-Reitoria de Graduação.

11.9 Ações extensionistas

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) tem por missão promover a interação transformadora entre a UFABC e outros setores da sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e político, impactando diretamente na formação do estudante.

As ações de extensão na ProEC acontecem sob a forma de programa, cursos, projetos e oficinas, numa forma bidirecional – universidade/sociedade/universidade e consideram a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão.

Maiores informações em: <http://proec.ufabc.edu.br>

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O aluno fará 120 horas de atividades complementares durante o BC&H que compreendem:

1. Atividades de complementação da formação social, humana, cultural e acadêmica
2. Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo
3. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional

As Atividades Complementares para o BC&H serão validadas conforme a Resolução ConsEPE Nº 11 de 2016, que dispõe sobre normas gerais para as atividades complementares dos cursos de formação interdisciplinar da Universidade Federal do ABC.

As atividades complementares poderão ser realizadas na própria UFABC ou em outras organizações públicas e privadas, preferencialmente em horários que não coincidam com os das aulas, e não serão justificativas para faltas em atividades curriculares do curso.

As atividades complementares serão divididas em 4 (quatro) grupos (Redação dada pela Resolução ConsEPE nº 11, de 28 de junho de 2016):

Grupo 1 – Atividades esportivas e culturais, incluindo:

- I – Participação efetiva em atividades esportivas;
- II – Participação em atividades artísticas e culturais;
- III – Apresentação de trabalhos artísticos e culturais;
- IV – Organização de atividades artísticas e culturais;

V – Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 – Atividades sociais e comunitárias, incluindo:

I – Participação como membro de Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II – Participação em trabalho voluntário, atividades benfeicentes, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio, associações escolares;

III – Atuação como mesário em eleições municipais, estaduais ou federais;

IV – Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica de interesse da sociedade, desde que não remunerados;

V – Participação como monitor no Programa de Monitoria Inclusiva;

VI – Doação de Material Biológico: sangue, medula, cabelo etc.

Grupo 3 – Atividades acadêmicas e profissionais, incluindo:

I – Participação em cursos de fundamento científico, técnico ou profissionalizante que não sejam disciplinas de graduação ou pós-graduação. (Incluem-se neste item os cursos de idiomas);

II – Ouvinte em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

III – Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;

IV – Projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do curso;

V – Exposição em eventos técnico-científicos;

VI – Organização de eventos acadêmicos e técnico-científicos;

VII – Publicações em revistas, periódicos e anais de eventos técnico-científicos;

VIII – Realização de estágio não obrigatório, na área do curso;

IX – Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

X – Participação no Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT);

XI – Participação como monitor no Programa de Monitoria Acadêmica;

XII – Trabalho como empreendedor na área do curso;

XIII – Trabalho com vínculo empregatício, na área do curso;

XIV – Participação em projetos não previstos como atividades curriculares de cursos de graduação ou das disciplinas de graduação.

Grupo 4 – Atividades de extensão universitária, incluindo:

I – Bolsista, voluntário ou membro da equipe de execução em ações de extensão e cultura;

II – Participação em ações de extensão e cultura;

III – Ouvinte em palestras, congressos e seminários técnico-científicos de cunho extensionista.

IV – Apresentador ou expositor de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos de cunho extensionista;

V – Publicação resultante de projetos de extensão e cultura ou de material de divulgação científica;

VI – Participação como voluntário em ações de extensão institucionais.

Parágrafo único. Serão consideradas ações de extensão e cultura aquelas registradas e reconhecidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC, ou órgãos correlatos de outras IES.

Art. 5º A validação das atividades complementares apresentadas pelos discentes fica condicionada a atender aos seguintes critérios:

I – As atividades complementares serão avaliadas segundo a carga horária ou por participação efetiva do aluno;

II – As atividades que se enquadram em mais de um item serão validadas por aquele que propiciar maior carga horária ou a critério do discente;

III – O aluno deverá participar de, no mínimo, 10 (dez) horas de atividade de cada um dos grupos listados.

Art. 6º Será considerado aprovado o aluno que completar a carga horária mínima exigida, devendo participar de, no mínimo, 10 (dez) horas de atividades de cada um dos grupos listados.

Art. 7º Serão consideradas atividades complementares, para efeito de integralização curricular, todas aquelas realizadas fora da matriz curricular, desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos nas Tabelas 1 a 4, constantes do apêndice desta resolução.

Art. 8º Caberá à Pró-Reitoria de Graduação dispor, em regulamento específico, as atribuições dos envolvidos e o fluxo do processo de validação das atividades complementares.

Art. 9º A presente resolução será aplicada aos alunos de graduação ingressantes em 2017 e em anos posteriores.

Parágrafo único. Aos alunos de graduação ingressantes em anos anteriores a 2017, será facultado atender às disposições contidas nesta resolução.

Art. 10 Os casos omissos e de adaptação curricular serão resolvidos pela Coordenação de Curso.

Art. 11 Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da UFABC.

13 ESTÁGIO CURRICULAR

Além de o BPT ser composto por disciplinas teóricas e trabalhos individuais de pesquisa, a prática da profissão pode ser importante ao aluno que queira ter conhecimento do mercado de trabalho. No entanto, o estágio do BPT não é obrigatório. Os que optarem por

realizar o estágio não obrigatório, podem validar os horários trabalhados como atividades complementares, respeitando as regras da universidade sobre esse item.

Definição de Estágio

De acordo com a Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu artigo 10:

"Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos".

Objetivos do Estágio

O curso de BPT entende como objetivos específicos do estágio para a formação do aluno:

- Promover o exercício das atribuições da própria profissão de forma a capacitar o aluno a atuar na área e atender ao mercado de imediato.
- Aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
- Aplicação dos conhecimentos adquiridos na universidade em um ambiente de trabalho.
- Complementação do ensino e da aprendizagem adquiridos na universidade, a fim de constituir-se em um instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.
- Propiciar o relacionamento com profissionais da respectiva área, a fim de adquirir e assimilar experiências.

Regulamentação de Estágio Não Obrigatório

O estágio não obrigatório permitido aos alunos do curso de BPT da UFABC poderá ser realizado nas dependências da própria universidade, em empresas ou em instituições externas, nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

O estágio não obrigatório, relacionado com a área de Planejamento Territorial, deverá ser realizado sob orientação de um professor da UFABC, com afinidades na área de conhecimento do estágio. O orientador é responsável por analisar o andamento do estágio, observando que o mesmo deve se constituir em uma atividade de aprendizado, aprofundamento e aplicação dos conhecimentos adquiridos na UFABC.

14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme a Resolução CONCECS S Nº 30 de 14 DE dezembro de 2015¹³, o aluno deverá apresentar ao final do curso um Trabalho de Conclusão, que será realizado nas disciplinas TCC I e II de Planejamento Territorial a serem cursadas nos dois últimos quadrimestres do curso, preferencialmente.

O Trabalho de Conclusão terá a supervisão de um professor responsável, credenciado no BPT, e será defendido perante uma banca composta pelo orientador e mais dois professores adicionais, definidos pelo professor coordenador e o aluno.

O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado poderá ser resultado de um desdobramento de trabalho de pesquisa anteriormente realizado pelo aluno, ou ainda, como aprofundamento de uma das temáticas desenvolvidas nas disciplinas de integração e síntese, denominadas *oficinas* (constantes no Quadro 1), visto que abordam problemáticas específicas do BPT.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com o projeto pedagógico da UFABC, a avaliação* do processo de ensino e aprendizagem no BPT é feita por meio de conceitos. Os parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceito são listados no seguinte quadro¹⁴:

Quadro 8: Parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceito

Conceito	Desempenho	Valor Numérico
A	Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso do conteúdo.	4
B	Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.	3
C	Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.	2
D	Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente.	1

F	Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.	0
O	Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.	0

* O indicativo I (Incompleto), que informa que uma pequena parte dos requisitos da disciplina cursada precisa ser completada, sendo posteriormente convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadriestre subsequente, é um artifício utilizado no TCC do Bacharelado em Planejamento Territorial, sendo que o mesmo poderá ser posteriormente substituído por outro indicativo similar, caso o sistema acadêmico da UFABC assim determine.

No decorrer da vida acadêmica dos estudantes de graduação da UFABC, são gerados alguns coeficientes de avaliação com base nas disciplinas e créditos cursados, nos conceitos obtidos e no número de quadrimestres de permanência do estudante na Universidade, conforme Resolução ConsEPE Nº 147 de 19 de março de 2013¹⁵. Estes coeficientes servem para a avaliação geral e elaboração de políticas para os cursos de graduação da UFABC, e também para subsidiar processos internos de suporte pedagógico e seleção. Veja os principais coeficientes:

Coeficiente de Rendimento (CR): É um número que mostra como vem sendo o aproveitamento do aluno em relação às disciplinas cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos.

Coeficiente de Aproveitamento (CA): É um número definido pela média dos melhores conceitos obtidos nas disciplinas cursadas pelo aluno a partir da matriz sugerida para o seu curso. Seu cálculo é idêntico ao do CR, com a exceção de que o CA elimina do cálculo as disciplinas de menor conceito que o aluno tenha refeito e obtido um conceito superior.

Coeficiente de Progressão Acadêmica (CPk): É um número que informa a razão entre os créditos das disciplinas aprovadas e o número total de créditos exigidos para integralização de um curso (o BC&H ou BPT). O valor do CPk cresce à medida que o aluno vai sendo aprovado nas disciplinas cursadas, de acordo com suas categorias: obrigatória, opção limitada ou livre, para o curso considerado. Quando CPk alcançar o valor unitário, o aluno concluiu os créditos correspondentes às disciplinas do curso considerado.

Índice de Afinidade (Ik): É um número que leva em conta o grau de progressão do aluno em um determinado curso (CPk), o tempo de permanência ingresso do aluno na universidade e o seu coeficiente de rendimento (CR).

A metodologia e os critérios de recuperação são regulamentados pela Resolução ConsEPE Nº 182 de 23 de outubro de 2014 (ou outra Resolução que venha a substituí-la).

16 INFRAESTRUTURA

16.1 Os Laboratórios

Laboratórios Didáticos Secos

O BPT conta com 1 laboratório de Cartografia e Geoprocessamento com computadores e softwares de desenho, geoprocessamento e sensoriamento remoto com 45 lugares. Esse laboratório atenderá as disciplinas obrigatórias de *Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial* e *Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento* e para a disciplina de opção limitada de *Informática Aplicada ao Planejamento Territorial*.

Para as disciplinas no formato de oficinas existem 2 laboratórios com **38 lugares** com mesas para elaboração e manipulação de material cartográfico, maquetes e outros. Esses laboratórios atendem as disciplinas obrigatórias de *Métodos de Planejamento, Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional, Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais, Oficina de Planejamento Urbano e Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana* e a disciplina de opção limitada *Oficina de Projeto Urbano*.

Laboratórios de Informática

Além dos laboratórios específicos para o BPT o Câmpus de São Bernardo do Campo conta com 4 laboratórios de informática, todos no Bloco Alfa 1 e mais 3 no Bloco Alfa 2. Esses laboratórios atendem outras disciplinas que demandam estrutura de softwares e que são ofertadas em outros cursos tais como *Introdução a Análise Custo-benefício de Políticas Públicas* e *Introdução à Inferência Estatística* e elencadas no rol das disciplinas limitadas do BPT.

Laboratórios de Pesquisa

Para o desenvolvimento de pesquisas o BPT, por meio de seus docentes, está associado ao Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade – NCTS e ao Programa de Pós-Graduação de Planejamento e Gestão do Território-Pós-PGT que dispõem de áreas para o desenvolvimento de pesquisa no Câmpus de São Bernardo do Campo.

16.2 A Biblioteca

As Bibliotecas da UFABC têm por objetivo o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Trata-se de uma biblioteca central em Santo André e uma biblioteca setorial em São Bernardo do Campo, abertas também à comunidade externa.

Ambas as bibliotecas prestam atendimento aos usuários de segunda à sexta-feira, das 09h às 22h e aos sábados, das 9h às 13h.

Acervo

O acervo da Biblioteca atende aos discentes, docentes, pesquisadores e demais pessoas vinculadas à Universidade, para consulta local e empréstimos, e quando possível aos

usuários de outras Instituições de Ensino e Pesquisa, através do Empréstimo Entre Bibliotecas – EEB, e ainda atenderá a comunidade externa somente para consultas locais. A coleção da Biblioteca é composta por livros, recursos audiovisuais (DVDs, CD-Roms), softwares, e anais de congressos e outros eventos.

Periódicos

A UFABC participa na qualidade de universidade pública, do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece acesso a textos selecionados em mais de 15.500 publicações periódicas internacionais e nacionais, além das mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. O Portal inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web. A Biblioteca conta com pessoal qualificado para auxiliar a comunidade acadêmica no uso dessas ferramentas.

Política de Desenvolvimento de Coleções

Aprovado pelo Comitê de Bibliotecas e em vigor desde em 14 de novembro de 2006, o manual de desenvolvimento de coleções define qual a política de atualização e desenvolvimento do acervo.

Essa política delineia as atividades relacionadas à localização e escolha do acervo bibliográfico para respectiva obtenção, sua estrutura e categorização, sua manutenção física preventiva e de conteúdo, de modo que o desenvolvimento da Biblioteca ocorra de modo planejado e consonante as reais necessidades.

Importante ressaltar o forte crescimento do crescimento do acervo de ambas as unidades nos últimos anos.

Projetos desenvolvidos pela Biblioteca

Além das atividades de rotina, típicas de uma biblioteca universitária, atualmente estão em desenvolvimento os seguintes projetos:

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFABC
A Biblioteca possui, desde agosto de 2009, o sistema online TEDE (desenvolvido pelo IBICT/MC&T) para disponibilização de Teses e Dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da instituição.
- Repositório Digital da UFABC - Memória Acadêmica
Encontra-se, em fase de implantação, o sistema para gerenciamento do Repositório Digital da UFABC. O recurso oferece um espaço onde o professor pode fornecer uma cópia de cada um de seus trabalhos à universidade, de modo a compor a memória unificada da produção científica da instituição.
- Ações Culturais
Com o objetivo de promover a reflexão, a crítica e a ação nos espaços universitários, e buscando interagir com seus diferentes usuários, a Biblioteca da UFABC desenvolve o projeto cultural intitulado “Biblioteca Viva”.

Convênios

A Biblioteca desenvolve atividades em cooperação com outras instituições, externas à UFABC, em forma de parcerias, compartilhamentos e cooperação técnica.

- IBGE
Com o objetivo de ampliar, para a sociedade, o acesso às informações produzidas pelo IBGE, a Biblioteca firmou, em 26 de agosto de 2007, um convênio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminações de Informações do IBGE. Por meio desse acordo, a Biblioteca da UFABC passou a ser biblioteca depositária das publicações editadas por esse órgão.
- EEB – Empréstimo Entre Bibliotecas
Esse serviço estabelece um convênio de cooperação que potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país.

A Biblioteca da UFABC já firmou convênio com as seguintes Bibliotecas das seguintes faculdades / institutos (pertencentes à USP - Universidade de São Paulo):

- IB - Instituto de Biociências;
- CQ - Conjunto das Químicas;
- POLI - Escola Politécnica;
- FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade;
- IF – Instituto de Física;
- IEE - Instituto de Eletrotécnica e Energia;
- IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares.

Encontra-se, em fase de negociação, a proposta de convênios para EEB com mais cinco instituições (ITA, FEI, Instituto Mauá de Tecnologia, Fundação Santo André e IMES).

16.3 Os Recursos Tecnológicos

No Câmpus de São Bernardo do Campo da UFABC, onde ocorrem as aulas do BPT Ciências e Humanidades, os recursos tecnológicos atualmente incluem:

- Acesso à Internet com velocidade de 10Mbps.
- Backbone da rede interna da UFABC com capacidade mínima de 1 Gbps.
- Um projetor (data show) e um computador com acesso à Internet em cada sala de aula.
- Utilização da Plataforma Tidia-Ae para atividades a distância e presenciais.

17 ACESSIBILIDADE

A UFABC está comprometida com a garantia do uso autônomo dos espaços nos dois campi por pessoas com deficiências físicas e visuais, conforme Decreto nº 5.296/2004 (detalhes são apresentados na Seção 14. Infraestrutura). Ainda, a UFABC tem ampliado o conceito de acessibilidade para acessibilidade atitudinal, acessibilidade pedagógica, acessibilidade nas comunicações e acessibilidade digital, conforme as diretrizes do instrumento de avaliação de cursos de graduação do INEP-MEC.

A Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) é o órgão responsável por formular, propor, avaliar e conduzir as políticas afirmativas e as relativas aos assuntos comunitários da UFABC. Na ProAP encontram-se programas específicos de

apoio aos discentes portadores de deficiências, como o auxílio acessibilidade em que os alunos são contemplados com bolsa, conforme a publicação de editais do programa.

Na acessibilidade atitudinal, as Coordenações dos Cursos de Engenharia procuram em suas plenárias, orientar os docentes (disseminador de informação junto ao corpo discente) quanto à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Ainda, quanto à acessibilidade pedagógica, os docentes são incentivados à utilização de estratégias pedagógicas para abordar determinados conteúdos que não imponham barreiras ao ensino-aprendizagem de portadores de deficiência.

18 DOCENTES

Os docentes relacionados no Quadro 7 participam da plenária do Bacharelado em Planejamento Territorial. Todos são doutores e dedicação exclusiva como regime de trabalho.

Quadro 9: Docentes Credenciados ao Curso de BPT

	Nome	Área de Formação - Doutor (a) em:	Titulação	Regime de Trabalho
1	Angelo Marcos de Queiroz Prates	Economia	Doutor	DE
2	Arilson da Silva Favareto*	Ciências Sociais – Ciência Ambiental	Doutor	DE
3	Carolina Moutinho Duque do Pinho*	Sensoriamento remoto - Geografia	Doutora	DE
4	Diana Sarita Hamburguer	Geografia	Doutora	DE
5	Flávia da Fonseca Feitosa*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
6	Francisco de Assis Comaru*	Engenharia Civil – Saúde Pública	Doutor	DE
7	Gerardo Alberto Silva*	Geografia – Planejamento Urbano	Doutor	DE
8	Gilson Lameira de Silva	Arquitetura e Urbanismo	Doutor	DE
9	Guadalupe Almeida	Direito	Doutora	DE
10	Humberto Paiva Júnior	Engenharia Civil	Doutor	DE
11	Jeroen Johannes Klink*	Economia	Doutor	DE
12	Katia Canil	Geografia	Doutora	DE
13	Klaus Frey*	Ciências Sociais	Doutor	DE
14	Leonardo Freire de Mello*	Engenharia Agronomia - Demografia	Doutor	DE
15	Luciana Nicolau Ferrara	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
16	Luciana Rodrigues Fagnini Costa	Arquitetura e	Doutora	DE

	Travassos*	Urbanismo		
17	Luiz Roberto de Paula	Antropologia	Doutor	DE
18	Marcos Barcellos de Souza	Economia	Doutor	
19	Marcos Vinicius Pó	Engenharia Elétrica – Política Pública	Doutor	DE
20	Maria de Lourdes Pereira Fonseca*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
21	Mariana Mencio	Direito	Doutora	DE
22	Ricardo de Souza Moretti*	Engenharia Civil	Doutor	DE
23	Rosana Denaldi*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
24	Sandra Irene Momm Schult*	Arquitetura e Urbanismo - Ciência Ambiental	Doutora	DE
25	Silvia Helena F Passarelli*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
26	Silvana Maria Zioni*	Arquitetura e Urbanismo	Doutora	DE
27	Vanessa Lucena Empinotti*	Engenharia Agronomia	Doutora	DE

Observações: Dedição Exclusiva=DE; s docentes indicados com * estão associados ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território - PÓS-PGT.

18.1 Núcleo Docente Estruturante

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), por meio da Resolução nº 1 de 17/6/2010, normatizou o núcleo docente estruturante dos cursos de graduação do Brasil. Nos termos do artigo 1º, o núcleo é composto por grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Nos termos do parágrafo único do artigo 1º, os professores integrantes do núcleo deverão exercer liderança acadêmica percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e do curso.

Por sua vez, a Universidade Federal do ABC instituiu o Núcleo Docente Estruturante no âmbito de todos os cursos de Graduação, através da Resolução Consepe nº 179 de 21 de julho de 2014. De acordo como o artigo 4º, o núcleo é composto por um mínimo de 5 (cinco) docentes, indicados pelo curso. No mínimo, nos termos do artigo 5º, o mandato dos professores será de 3 (três anos) e contará com um Presidente escolhido por seus pares, com prazo de duração do mandato determinado pela Coordenação.

Com base na Resolução Consepe nº 179/2014, a Portaria CECS nº 62 de 9 de setembro de 2014 alterou a composição do núcleo do bacharelado em planejamento territorial e designou a nova composição de docentes.

A nova gestão conta com a Presidente designada pela Portaria CECS nº 76 de 18/11/2014 e pela eleição realizada no dia 27/3/2015. Em razão da diferença entre os períodos de

nomeação de cada membro da Presidência, a coordenação deliberou no dia 27/3/2015, conforme ata da reunião, que o início do mandato de ambas será computado a partir de 18/11/2014. Assim, o mandato da atual Presidência será encerrado no dia 18/11/2017.

A importância do núcleo docente estruturante está pautada em suas atribuições específicas, que posteriormente contarão com a aprovação da Coordenação do curso. De acordo como o artigo 3º as competências são exercidas de forma consultiva e propositiva no sentido de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso (I); promoção da integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino indicadas no currículo (II); estimular o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão e sua articulação com a pós-graduação, oriundas das necessidades do curso de graduação, das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas públicas próprias à área de conhecimento (III) e zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso e demais marcos regulatórios (IV).

Quadro 10 – Núcleo Docentes Estruturante do curso de Bacharelado Planejamento Territorial.

Nome
Arilson da Silva Favareto
Jeroen Johannes Klink
Leonardo Freire de Mello
Klaus Frey
Maria De Lourdes Pereira Fonseca
Mariana Mencio (Vice-Presidente)
Rosana Denaldi (Presidente)
Sandra Irene Momm Schult
Silvana Maria Zioni

19 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

No projeto pedagógico da UFABC, existem mecanismos de autoavaliação implementados e em andamento, que se encontram em constante aprimoramento, a partir das experiências compartilhadas entre os demais cursos de Graduação e em consonância com os trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA)¹⁶ da UFABC.

Os mecanismos de avaliação e autoavaliação permanentes da efetividade do processo de ensino-aprendizagem são aplicados à Universidade Federal do ABC ou por esta IFES implementados, visando compatibilizar a oferta de vagas, os objetivos do Curso, o perfil do egresso e a demanda do mercado de trabalho para os diferentes cursos.

O processo de avaliação de disciplinas na Universidade é realizado ao final de cada quadrimestre, por meio da aplicação de pesquisas de opinião realizadas online com discentes e docentes. Por sua vez, uma vez por ano igualmente é realizada a avaliação dos

cursos de forma geral, sendo que o acesso ao sistema de todas as avaliações é realizado de maneira controlada e com utilização de senha.

Após a aplicação da avaliação pela Universidade, os dados são tabulados para gerar três tipos de relatórios. O primeiro contém os resultados obtidos por cada turma; o segundo explicita os resultados obtidos por todas as turmas em que foram ofertadas a mesma disciplina e o terceiro demonstra todos os resultados conjuntamente, como um perfil do ensino de Graduação da Instituição. Os dois primeiros relatórios são fornecidos apenas aos coordenadores de cada curso de Graduação, assim como ao órgão superior responsável pelo curso (no caso dos Bacharelados Interdisciplinares, a PROGRAD). O terceiro tipo de relatório é de domínio público e está disponível na página da CPA. Com o envio dos relatórios de turmas e disciplinas aos coordenadores, é fomentada a discussão com a plenária da coordenação e/ou plenária do curso sobre os encaminhamentos necessários para a melhoria contínua do ensino de Graduação na UFABC.

Especificamente o curso de Planejamento Territorial, utiliza os relatórios obtidos pelo sistema de avaliação da Universidade para promover discussões internas junto à plenária da coordenação do curso, mediante o auxílio do Núcleo Docente Estruturante.

Ao lado do sistema institucional de avaliações da Universidade, a coordenação e o núcleo docente estruturante acrescentaram outro sistema específico de avaliação interna do curso, que abrange um sistema de postagem de planos de ensino e atividades realizadas nas disciplinas e a aplicação de pesquisa junto aos estudantes do BPT. O sistema de postagem de planos de ensino e de atividades realizadas nas disciplinas, (disponível no Tidia da Ufabc (disponível em <http://tidia-ae.ufabc.edu.br/portal/site/56e14b10-f909-4cb1-9939-1c5f56f6da17/page/5df38848-7deb-428b-b681-66f4ec4ffd19>) apresenta três funções básicas: a) sistematização de informações para o planejamento das integrações horizontais e verticais entre as disciplinas, b) avaliação de superposições de bibliografias e temas, ou o contrário, áreas e atividades que não estão trabalhadas nas disciplinas do curso e c) registro da memória das atividades realizadas no curso.

De outro lado, a aplicação da pesquisa junto aos docentes, no final de cada quadrimestre, consiste na entrega de questionários aos alunos por parte dos professores com o intuito de avaliar os seguintes itens da disciplina ministrada: a) conteúdo, b) nível de dificuldade, c) sobreposição entre conteúdos de disciplinas anteriormente cursadas; d) adequação dos trabalhos e atividades de estudo extra classe ao tempo da carga horária apontada na ementa da disciplina, e) recursos didáticos utilizados pelo professor; f) aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, relacionando com as oportunidades do mercado de trabalho e g) bibliografia.

Os docentes deverão encaminhar os questionários para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que, por sua vez, promoverá discussões entre os docentes integrantes. Posteriormente, um parecer do NDE será encaminhado à Coordenação para que sejam tomadas as medidas adequadas ao aperfeiçoamento do curso.

É importante ressaltar, que esta avaliação interna não se confunde com a avaliação quadrimestral realizada pela Universidade. Este último sistema de avaliação apresenta objetivos específicos aplicados exclusivamente ao curso de planejamento territorial.

20. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Quadro 11: Convalidação entre o PPP-BPT 2013 e o PPP-BPT 2017:

MATRIZ 2013			MATRIZ 2017	
Código	Sigla	Disciplina	Sigla	Disciplina
BH1343	ESHT001-13	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território
BH1408	ESHT002-13	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial
BH1344	ESHT003-13	Demografia	ESHT003-17	Demografia
BH1345	ESHT004-13	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil
BH1346	ESHT005-13	Economia do Território	ESHT005-17	Economia do Território
BH1157	ESHT006-13	Economia Urbana	ESHT006-17	Economia Urbana
BH1347	ESHT007-13	Estudos do Meio Físico	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico
BH1159	ESHT008-13	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território
BH1348	ESHT009-13	História da Cidade e do Urbanismo	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo
BH1349	ESHT010-13	Métodos de Planejamento	ESHT010-17	Métodos de Planejamento
BH1350	ESHT011-13	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	ESHT011-17	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento
BH1351	ESHT012-13	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local
BH1354	ESHT013-13	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	ESHT013-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional
BH1352	ESHT014-13	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	ESHT014-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais
BH1355	ESHT015-13	Oficina de Planejamento Urbano	ESHT015-17	Oficina de Planejamento Urbano
BH1353	ESHT016-13	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	ESHT016-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana
BH1356	ESHT017-13	Planejamento e Política Ambiental	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental
BH1357	ESHT018-13	Planejamento e Política Regional	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional
BH1358	ESHT019-13	Planejamento e Política Rural	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural
BH1359	ESHT020-13	Política Metropolitana	ESHT020-17	Política Metropolitana
BH1360	ESHT021-13	Política Urbana	ESHT021-17	Política Urbana
BH1361	ESHT022-13	Regulação Urbanística e Ambiental	ESTU039-17	Regulação Ambiental e Urbanística
BH1362	ESHT023-13	Sociologia dos Territórios	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios
BH1363	ESHT024-13	Uso do Solo Urbano	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano

BH1426	ESHT900-13	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESHT902-17	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial
BH1427	ESHT901-13	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESHT903-17	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial
CS4101	ESZT001-13	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas
CS3401	ESZT002-13	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana
CS3408	ESZT003-13	Energia e Abastecimento	ESZT003-17	Energia e Abastecimento
CS3409	ESZT004-13	Habitação e Assentamentos Precários	ESTU007-17	Habitação e Assentamentos Humanos
CS3406	ESZT005-13	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial
CS3402	ESZT006-13	Mercado Imobiliário	ESZT006-17	Mercado Imobiliário
CS3405	ESZT007-13	Oficina de Projeto Urbano	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano
CS3410	ESZT008-13	Patrimônio Cultural e Paisagem	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem
CS3404	ESZT009-13	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais
CS3112	ESZT010-13	Políticas de Infraestrutura	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura
CS3411	ESZT011-13	Política Habitacional	ESZT011-17	Política Habitacional
CS3412	ESZT012-13	Saneamento Ambiental	ESZT012-17	Saneamento Ambiental
CS3413	ESZT013-13	Segurança dos Territórios	ESZT013-17	Segurança dos Territórios
CS3407	ESZT014-13	Sustentabilidade e Indicadores	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores
CS3414	ESZT015-13	Território e Logística	ESZT015-17	Território e Logística
CS3403	ESZT016-13	Urbanização Brasileira	ESZT016-17	Urbanização Brasileira
BH1330	ESZC012-13	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais

Referências

GEPPERT, A. & COTTELA, G. *Quality Issues in a changing European Higher Education Area.* Reims: Alliance; AESOP, 2010. Disponível em: <http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf>

AESOP. *What is planning.* Disponível em <<http://www.aesop-planning.com/>> Acesso em 8 de novembro de 2010.

IPEA; IBGE; UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana.* Brasília: IPEA, 2001.

Notas

¹ Portarias 398 e 400 de 25 de novembro de 2011.

² Uma ilustração da referida tendência internacional é a criação do chamado *Indian Institute for Human Settlements* - IIHS, a primeira universidade Indiana voltada para a formação de quadros profissionais atuando na gestão e planejamento das áreas rurais, urbanas e regionais desse país (a partir da criação do chamado *Bachelor of Urban Practice*). Além do próprio governo Indiano, a iniciativa pioneira ainda conta com apoio da Fundação Rockefeller, do MIT (EUA), da *University College London* (DPU – *Development Planning Unit*) e da própria UFABC. Em uma reunião ocorrida em junho de 2011 em Brasília, entre a presidência da CAPES, a diretoria do CNPq, o Ministério das Cidades, a UFRJ (único programa conceito 6 na área de planejamento urbano e demografia), a UFABC e o IIHS, confirmou-se o interesse brasileiro e indiano em trocar experiências em torno da criação dos bacharelados interdisciplinares em planejamento territorial.

³<http://www.aesop-planning.com/>

⁴<http://www.planningaccreditationboard.org/>

⁵ Atualmente, existem no Brasil 30 cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e/ou doutorado, reconhecidos pela CAPES na Área de Planejamento Urbano e Regional, sendo 7 mestrados profissionalizantes. Esses cursos possuem com uma diversidade de nomes, áreas de concentração e com foco em diversos temas relacionados à: desenvolvimento, planejamento territorial (urbano, regional, rural e ambiental), agronegócio e gestão urbana. A eles somam-se inúmeros cursos de especialização.

⁶ Destacamos a criação em 2009 do programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, pertencente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de um curso de graduação que articula várias unidades do CCJE: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI). Da mesma forma, identificamos recentemente, por meio de uma reunião conjunta entre os coordenadores dos cursos, a existência de outros três cursos de graduação semelhantes ao planejamento territorial: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

⁷<http://www.ccje.ufrj.br/gpdes/apresentacao/home.html>

⁸No dia 16 de junho de 2015 o Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Planejamento Territorial organizou uma reunião com a participação de outras Universidades Públicas que atuam na coordenação de cursos semelhantes ao Bacharelado em Planejamento Territorial. O propósito do encontro foi promover uma reflexão conjunta entre os cursos para identificar pontos comuns entre os projetos pedagógicos, estratégias adotadas na promoção de ações para viabilização de atuação profissional dos egressos do curso e o desenvolvimento de ações acadêmicas para a criação do campo de estudo denominado “Desenvolvimento e Planejamento Territorial”. A criação deste campo de estudo, em última análise, tem o objetivo de viabilizar a pesquisa e levantamento de outros cursos que apresentem projetos pedagógicos semelhantes ao Bacharelado em Planejamento Territorial.

A reunião contou com a participação dos coordenadores dos cursos das seguintes Universidades: Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e Vice-Coordenador do Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

⁹Portaria Nº 665 de 12 de março de 2015. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao/cursos/ics-cursos/bacharelado-em-planejamento-de-desenvolvimento-regional>.

¹⁰Ano de criação: 2011. <https://curso.de.desenvolvimento.rural.e.seguranca.alimentar.da.universidade.de.integracao.latino.americana.unila>.

¹¹Ano de criação: 1996. <http://www.uneb.br/cursos-presenciais/>.

¹² Disponível em: <http://prograd.ufabc.edu.br/cg-resolucoes/1242-resolucao-cg-10>. Acesso em: 19 de out. 2016.

¹³ Disponível em http://cecs.ufabc.edu.br/images/pdf/resolucao_concecs_30.pdf, Acesso em 16 Ago. 2016.

¹⁴ Disponível em: http://prograd.ufabc.edu.br/doc/manual_aluno_2015.pdf. Acessado em: 16 de ago. 2016.

¹⁵ Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7645%3Aresolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc&catid=427%3Aconsepe-resolucoes&Itemid=280. Acesso em: 19 de out. 2016.

¹⁶ Disponível em:

http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3772. Acesso em: 19 out. 2016

ⁱ A Figura abaixo da AESOP (2010) apresenta uma síntese das capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cursos de planejamento:

K - Knowledge and understanding with regard to:

- *Spatial planning and policy-making in different institutional contexts;*
- *Theoretical foundations of planning concepts, methods and styles in a comparative international perspective;*
 - *The processes that determine urban and regional development as well as their interconnectedness with the three dimensions of sustainability (economical, societal, environmental) ;*
 - *Robust knowledge reflecting the current state of the art within the specializations chosen in the programs offer : Territorial policies of the European Union – Planning cities and regions for competitiveness – Planning the transition*

towards the knowledge society – Regeneration of wide distressed urban areas – Project management – Innovative tools for planning)

T- Technical skills: ability to apply the knowledge to the professional practise:

- *Carry out advanced studies on current problems, opportunities and future needs in the field of planning at the local, national and international level and for this purpose:*
 - *Use quantitative and qualitative tools for spatial analysis*
 - *Analyze the game of the stakeholders*
 - *Relate a planning question to its social, economical, environmental, political context*
 - *Propose a comprehensive strategy to cope with a planning issue and for this purpose:*
 - *Develop inter-sectorial and multi-scalar approaches*
 - *Evaluate the institutional and financial implications of a planning project and/or policy*
 - *Carry out an environmental assessment of of planning project/policy*

O- Overall ability to judge:

- *Assess the merits of various theoretical and policy-based analyses of planning*
- *Detect the implicit assumptions in theoretical and societal views on planning problems*
- *Contextualize planning objectives and policies in different timely, cultural and institutional backgrounds*
- *Develop their own opinion on the nature and manner of dealing with new planning problems*

C- Communicative skills:

- *Make effective and oral an written presentations of complex tasks in urban planning and regional development*
- *Use of the modern communication techniques and tools*
- *Lead and work in international, multi-disciplinary contexts*
- *Negotiate with institutional and non-institutional stakeholders*

L- Learning abilities:

- *Independently track developments within the discipline*
- *Define his needs and make good use of life-long professional learning opportunities*
 - *Adapt to the evolutions of a career and when relevant develop/transform his profile*
 - *Study at post-mater level, including PhD".*



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



ANEXO I

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E DE OPÇÃO LIMITADA DO BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

**SÃO BERNARDO DO CAMPO
2017**

Disciplinas Obrigatórias para o Bacharelado em Planejamento Territorial

01 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Sigla: BIR0603-15

Quadrimestre: 1º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar o campo de estudos dedicado à análise das relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, com destaques para sua formação e evolução histórica, principais escolas teóricas e formas de abordagem. Promover o debate crítico entre os alunos visando à compreensão da interdependência entre Ciência, Tecnologia e Sociedade e da responsabilidade social dos cientistas e profissionais, tanto do campo das engenharias quanto do campo das humanidades.

Ementa: Evolução bio-cultural do ser humano: técnicas e tecnologias como dimensões da humanidade. Metodologia, racionalidade e relativismo. Ciência, tecnologia e inovação como fato social. Indivíduo, Estado e sociedade. Política científica e tecnológica. Valores e ética na prática científica. Controvérsias científicas.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick; LANDAIS, E. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 86 p. 98 ISBN 8571395306.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. 639 p. (A era da informação economia, sociedade e cultura volume 1). Inclui bibliografia. ISBN 9788577530366.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p. (Biblioteca básica). ISBN 857139265X.

ROSENBERG, Nathan. Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia. Câmpusnas, SP: Editora da Unicamp, 2006. 429 p. (Clássicos da inovação). ISBN 9788526807426.

KIM, Linsu; NELSON, Richard R. Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente. [Technology, learning, and innovation: experiences of newly industrializing economies]. Câmpusnas, SP: Editora Unicamp, 2005. 503 p. (Clássicos da inovação). ISBN 9788526807013.

INVERNIZZI, N. FRAGA, L. Estado da arte na educação em ciência, tecnologia, sociedade e ambiente no Brasil, Ciência & Ensino, vol. 1, número especial, novembro de 2007.

Disponível: <http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/cienciaeensino/issue/view/15>.

HOBSBAWN, E. (1995) Era dos Extremos – o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras. Cap. 18: Feiticeiros e aprendizes: as ciências naturais, pp. 504-536.

SZMRECSÁNYI, T. (2001) Esboços de História Econômica da Ciência e da Tecnologia. In Soares, L. C. Da Revolução Científica à Big (Business) Science. Hucitec/Eduff, p. 155-200.

MOWERY, D. & ROSENBERG, N. (2005) Trajetórias da Inovação – mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Editora da Unicamp original de 1998, Introdução e Cap. 1: A institucionalização da Inovação, 1900- 1990, pp. 11-60.

STOKES, D. (2005) O Quadrante de Pasteur – a ciência básica e a inovação tecnológica. Editora da Unicamp (original de 1997), “Cap. 1: Enunciando o problema”, pp. 15-50.

Bibliografia Complementar:

ARBIX, Glauco. Caminhos cruzados: rumo a uma estratégia de desenvolvimento baseada na inovação. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 87, July 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000200002&lng=en&nrm=iso>. Access on 21 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200002>.

- BRITO CRUZ, C. H. & PACHECO, C. A. Conhecimento e Inovação: desafios do Brasil no século XXI. IE, UNICAMP: 2004. Mimeo. http://www.inovacao.unicamp.br/report/intepacheco_brito.pdf
- HOBSBAWN, E. (1969) Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1983. Introdução (p. 13-21) e caps. 2 e 3 (ps. 33-73).
- HOBSBAWN, E. (1982) A Era das Revoluções. RJ, Ed. Paz e Terra, "Conclusão: rumo a 1848" (p. 321-332).
- SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: O impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: 34, 2003. 320 p. ISBN 9788573262773.
- SANTOS, W. L. P. MORTIMER, E. F. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência – Tecnologia – Sociedade) no contexto da educação brasileira, Pesquisa em Educação em Ciências, v. 2, n. 2, dez, 2002.
- TIGRE, P. (2005) Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. Revista Brasileira de Inovação, vol 4, num. 1, pp. 187-224. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/285/201>.
- MOREL, R.L.M. Ciência e Estado, a política científica no Brasil, São Paulo: T.A. Queiroz, 1979, cap. 2. Jao. Cap. 1 - Teorias Econômicas.
- LACEY, H. O princípio da precaução e a autonomia da ciência. Sciencia & Studia, v.4, n.3, 2006.
- LACEY, H. O lugar da ciência no mundo dos valores e da experiência humana. V.7, n.4, 2009.

02 | TEMAS E PROBLEMAS EM FILOSOFIA

Sigla: BHP0201-15

Quadrimestre: 1º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: A natureza do discurso filosófico. Filosofia e Método. Tema, tese, problema. Rigor e racionalidade. Argumentação e fundamentação filosófica. A história da filosofia a partir de seus problemas. Temáticas e áreas da Filosofia. Leitura e compreensão de textos filosóficos.

Bibliografia Básica:

CHAUI, MARILENA. Introdução à história da filosofia vol. 1- dos pré-socráticos a Aristóteles, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUI, MARILENA. Introdução à história da filosofia vol. 2- As escolas helenísticas, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MARCONDES, D. Iniciação à história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 9a. ed. RJ: Zahar, 2005.

MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PORTA, M. A. G.. A filosofia a partir de seus problemas. São Paulo: Loyola, 2003. VVAA. Os filósofos através dos textos. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 6. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAUDERA, A. S. Os filósofos e seus caminhos. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2007.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. 14.ed. São Paulo: Ática, 2010.

COHEN, M. 101 problemas de filosofia. São Paulo: Loyola, 2006.

COMTE-SPONVILLE, A. Apresentação da filosofia. São Paulo: Martins fontes, 2003.

FORNET-BETTANCOURT, R.; GÓMES MULLER, A. Posições atuais da filosofia europeia. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.
FOUCAULT, M. Isto não é um cachimbo. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
JASPERS, K. Introdução ao pensamento filosófico. 15.ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
LEBRUN, G. Sobre Kant. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.

03 | ESTADO E RELAÇÕES DE PODER

Sigla: BHO0101-15

Quadrimestre: 1º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Política, Poder, Dominação e Estado. Cidadania, Democracia, Ideologia e Comportamento Político. Instituições e Processos Políticos: sistemas eleitorais, sistemas partidários e formas de governo.

Bibliografia Básica:

WEFFORT, F. Os clássicos da política. Ática, vol. 1. (remanejado da complementar)

WEFFORT, F. Os clássicos da política. Ática, vol. 2.(remanejado da complementar)

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. Paz e Terra.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, N. Era dos Direitos. Ed. Campus, 2004.

DAHL, R. Poliarquia – participação e oposição. EDUSP, 1997.

LIJPHART, A. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. (várias edições).

NICOLAU, J. Sistemas eleitorais. Ed. FGV, 5ª edição, 2008.

04 | INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

Sigla: BHQ0003-15

Quadrimestre: 1º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Colônia: miscigenação, estigmas e hierarquias sociais em Casa Grande & Senzala: a visão de Freyre. Raízes do Brasil: Sergio Buarque e a herança colonial. Caio Prado Jr. e a análise da república burguesa (1889-1930): transição, industrialização e imperialismo. Celso Furtado: a formação econômica do Brasil e a gênese do desenvolvimento das economias periféricas. Florestan Fernandes e a transformação da nação moderna a partir de 1950. Abdias do Nascimento: o combate ao racismo e diálogos sobre a questão étnica no Brasil do ponto de vista da arte e do movimento negro. Análise de obras pré-selecionadas e abordagem do contexto histórico no qual os pensadores atuaram e a influência que suas ideias tiveram sobre os sujeitos políticos dentro e fora do Estado brasileiro.

Bibliografia Básica:

- FREIRE, G. Casa grande e senzala. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FERNANDES, F.. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5^aed. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- NASCIMENTO, A., O Genocídio do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PRADO, Caio; A formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1971.

Bibliografia Complementar:

- BOMFIM, Manoel. América Latina, males de origem. 4^a. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 1993.
- CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). 2^a d. Rio de Janeiro: Difel, 1984.
- CELSO Furtado : os desafios do desenvolvimento / Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo (organizadores). – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2010.
- IANNI, Octavio (org.). Florestan Fernandes: sociologia. São Paulo: Ática, 1986. . Rediscutindo a Mestiçagem. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1987.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo: FAPESP, 34, 1999.
- ORTIZ, Renato. Identidade Nacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 1995.
- SANSONE, Lívio. "As Relações Raciais em Casa-Grande e Senzala Revisitadas à luz do Processo de Internacionalização e Globalização", in: Marcos Chor Maio & Ricardo Ventura Santos (orgs.), Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz, 4 & Queiroz, R.S. (orgs.), Raça e Diversidade. São Paulo: Editora USP, 1996.

05 | IDENTIDADE E CULTURA

Sigla: BHO0001-15

Quadrimestre: 1º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Os diversos conceitos de cultura através dos tempos; teorias sociais sobre cultura; cultura como conceito antropológico; a questão da diversidade cultural e as teorias que as explicam; o evolucionismo, o funcionalismo, o culturalismo, a difusão cultural, o estruturalismo e a teoria interpretativa da cultura; cultura e personalidade; socialização e cultura; abordagem interacionista de cultura; o significado de aculturação; cultura popular; cultura de massa; cultura de classe; cultura e a noção Bourdieuana de "habitus"; usos sociais da noção de cultura; cultura política, cultura empresarial e organizacional; relativismo cultural e etnocentrismo; conceitos de identidade; relação de identidade e cultura; identidade cultural e identidade social; concepção relacional e situacional de identidade cultural; cultura, identidade e etnia; Estado e identidade; estratégias de identidade; fronteiras da identidade; cultura e identidade na globalização; Políticas Públicas e identidade cultural; etnografia como forma de compreender a cultura

de grupos sociais; estudo de casos de implementação de Políticas Públicas em grupos sociais distintos: sucessos e insucessos.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, M.; O poder da identidade; Paz e Terra.

LÉVI STRAUSS, C.; Tristes Trópicos; Edições 70.

MATHEWS, G.; Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural; EDUSC.

Bibliografia Complementar:

ABDALA JUNIOR, B.; Margens da Cultura: mestiçagens, hibridimos & outras misturas; Boitempo Editorial.

BOSI, A.; Cultura brasileira: temas e situações; Ática.

CANCLINI, N. G.; A Globalização imaginada; Iluminuras.

CANCLINI, N. G.; Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização; UFRJ.

CANCLINI, N. G.; Culturas híbridas; EDUSP.

06 | BASES MATEMÁTICAS

Sigla: BIS0003-15

Quadrimestre: 2º

TPI: 4-0-5

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina de Bases Matemática tem como objetivo revisar conteúdos elementares da matemática do ensino médio, com ênfase nos conceitos relativos à função real, porém sobre um ponto de vista típico do ensino superior, desenvolvendo a capacidade de compreensão e uso linguagem matemática, do raciocínio lógico, diminuindo as disparidades de formação dos ingressantes no BC&T e concomitantemente ressaltando a estrutura conceitual do conhecimento matemático. Finalmente, a disciplina visa também introduzir um dos conceitos fundamentais do cálculo, os conceitos de limite e de continuidade para funções reais de uma variável.

Ementa: Elementos de Linguagem e Lógica Matemática: proposições, conectivos e quantificadores, condições necessária e suficiente. Elementos da Teoria Ingênua de Conjuntos: Conjuntos, Subconjuntos, Operações com Conjuntos: União e Intersecção. Conjuntos Numéricos: Números naturais e Indução. Números Reais. Equações e Inequações. Funções: definição e propriedades. Funções Injetoras e Sobrejetoras. Operação com Funções. Função

Composta e Inversa. Funções Reais: função escada, função módulo, funções lineares, funções polinomiais, funções racionais, funções trigonométricas, funções trigonométricas inversas, funções exponenciais e funções logarítmicas. Gráficos de funções. Transformações do gráfico de uma função: translação e dilatação. Limite e Continuidade: conceito de limite de função; propriedades dos limites; Teorema do Confronto, limites laterais; limites infinitos; Continuidade; Teorema do Valor Intermediário.

Bibliografia Básica:

STEWART, J. *Cálculo, vol. I*, Editora Thomson 2009.

BOULOS P. *Pré calculo*, São Paulo, Makron 2006.

LIMA, E.; CARVALHO, P. ; WAGNER, E.; MORGADO, A. A Matemática do Ensino Médio. Volume 1. Coleção do Professor de Matemática, Sociedade Brasileira de Matemática, 2003.

Bibliografia Complementar:

KENNEDY, D.; DEMANA, F., WAITS, K.; FOLEY, G. D. *Pré-Cálculo*, São Paulo, Editora Pearson, 2009.
MALTA, I.; PESCO, S.; LOPES, H.. *Cálculo a uma variável vol. I* São Paulo: Loyola, 2002.
LIPSCHUTZ, S. *Teoria dos Conjuntos.*, R. Janeiro: Livro Técnicos 1972.
APOSTOL T. *Cálculo, vol I*, Editora Reverté Ltda, 1981.
GUIDORIZZI, H. L Um curso de cálculo, vol I, Editora LTC 2001.

07 | PENSAMENTO CRÍTICO**Sigla:** BHP0202-15**Quadrimestre:** 2º**TPI:** 4-0-4**Carga Horária:** 48h**Recomendação:** Não há**Objetivos:**

Ementa: Inferências e argumentos. Dedução e indução. Forma lógica, validade e correção. Faláncias não formais.

Bibliografia Básica:

CARNIELLI, W. A.; EPSTEIN, R. L. Pensamento Crítico: o poder da lógica e da argumentação. São Paulo: Rideel, 2009.
VELASCO, P. D. N. Educando para a argumentação: contribuições do ensino da lógica. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
WALTON, D. N. Lógica informal: manual de argumentação crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Bibliografia Complementar:

COPI, I. M. Introdução à lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
HAACK, S. Filosofia das lógicas. São Paulo: UNESP, 2002.
PRIEST, G. Logic: a very short introduction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000. SCHOPENHAUER, A. A arte de ter razão: exposta em 38 estratagemas. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
SMULLYAN, R. Alice no país dos enigmas: incríveis problemas lógicos no país das maravilhas. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
TOULMIN, S. Os usos do argumento. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
WESTON, A. A construção do argumento. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
WILSON, J. Pensar com conceitos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

08 | INTRODUÇÃO ÀS HUMANIDADES E CIÊNCIAS SOCIAIS**Sigla:** BHO0001-15**Quadrimestre:** 2º**TPI:** 2-0-4**Carga Horária:** 24h**Recomendação:** Não há**Objetivos:**

Ementa: Especificidades da epistemologia e da metodologia nas Humanidades e Ciências Sociais. O processo de investigação científica. Construção de Objeto e Método nas Ciências

Sociais. Objetividade nas Ciências Sociais. A Possibilidade de Explicação das Ações Humanas e a Solução dos Problemas da Indução. Método Científico e Análise Social. Teorias e correntes explicativas nas Ciências Sociais.

Bibliografia Básica:

- BOURDIEU, P.; Ofício de Sociólogo; Vozes.
DA MATTÀ, R.; Relativizando; Rocco.
DURKHEIM, E.; As regras do método sociológico; Martins Fontes Editora.
GIDDENS, A.; Em defesa da sociologia; Unesp.
GIDDENS; Teoria social hoje; Unesp.
OLSON, M.; A lógica da ação coletiva; Edusp.
POPPER, K.; A lógica da pesquisa científica; Cultrix.
WEBER, M.; A metodologia das ciências sociais; Cortez.

Bibliografia Complementar:

09 | INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Sigla: BHO1101-15

Quadrimestre: 2º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: O conceito de economia. Diferentes maneiras de organizar a atividade econômica. A questão do valor: diferentes abordagens. As forças de mercado: oferta, demanda, equilíbrio e elasticidades. Mercados e bem-estar. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência imperfeita. A atividade econômica e suas medidas: PIB, renda, dispêndio; variáveis reais e nominais, índices de preços. Produção e crescimento: poupança e investimento; modelos simples de determinação da renda. O papel do Estado na economia: gastos do governo, tributação e regulação. As funções da moeda. O sistema monetário: bancos comerciais, o banco central e a oferta de moeda. O balanço de pagamentos, a questão do câmbio e outros conceitos básicos de economia internacional. Introdução ao desenvolvimento econômico. A perspectiva econômica sobre as crises contemporâneas: financeira, social, ambiental.

Bibliografia Básica:

- CHANG, H-J. 23 Coisas que não nos Contaram sobre o Capitalismo. São Paulo: Cultrix
GONÇALVES, C. E.; GUIMARÃES, B. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier
PINHO, D.B. ; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr., R. (orgs.). Manual de Economia. Equipe de professores da USP. SP: Saraiva, 6ª Ed., 2013.

Bibliografia Complementar:

- CANO, W. Introdução à Economia. Uma abordagem crítica. 3a ed. São Paulo: Editora Unesp. 2013.
DASGUPTA, P. Economia. São Paulo: Ática, 2008.
FEIJÓ, C. A. ; RAMOS, R. Contabilidade Social, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, 3 edição
KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
MANKIW, G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 5ª Ed.)

10 | FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Sigla: BHO1335-15

Quadrimestre: 2º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Examinar história do sistema internacional a partir do desenvolvimento das relações políticas e econômicas entre os diferentes povos e continentes. Análise da formação do sistema mundial, dos impérios coloniais mercantilistas e dos sucessivos ciclos de hegemonia vinculados à expansão européia. Formação e desenvolvimento da diplomacia. A construção das Relações Internacionais na Idade Moderna confunde-se com a história da formação dos Estados nacionais europeus e da difusão do modo de produção capitalista em escala global.

Bibliografia Básica:

ARRIGHI, Giovanni, O Longo século XX, Contraponto/ Editora UNESP, Rio de Janeiro/ São Paulo, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. A era do capital, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos extremos, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios, 1875-1914, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2003.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry, Linhagens do Estado absolutista, Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

ANDERSON, Benedict, Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo, Edições 70, Lisboa, 2012.

LESSA, Antonio Carlos, História das relações internacionais – a PaxBritannica e o mundo do século XIX, Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

PARKER, Selwyn, O crash de 1929, Editora Globo, São Paulo, 2009.

POLANYI, Karl, A grande transformação, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2000.

WATSON, Adam, A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

11 | BASES COMPUTACIONAIS DA CIÊNCIA

Sigla: BIS0005-15

Quadrimestre: 3º

TPI: 0-2-2

Carga Horária: 24h

Recomendação: Não há

Objetivos: Compreender os conceitos básicos e fundamentais da computação, empregar a computação para a produção de conhecimento científico e interdisciplinar, familiarizar com o uso de diferentes tipos de ferramentas (*softwares*) computacionais, entender algoritmos e lógica de programação e entender sobre as etapas de simulação de sistemas.

Ementa: Fundamentos da computação; Representação gráfica de funções; Noções de estatística, correlação e regressão; Base de dados; Lógica de programação: Variáveis e estruturas sequenciais; Lógica de programação: Estruturas condicionais; Lógica de programação: Estruturas de repetição; Modelagem e simulação computacional: Conceitos

fundamentais; Modelagem e simulação computacional: A ciência na prática.

Bibliografia Básica:

Livro Elaborado pelos professores da disciplina.

FEDELI, Ricardo Daniel. Introdução à Ciência da Computação. São Paulo: Thomson, 2003. 238 p. 3.

FOROUZAN, Behrouz; MOSHARRAF, Firouz; VISCONTE, Solange Aparecida. Fundamentos da ciência da computação. 2ª Ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012. 560 p.

Bibliografia Complementar:

BROOKSHEAR, J. Glenn. Ciência da computação: uma visão abrangente. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 512 p.

CAPRON, H.; JOHNSON, J. Introdução à Informática. New York: Ed. Pearson Prentice Hall. 2004. 350 p.

LEWIS, Harry R.; PAPADIMITRIOU, Christos H. Elementos de teoria da computação. 2º ed. New York: Springer, 2004. 344 p

12 | ESTRUTURA E DINÂMICA SOCIAL

Sigla: BIQ0602-15

Quadrimestre: 3º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: O aluno deverá, ao final da disciplina, ser capaz de interagir com o mundo de maneira crítica. Os objetivos gerais são: i) internalizar conteúdos que façam a interação com outros indivíduos ser pautada pela observação crítica de acontecimentos e relações entre grupos sociais; ii) aprender habilidades para checar dados sobre cidadania, desigualdade social e relações econômicas, bem como inserir esses dados em um contexto social e um contexto teórico da sociologia.

Ementa: Estrutura social e relações sociais; Dinâmica cultural, diversidade e religião; Estado, Democracia e Cidadania; Dimensão econômica da sociedade; Desigualdade e realidade social brasileira.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 2. 530 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. 639 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005. 415 p. 94

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. 255 p.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p. (Coleção tópicos).

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 215 p. (Antropologia social).

MARX, Karl. O capital. 7 ed. resumida. Rio de Janeiro: LTC, 1980. 395 p. (Biblioteca de ciência sociais).

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia comprensiva. 4 ed. Brasília: UnB, 2004. v. 1. 422 p.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick; LANDAIS, E. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 86 p.
MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 330 p.
OLIVEIRA, Maria Coleta. Demografia da exclusão social. Câmpusnas: Unicamp, 2001. 296 p.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 187 p.

13 | TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Sigla: BHQ0301-15

Quadrimestre: 3º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Conceituação do território; Território, espaço e tempo – do meio natural ao meio técnico científico informacional; Introdução às principais teorias sobre a dinâmica territorial; Analise das interdependências sócio-econômicas, demográficas e ambientais na formação do território; Dinâmicas territoriais contemporâneas no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, A. W. B. et al.; Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo; Lamparinha.

ÁNGELO, C.; Aquecimento Global; Publifolha.

HAESBERT, R.; Regional-global – dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea; Bertrand Brasil.

SANTOS, M. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Bibliografia Complementar:

BECKER, B. (org.); A geografia política do desenvolvimento sustentável; Editora UFRJ.

DA VEIGA, J. E.; Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento; Autores Associados.

HARVEY, DAVID. A produção Capitalista do Espaço Urbano. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

LIMONAD et al (orgs.); Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?; Max Limonad

MORAES, A.C.R.; Território e História no Brasil; AnnaBlume.

POVOA, H.; PACELLI, A. (orgs.); Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios; Revan.

SOJA, E.; Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social; Jorge Zahar.

14 | ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS

Sigla: BHQ0002-15

Quadrimestre: 3º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina visa oferecer aos discentes uma síntese do conhecimento atual sobre os estudos étnico-raciais, visando atender as leis 10.639-03 e 11.645-08, assim como as demais diretrizes posteriores do MEC, que versam sobre a necessidade de cursos específicos que discutam a questão étnico-racial no Brasil. Em particular, em relação à importância da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Ementa: Emergência do paradigma eurocêntrico; o racismo e a formação do mundo atlântico; o escravismo brasileiro; as culturas afro-brasileiras e indígenas; o pós-abolição e o mito da democracia racial no Brasil; os estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil; trajetórias do movimento negro; trajetórias do movimento indígena; Pan-Africanismo e relações Brasil- África; a diversidade dos racismos no século XXI.

Bibliografia Básica:

- GUIMARÃES, Antonio S. & HUNTERLY, Lynn (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LUCIANO, Gersem dos S. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

Bibliografia Complementar:

- CUNHA, Manuela C. da (Org.). História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 2009.
- LANDER, E. (Org.). Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LOPES, Nei. Encyclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2004.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PEREIRA, Amauri M. Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870- 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

15 | ÉTICA E JUSTIÇA

Sigla: BHP0001-15

Quadrimestre: 3º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Ética, moral e justiça. Éticas Deontológicas, Éticas Teleológicas e Éticas da Autenticidade. Sistemas de Normas Éticas e Sistemas de Normas Legais. Ética e Ciência. A Responsabilidade Moral dos Intelectuais. Debate contemporâneo sobre o Conceito de Justiça. Implicações éticas da Justiça. Sistemas Normativos e Ordem Social Justa. Justiça e Direito. Jusnaturalismo e Contratualismo. Ética, Justiça e Cidadania. A ideia de Justiça

Internacional, sua prática e seu desenvolvimento contemporâneo.

Bibliografia Básica:

- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Atlas, 2009.
KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. São Paulo: Barcarolla, 2010.
RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça, São Paulo, Martins Fontes, 2002.
SANDEL, Michael. Justiça: O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
HEGEL, G. W. F. Filosofia do Direito, São Paulo: Loyola, 2010.

Bibliografia Complementar:

- CORTINA, Adela. Ética Mínima. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
KELSEN, H. O problema da justiça. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
LACEY, Hugh. Valores e atividade científica 1. São Paulo: Editora 34 / Scientiae Studia, 2008.
MACINTYRE, Alasdair. Depois da Virtude. Florianópolis: EDUSC, 2001.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: De Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011.
OLIVEIRA, Manfredo. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea, Petrópolis: Vozes, 2009.
SEN, A. A ideia de justiça. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011.
TAYLOR, C. A ética da autenticidade. São Paulo: Editora É Realizações, 2011.
VITA, Alvaro de. A Justiça Igualitária e seus Críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

16 | ESTRUTURA DA MATÉRIA

Sigla: BIK0102-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: Relacionar propriedades macroscópicas da matéria com sua estrutura atômica e molecular.

Ementa: A disciplina trata da contextualização atômica da Estrutura da Matéria. Por ser uma das disciplinas introdutórias ao Bacharelado Interdisciplinar, o formalismo matemático dos tópicos abordados não é aprofundado, dando-se ênfase à interpretação qualitativa das leis

que regem o comportamento da matéria. Apresenta-se ao aluno uma percepção do macro a partir do micro por meio do estudo dos fenômenos físicos e químicos da matéria. Os principais tópicos abordados são: Do micro ao macro. Bases da teoria atômica. Propriedades dos gases. Natureza elétrica da matéria. Contexto do nascimento do átomo de Bohr (início da Teoria Quântica). Introdução à Mecânica Quântica. Átomos com muitos elétrons e Tabela Periódica. Ligação química. Interações Intermoleculares e Materiais.

Bibliografia Básica:

- MAHAN, Bruce M.; MYERS, Rollie J. Química: um Curso Universitário. 4º Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. 582p. 2.
ATKINS,P.W.; JONES, Loretta. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 965p.
CARUSO, Francisco; OGURI, Vitor. Física Moderna: origens clássicas e fundamentos

quânticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 608p.

Bibliografia Complementar:

- NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de Física Básica: fluidos, oscilações e ondas, calor. 4 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.314p.
- KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul. Química geral e reações químicas. São Paulo: Thomson Learning, 2006.2 v.
- BROWN, Theodore I. et al. Química: a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.
- LOPES, José Leite. A estrutura quântica da matéria: do átomo Pre-Socrático às partículas elementares. 3 ed. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2005. 935 p.
- MENEZES, Luis Carlos de. A matéria: uma aventura do espírito: fundamentos e fronteiras do conhecimento físico. São Paulo: Livraria da Física, 2005.277p.

17 | EVOLUÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA VIDA NA TERRA

Sigla: BIL0304-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: Reconhecer os mecanismos evolutivos e de diversificação dos organismos vivos.

Ementa: Diferentes níveis de organização dos seres vivos e a sua relação com o processo evolutivo. Mecanismos de diversificação da vida relacionados à estrutura e atividade de biomoléculas e de outros níveis de organização. A evolução como produtora de padrões e processos biológicos. Organização taxonômica dos seres vivos.

Bibliografia Básica:

- SADAVA, D. et al. 2009. Vida: a ciência da biologia. 8 ed. Porto Alegre: Artmed. v. 1 Célula e hereditariedade. v.2 Evolução, diversidade e ecologia. v. 3 Plantas e Animais
- MEYER, D., EL-HANI, C. N. Evolução: o sentido da biologia. São Paulo: UNESP, 2005. 132 p. (Paradidáticos ; Série Evolução).
- RIDLEY, M. Evolução. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p., 2007. 752 p.

Bibliografia Complementar:

- MARGULIS, L., SAGAN, D. O que é vida? São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2002. 289 p.
- DAWKINS, R. O maior espetáculo da Terra: as evidências da evolução. São Paulo: Companhia das Letras, c2009. 438 p.
- DAWKINS, R. O gene egoísta. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, c2001. 230 p. (O homem e a ciência, 7). p. 223-226.
- FRY, I. The emergence of life on Earth: a historical and scientific overview. New Brunswick, N.J: Rutgers University, 2000. ix, 327 p.
- MAYR, E. Uma Ampla Discussão: Charles Darwin e a Gênese do Moderno Pensamento Evolucionário. Ribeirão Preto: FUNPEC, c2006. 195 p.
- WOESE, C. R., KANDLER, O., WHEELIS, M. L.. Towards a natural system of organisms: Proposal for the domains Archaea, Bacteria, and Eucarya. Proc. Nati. Acad. Sci. USA 87: 4576-4579, 1990.
- KOOLMAN, J.; ROEHM, K. H. Color Atlas of Biochemistry 2012, 3rd Edition ISBN: 9783131003737.

18 | BASES CONCEITUAIS DA ENERGIA

Sigla: BIJ0207-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 2-0-4

Carga Horária: 24h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar os conceitos básicos relacionados com a origem, conversão e usos das formas de obtenção da energia, considerando aspectos científicos, tecnológicos, econômicos e socioambientais.

Ementa: Parte I – [Conceituação e importância] O que é energia? Aspectos históricos do conceito de energia. Energia e as 4 interações. Energia potencial, cinética, térmica, química, eólica, nuclear, solar etc. Fontes de energia primária: hídrica, eólica, nuclear, biomassa, fósseis, solar, marés e outras. Princípio da conservação da energia. Parte II – [Conversão] Conversão calor em trabalho, conversão de energia solar em alimentos e combustível (fotossíntese), conversão de energia nuclear em calor e conversões de energia química. Conversão de energia mecânica em elétrica e vice-versa. Usinas de potência. Parte III – [Uso da Energia] Aspectos históricos e econômicos do uso da energia. Matriz energética e uso final de energia. Armazenamento e transporte de energia na sociedade. Impactos socioambientais da energia.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Balanço energético nacional. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: . Site atualizado todos os anos.

HINRICHES, R. A.; KLEINBACH, M.; REIS, L. B. Energia e meio ambiente. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GOLDENBERG, J. Energia no Brasil, LTC,1979.

SILVA, C. G.: De Sol a Sol - Energia no Século XXI, Oficina de Textos, 2010.

CARAJILESCOV, P., MAIORINO, J. R., MOREIRA, J. M. L., SCHOENMAKER, J.; SOUZA, J. A.; Energia: Origens, Conversão e Uso – Um curso interdisciplinar – em preparação.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, B.; et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável.2 ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002. 318 p.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energia, meio ambiente e desenvolvimento. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 396 p. (Acadêmica 72).

TOLMASQUIM, Maurício Tiomno (org). Fontes renováveis de energia no Brasil. Rio de Janeiro: Interciênciam; CENERGIA, 2003. 515 p.

Agência Nacional de Energia Elétrica (Brasil).Atlas de energia elétrica do Brasil 3. ed. – Brasília : Aneel, 2008.236 p.

Brasil. Empresa de Pesquisa Energética,Plano Nacional de Energia 2030.Rio de Janeiro: EPE, 2007

FEYNMAN, R. P, LEIGHTON, R. B., SANDS, M. The Feynman lectures on Physics. Addison-Wesley Publishing Company (2006).

19 | INTRODUÇÃO À PROBABILIDADE E À ESTATÍSTICA

Sigla: BIN0406-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Funções de Uma Variável

Objetivos: Introduzir os conceitos essenciais da teoria de probabilidade como os espaços de probabilidade, os conceitos de variáveis aleatórias, o conceito de função de distribuição, etc. e suas implicações e aplicações na estatística.

Ementa: Princípios básicos de análise combinatória. Definição de probabilidade. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias. Funções distribuição de probabilidades discretas e contínuas. Principais distribuições: de Bernoulli, binomial, de Poisson, geométrica, uniforme, exponencial, normal. Variáveis Aleatórias Independentes. Valor médio e variâncias. Estatística descritiva: estimadores de posição e dispersão. Lei fraca dos Grandes números. Teorema Central do Limite.

Bibliografia Básica:

ROSS, S. Probabilidade: Um Curso Moderno com Aplicações, Bookman, 2010.

DANTAS, B. Probabilidade: um curso introdutório, São Paulo: EdUSP, 2008. 252 p.
ISBN 9788531403996.

MONTGOMERY, D.C.; HINES, W.W.; GOLDSMAN, D.M.; BORROR, C.M. Probabilidade e Estatística na Engenharia, Rio de Janeiro: LTC, 2006.

MEYER, P. Probabilidade: Aplicações à Estatística, 2000, Editora LTC.

Bibliografia Complementar:

LARSON, R.; FARBER, B. *Estatística aplicada*, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

MORETTIN, G. *Estatística basica: probabilidade e inferência*, São Paulo, Pearson, 2010.

DEGROOT, H.; SCHERVISH, J. *Probability and statistics*, Boston, Addison Wesley, 2002.

BERTSEKAS, P; TSITSIKLIS, J. *Introduction to Probability* Belmont, Athena Scientific.

ASH, R. *Basic Probability Theory*, Dover, 2008.

20 BASES EPISTEMOLÓGICAS DA CIÊNCIA MODERNA

Sigla: BIR0004-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: Ao final da disciplina o aluno deverá conhecer diferentes linhas de pensamento acerca do conhecimento científico, reconhecer a metodologia científica a partir de conceitos gerais como indução e dedução. Ser capaz de levantar questões sobre diferentes pensadores.

Ser capaz de questionar o mito da neutralidade científica.

Ementa: Epistemologia e ciência: doxa e episteme; senso comum e justificação da crença; os fundamentos do conhecimento objetivo; o problema do ceticismo. Dedução e indução: o que é um argumento e como funciona; validade e verdade; a importância da lógica no pensamento científico; o problema da indução. Razão e experiência: modelos e realidade; a importância da observação e do experimento; a distinção entre ciência e não ciência. Ciência, história e valores: a ciência e o mundo da vida; ciência e técnica; os limites do progresso científico.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. Analíticos Postiores. Em: Organón. Bauru: Edipro, 2005. 608 p.

BACON, Francis. Novo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Em: Os Pensadores. Bacon. São Paulo: Nova Cultura, 1999, 255 p.

CHALMERS, Alan F. O que é Ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 1997. 227 p.

DESCARTES, René. Meditações metafísicas. São Paulo: Martin Fontes, 2011. 155 p. 96

DUHEM, Pierre. A teoria física: seu objeto e sua estrutura. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. 317 p.

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: Unesp, 2004. 438 p.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Petropolis, RJ: Vozes, 2012. 621 p.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 260 p.

LACEY, Hugh. Valores e Atividade Científica. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2008. 295 p.

PLATÃO. Teeteto. Em: Diálogos I, vol. 1. Bauru: Edipro, 2007. 320 p.

POPPER, Karl R. Conjecturas e Refutações: o processo do conhecimento científico. 5 ed. Brasília: UNB, 2008. 450 p. São Paulo: Moderna, 2005. 415 p.

Bibliografia Complementar:

DUTRA, Luiz. H. Introdução à epistemologia. São Paulo: Unesp, 2010. 192 p.

EINSTEIN, Albert. Indução e dedução na física. Scientiae Studia, v. 3, n. 4, p. 663- 664. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662005000400008&lng=pt&nrm=iso>.

EUCLIDES, Os elementos. São Paulo: Unesp, 2009. 593 p.

FEIGL, H. A visão ortodoxa de teorias: comentários para defesa assim como para crítica. Scientiae Studia, v.2, n.2, p. 259-277. 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662004000200009&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>.

FLECK, Ludwik. Gênese e Desenvolvimento de um fato científico. São Paulo: Fabrefactum, 2010. 205 p.

GRANGER, Gilles-Gaston. A Ciência e as Ciências. São Paulo: UNESP, 1994. 122 p.

MORTARI, Cesar A. Introdução à Lógica. São Paulo : UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2001. 393 p.

MOSTERÍN, Jesús. Conceptos y teorías en la ciencia. 2 ed. Madrid:Alianza Editorial, 2003. 315p.

NAGEL, Ernest. La estructura de la Ciencia: problemas de la lógica de la investigación científica. Buenos Aires: Paidos, 1991. 801 p.

POPPER, Karl A lógica da pesquisa científica. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2003. 567 p.

ROSSI, Paolo. O Nascimento da Ciência Moderna na Europa. Bauru: EDUSC, 2001. 492 p.

21 | PENSAMENTO ECONÔMICO

Sigla: BH0002-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Economia como ciência da produção e da distribuição e/ou como ciência da alocação de recursos escassos? Primeiras reflexões sobre o problema econômico: da antiguidade aos mercantilistas. Smith, a economia clássica, e o surgimento do liberalismo. Críticas ao capitalismo: os primeiros socialistas, Marx e seus seguidores. As visões centradas nas virtudes do mercado: da revolução marginalista até hoje. Keynes e a crítica aos mercados autorregulados. A Cepal e a reflexão latino-americana sobre o desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

CANTERBERRY, E.R. Breve História do Pensamento Econômico. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. FUSFELD, D. A Era do Economista. SP: Saraiva, 2001.
HUNT, E.K. ; SHERMAN, H.J. História do pensamento econômico. Petrópolis: Vozes, 26^a Ed., 2013.

Bibliografia Complementar:

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000 (dois volumes).
CARNEIRO, R. (org.). Os Clássicos da Economia. SP: Ática, 2002 (dois volumes).
GALBRAITH, J.K. O Pensamento Econômico em Perspectiva: uma história crítica. SP: Pioneira, 1989.
HEILBRONER, R.L. História do pensamento econômico. SP: Nova Cultural, 1996.
HEILBRONER, R.; MILBERG, W. A Construção da Sociedade Econômica. Porto Alegre: Bookman (trad. da 12^a Ed.), 2008.
RONCAGLIA, Alessandro. A Wealth of Ideas. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006.
SCHUMPETER, J. Dez Grandes Economistas. RJ: Civilização Brasileira, 1958.
SZMERECSANYI, T; COELHO, F. (orgs.). Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. SP: Atlas, 2007.

22 | DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Sigla: BHO0102-15

Quadrimestre: 4º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Desenvolvimento Econômico e Progresso Social. Civilização e Consumo. Limites da Natureza e Necessidades Humanas. Responsabilidade Histórica e Futuro da Humanidade. Crescimento Populacional e Sobrevivência da Espécie Humana. Poluição e Industrialização. Aquecimento Global, Transformações da Natureza e Fontes de Energia. Futuro e Sobrevivência.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVAY, R.; Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?; Novos Estudos Cebrap - Jul/2010.
BARBIERI, J.C. Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudança da Agenda XXI.
DALY, H.; Economia Ecológica; Instituto Piaget.
MAY, P. (org.); Economia do meio ambiente - teoria e prática; Elsevier.
POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
SEN, A.; Desenvolvimento como liberdade; Companhia das Letras.
VAN BELLEN, H. M; Indicadores de sustentabilidade - uma análise comparativa.
FGV. VEIGA, J. E.; Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI; Garamond.

Bibliografia Complementar:

CLUBE DE ROMA; Sem limites ao conhecimento, mas com limites à pobreza: rumo a uma sociedade do conhecimento sustentável. Contribuição por ocasião do 300º aniversário do primeiro relatório ao clube de Roma: Os limites ao crescimento.
DAVIS, M.; Ecologia do medo; Record.
DRYZER, John S. The politics of the earth. New York: Oxford University Press, 2005.
FAVARETO, A.; Paradigmas do desenvolvimento rural em questão; Iglu/Fapesp.

HINRICHES, R.; KLEINNBACC, M.; BELICO dos Reis, L.; Energia e meio ambiente. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MUELLER, C. C.; Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio-ambiente; UNB/Finatec.

THOMAS, Janet; SCOTT, Callan. Economia ambiental. Aplicações, políticas e teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

UNITED NATIONS; Human Development Index report; Consultado em www.undp.org

VEIGA, José Eli. Mundo em transe. Do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Campinas: Armazém do Ipê, 2009.

VIANNA, S. B.; VEIGA, J. E.; ABRANCHES, S.; A sustentabilidade do Brasil. In: Giambiagi & Barros (orgs.). Brasil Pós-crise – Agenda para a próxima década; Campus.

WRI; Ecossistemas e o bem-estar humano – estrutura para uma avaliação; Disponível em: http://ecossistemas.org/ficheiros/CF_portuguese.pdf

YCELP/CIESIN; Environmental Sustainability Index; Consultado em <http://sedac.ciesin.columbia.edu/es>

23 | ECONOMIA DO TERRITÓRIO

Sigla: ESHT005-17

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-3

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Introduzir o aluno às diversas teorias sobre as relações imbricadas entre a dinâmica econômica e a produção do espaço urbano e regional.

Ementa: Conceitos de espaço e de território. O objeto de estudo da economia espacial. O território entre o macro e o micro: a economia espacial nas ciências econômicas. O território no pensamento dos economistas clássicos. A tradição da escola alemã e os modelos gravitacionais da economia espacial. O território e os distritos Marshalianos. Densidade, distância e renda da terra: a escola anglo-saxônica e a nova economia urbana. A nova geografia econômica e a síntese de Krugman. As perspectivas recentes – o embrião de um diálogo interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, C. A. *Território e Desenvolvimento*. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2012.

DINIZ, C. C. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v.7, n.4, p. 1-18, 2006. Disponível em <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p1_18.pdf>

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KRUGMAN, P. R. *Development, geography, and economic theory*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORETTO, A. J. et al. *Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho no Brasil*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

O'SULLIVAN, A. *Urban Economics*. Boston: Irwin Publishers, 1983.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Coleção Milton Santos.

São Paulo: EDUSP, 2002.

24 | SOCIOLOGIA DOS TERRITÓRIOS

Sigla: ESHT023-17

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar e discutir aspectos do debate conceitual clássico e contemporâneo sobre a interface Território, Sociedade e Desenvolvimento e as possibilidades presentes neste debate para se pensar a articulação entre o rural, o urbano e as novas dinâmicas socioambientais e socioterritoriais específicas presentes no Brasil contemporâneo.

Ementa: Principais abordagens em sociologia urbana e em sociologia rural e a superação do enfoque dicotômico - o urbano e o rural como oposições estanques - e do enfoque do continuum rural-urbano - o rural como extensão incompleta do urbano. Abordagem sociológica dos territórios envolvendo os campos e suas cidades - as complementaridades entre o rural e o urbano a partir da especificidade de cada um destes espaços. Bases teóricas da Sociologia rural e da Sociologia urbana na primeira metade do século XX. Três dimensões definidoras das diferenças entre o rural e o urbano em perspectiva temporal: relações sociedade-natureza, relações rural-urbano, relações interpessoais. Novas dinâmicas espaciais na virada para o século XXI e a emergência da abordagem territorial: novas funções das cidades, novas funções do rural; Abordagens contemporâneas do rural e do urbano: enfoque estrutural, enfoque funcional e enfoque relacional. Tendências recentes do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural: interdependências e especificidades. Implicações para o planejamento territorial.

Bibliografia Básica:

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Do 'Fim dos Territórios' à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *Regional-Global* - Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Bibliografia Complementar:

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. O. (orgs). *Geografias das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, M. C. *Demografia da exclusão social*. Temas e abordagens. Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Coleção Milton Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VIDAL, L. et al. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). *Confins Revue*. Disponível em <<http://confins.revues.org/7274>>

VALENCIO, N. *Sociologia dos Desastres* - construção interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2007.

25 | DEMOGRAFIA

Sigla: ESHT003-17

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h
Recomendação: Não há

Objetivos: O curso pretende apresentar e examinar, de forma crítica, as complexas relações entre as dinâmicas demográficas e territoriais, procurando mostrar que a questão da interação entre população e ambiente não pode ser tratada apenas em termos de simples pressão de números de pessoas versus estoques de recursos, capacitando o aluno a adquirir conhecimento aplicado a respeito das interações entre a dinâmica populacional, o ambiente e o planejamento territorial, abordando tópicos específicos como os estudos populacionais, algumas técnicas básicas de análise demográfica, a identificação, análise e projeção de tendências demográficas locais, regionais, nacionais e globais, o entendimento do processo de transição demográfica no Brasil e no mundo, a análise da distribuição da população no Brasil e no mundo, sempre tendo como contexto geral o entendimento e a análise das relações entre população, impactos antrópicos, pobreza, saúde, padrões de consumo e políticas públicas.

Ementa: Definição, natureza e método da demografia. Fontes de dados. A análise demográfica: distribuição por sexo e idade. Os fenômenos demográficos: natalidade, mortalidade, fecundidade e migrações. A transição demográfica. O envelhecimento populacional. Conceitos, medidas básicas e análise dos indicadores usuais. Diagrama de Lexis. Migração e urbanização. Estimativas e projeções de população.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, J.; SAWER, D.; RODRIGUES, R. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. São Paulo: ABEP, 1998. [Online] Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspublish/textosdidaticos/tdv01.pdf>>
- HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996. [Online] Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspublish/textosdidaticos/tdv03.pdf>>
- HOGAN, D. J.; MARANDOLA, E. (orgs.). *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: NEPO; Brasília: UNFPA, 2009. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspublish/Dinamicapopulacionalemudancaambiental/DinamicapopulacionalemudancaambientalCOMPLETO.pdf>>
- MARTINE, G. (ed.) *População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012.
- OJIMA, R.; HOGAN, D.; MARANDOLA Jr., E. *População e meio ambiente. Desafios e sustentabilidade*. São Paulo: Editora Blucher, 2010.

Bibliografia Complementar:

- BAENINGER, R. *Redistribuição Espacial da população: características e tendências do caso brasileiro*. In: Programa de estudos em redistribuição espacial da população, meio ambiente e condições de vida, PRONEX-NEPO/UNICAMP, 2000. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf>
- BAENINGER, R. (org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/pop_e_cidades.pdf>
- COSTA, H. TORRES, H. *População e meio ambiente. Debates e desafios*. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- COX, P. R. *Demography*. 5th edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. [E-book]
- D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. (orgs.). *Dinâmicas demográficas e ambiente*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2011. Disponível em <<http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/ambiente/DinamicasDemograf>>

icasAmbiente.pdf>
OLIVEIRA, M. C. *Demografia da exclusão social*. Temas e abordagens. Campinas: Unicamp/NEPO, 2001.

26 | ESTUDOS DO MEIO FÍSICO

Sigla: ESHT007-17

Quadrimestre: 5º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Essa disciplina tem como objetivo apresentar as bases teórico-conceituais referentes aos principais componentes do meio físico (água, solo, relevo e substrato). A discussão será fundamentada na abordagem integrada desses componentes do meio físico, destacando-se processos e impactos ambientais, dentro do contexto de gerenciamento do espaço territorial urbano e rural.

Ementa: Componentes do meio físico natural como base para o desenvolvimento dos sistemas naturais e sociais. Componentes do meio físico fundamentais para a adaptação e distribuição das espécies e desenvolvimento das sociedades humanas: Disponibilidade e qualidade da água; Águas superficiais e subterrâneas; Tipos de solo, Processos de formação e transporte dos solos. Topografia e Relevo.

Bibliografia Básica:

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROZINGER, J.; JORDAN, T. H. *Para entender a terra*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TUNDISI, J. G., MATSUMURA-TUNDISI, T. *Recursos Hídricos no Século XXI*. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

SANTOS, R. F. dos (Org.). *Vulnerabilidade Ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em < http://www.ambiente.sp.gov.br/proclima/files/2014/05/vulnerabilidade_ambiental.pdf>

Bibliografia Complementar:

BEGON M, Harper J. L., TOWNSEND C. R. *Ecologia - de indivíduos a ecossistemas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BITAR, O. Y. *Meio ambiente & geologia. Série Meio Ambiente*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

CHRISTOPHERSONS, R. W. *Geossistemas: uma introdução à geografia física*. Porto Alegre, Bookman, 2011.

MACHADO, C. J. S. *Gestão de Águas Doces: usos múltiplos, políticas públicas, exercícios de cidadania*. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

KORMONDY, E. J.; BROWN, D. E. *Ecologia Humana*. Rio de Janeiro: Atheneu Editora, 2002.

27 | ARRANJOS INSTITUCIONAIS E MARCO REGULATÓRIO DO TERRITÓRIO

Sigla: ESHT001-17

Quadrimestre: 5º

TPI: 2-0-2

Carga Horária: 24h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo desta disciplina é fornecer aos alunos base teórica e conceitual para compreender as questões relativas ao ordenamento territorial. Conhecendo o marco

institucional sobre a formação territorial brasileira, entender aspectos da evolução da divisão político-administrativa do país.

Ementa: Conceitos de território e ordenamento territorial a luz do marco institucional brasileiro. A relação Estado-território numa perspectiva histórica: aspectos da construção do Estado e Nação Brasileira; conflitos sociais e territoriais presentes nesse processo de construção, relações estado, economia e regulação do território. As relações entre o projeto nacional e o planejamento territorial, o marco regulatório atual tendo em vista os novos recortes territoriais constituídos pelas problemáticas social, ambiental e econômica e as perspectivas de processos de reestruturação / reordenação territorial.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento* - As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2010.

CASTRO, I. E. *Geografia e Poder*: Territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FIGUEIREDO, A. H. O que é ordenamento territorial. In: *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 13-14 de novembro de 2003/MIN/SDR. Brasília: MIN, 2005. Disponível em <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915>

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, R. S. Pacto Federativo Brasileiro: mesorregiões, RIDEs e consórcios públicos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (17). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-17.htm>>.

ARAUJO, T. B. *Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

EGLER, C. A.; MATTOS, M. *Federalismo e gestão do território*: as regiões integradas de desenvolvimento. In: *Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE*, p. 426-434. Florianópolis: ANPEGE, 2003. Disponível em <http://www.egler.com.br/pdf/ANPEGE_1.pdf>

FARAH, M. F. S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GOLÇALVES, M. F. et al. (Org.). *Regiões e cidades*: cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP / ANPUR, 2003.

GOLÇALVES, M. F. *Regiões e cidades, cidades nas regiões* - o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

KLINK, J. J. *A cidade-região*: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

28 | BIODIVERSIDADE: INTERAÇÕES ENTRE ORGANISMOS E AMBIENTE

Sigla: BCL0306-15

Quadrimestre: 6º

TPI: 3-0-4

Carga Horária: 36h

Recomendação: Não há

Objetivos: Ao final da disciplina o aluno deverá ser capaz de reconhecer os padrões e processos biológicos nos diferentes níveis de organização da diversidade: indivíduos, populações, comunidades e ecossistemas.

Ementa: Meio físico e biomas. Energia e ciclos biogeoquímicos. Adaptação em ambientes

variantes. Ciclos de vida, sexo e evolução. Comportamento social. Estrutura de populações. Modelos de crescimento e dinâmica populacional. Predação, competição e modelos matemáticos. Coevolução e mutualismo. Sucessão ecológica. Biodiversidade, conservação e sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

- RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6^a ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2010. 572 p.
- ODUM, Eugene P.; BARRETT, Gary W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learnin. 2008. 612 p.
- BEGON, Michael et al. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4 ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007. 752 p.

Bibliografia Complementar:

- CAIN, M. L.; BOWMAN, W. D.; HACKER, S. D. Ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2011. 664 p.
- GOTELLI, Nicholas J. Ecologia. 4 ed. Londrina, PR: Editora Planta. 2009. 287 p.
- KREBS, J. R. et al. Introdução à ecologia comportamental. São Paulo: Atheneu Editora. 1966. 420 p.
- MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. São Paulo: Cengage Learning. 2008. 123 p.
- PRIMACK, Richard B. et al. Biologia da conservação. Londrina: Planta, 2001. 327 p.
- TOWNSEND, Colin R. et al. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010. 576 p.

29 | ECONOMIA URBANA

Sigla: ESHT006-17

Quadrimestre: 6º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina apresenta uma visão mais detalhada sobre a economia das cidades e áreas metropolitanas. O objetivo central é compreender o fenômeno urbano-metropolitano a partir das principais abordagens nas ciências econômicas. Após a introdução, a disciplina é organizada em cinco blocos complementares (estrutura espacial; o papel do Estado; problemas urbanos e perspectivas mais recentes), e procura dar também atenção aos temas relacionados com a dinâmica econômica das cidades e áreas metropolitanas.

Ementa: 1. Introdução: o objetivo da economia urbana; 2. A formação das cidades; 3. Uso e ocupação do solo na cidade monocêntrica; 4. Estrutura espacial na cidade policêntrica; 5. A teoria econômica e a estrutura espacial nas cidades brasileiras; 6. Planos, instrumentos urbanísticos e o mercado de terra; 7. Economia urbana, habitação e política habitacional; 8. Teoria econômica e a produção e o financiamento dos serviços urbanos; 9. Poluição urbana; 10. Tendências e perspectivas mais críticas na economia urbana.

Bibliografia Básica:

- CRUZ, B. et al. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_econregionalurbanaa.pdf>
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

Bibliografia Complementar:

- ABRAMO, P., *Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARVALHO, A. X. Y.; ALBULQUERQUE, C. W.; MOTA, J. A., PIANCASTELI, M. (orgs.) *Ensaios de economia regional e urbana*. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/LivroCompleto_29.pdf>
- DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.
- SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

30 | CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Sigla: ESHT002-17

Quadrimestre: 6º

TPI: 2-3-3

Carga Horária: 60h

Recomendação: Não há

Objetivos: O curso objetiva oferecer um panorama geral da área de Cartografia e Geoprocessamento e sua interface com o Planejamento Territorial. Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de desenvolver um projeto aplicado de geoprocessamento, que inclua desde a modelagem conceitual do problema até a análise de resultados.

Ementa: Conceitos básicos e fundamentos de cartografia, Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), topografia e sensoriamento remoto, Sistema de Posicionamento Global (GPS); Escala, representação e projeções cartográficas (Geóide, Datum, elipsóide, UTM); Modelo de dados espaciais; Tipos de dados: Raster e vetor; Fontes de dados ; Coleta de dados; Entrada e conversão de dados; Tratamento e análise de dados (Operações entre planos de informação, Análise de redes, Geocodificação por endereço); Modelo Numérico de Terreno; Geração e edição de mapas temáticos. Cadastro técnico multifinalitário e informação territorial.

Bibliografia Básica:

IBGE. *Noções Básicas de Cartografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/indice.htm

MIRANDA, J. I. *Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas*. 2ª Ed. Brasília: Embrapa, 2010. Disponível em http://livraria.sct.embrapa.br/liv_resumos/pdf/00083790.pdf

SILVA, A. B. *Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos*. Campinas: UNICAMP, 1999.

Bibliografia Complementar:

BURROUGH, P. A.; McDONNELL, R. A. *Principles of geographical information systems*. New York: Oxford, 1998.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. V. M. (eds.). *Introdução à Ciência da Geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd>

DEMMERS, M. N. *Fundamentals of geographic information systems*. New York: J.Wiley & Sons, 2002.

DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (eds) *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília: EMBRAPA, 2004. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise>

MARTINELLI, M. *Mapas de geografia e cartografia temática*. São Paulo, Contexto, 2003.

SMITH, M. J. de; GOODCHILD, M. F.; LONGLEY, P. A.; *Geospatial Analysis A Comprehensive Guide to Principles, Techniques and Software Tools*. Winchelsea Press, Winchelsea, UK. Disponível em <http://www.spatialanalysisonline.com/HTML/index.html>

31 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL

Sigla: ESHT025-17

Quadrimestre: 6º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina tem como objetivo fundamental apresentar aos discentes a dinâmica através da qual se formou e consolidou a economia brasileira considerando toda a amplitude de seus aspectos não somente econômico, mas fundamentalmente sociais, políticos, culturais e ambientais. Para tanto a disciplina está organizada em temas a serem tratados aula a aula, de forma a construir ao seu final um cenário amplo e coeso de como se desenvolveu econômica e socialmente a sociedade brasileira.

Ementa: Introdução: conceitos e indicadores de desenvolvimento e subdesenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento: Rosenstein-Rodan, Nurkse e Lewis. As novas teorias do desenvolvimento econômico: crescimento endógeno e o institucionalismo. A problemática do desenvolvimento segundo a CEPAL: as visões de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. A escola da dependência e o neoestruturalismo. O Novo Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo. Desenvolvimento Econômico comparado: trajetórias recentes de desenvolvimento (Ásia, Índia, América latina, Estados Unidos e Europa). Contribuições recentes à Teoria do Desenvolvimento Econômico no Brasil. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento econômico e social brasileiro no período recente: infraestrutura urbana, produtiva, distribuição de renda.

Bibliografia Básica:

- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000.
BRUM, A. J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 30. Ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2013.
CHANG, H.J. Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Apulo: Editora UNESP, 2004.
FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

- ACEMOGLU, D.E ROBINSON, J. Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. (Disponível em versão eletrônica)
BAER, W. A Economia Brasileira. Tradução de Edite Sciulli. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, 2009.
BÁRCENA, A. E PRADO, A. Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI. Santiago: CEPAL, 2015. (Disponível em versão eletrônica)
CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Vários Volumes. Disponível em: www.cadernosdodesenvolvimento.org.br.
CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 20
FIANI, R. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico. Revisão de Emídia Maria de Brito. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011
FONSECA, A. E FAGNANI, E. (org). Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania:

economia, distribuição de renda e mercado de trabalho. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. (Disponível em versão eletrônica)

FONSECA, A. E FAGNANI, E. (Org.). Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania: educação, segurança social, pobreza, infra estrutura urbana e transição demográfica. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. (Disponível em versão eletrônica)

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, C.A. de. Processo de Industrialização do capitalismo Originário ao Atrasado. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003. (Disponível em versão eletrônica)

PEREIRA, J.M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. Cadernos do desenvolvimento. v. 6, n. 9, p. 121-141, jul./dez. 2011. (Disponível em versão eletrônica)

PEREIRA, I. c. b. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. Texto para Discussão, n. 157, EESP/FGV, 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1726>.

PROJETO PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO. Brasília: IPEA, 2010. Livros de 01 a 10. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7186.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluíente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

32 REGULAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA

Sigla: ESTU039-17

Quadrimestre: 6º

TPI: 2-0-4

Carga Horária: 24h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar e debater criticamente alguns princípios do direito, bem como aspectos da legislação brasileira ambiental e urbana e contribuir para a devida utilização das leis existentes, no contexto institucional, federativo e social.

Ementa: Legislação brasileira ambiental e urbana. Aspectos históricos da institucionalidade e dos instrumentos jurídicos urbanísticos e ambientais. Princípios constitucionais. Pacto federativo no Brasil. Os sistemas nacionais da Regulação Ambiental e Urbanística no Brasil. Os instrumentos das políticas nacionais ambiental e urbana. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Livro do CONAMA. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf

PHILLIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (eds). Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueri: Manole, 2005.

PHILLIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé (eds). Questões de Direito Ambiental. São Paulo: Signus, 2004.

SILVA, J. A.; Direito Urbanístico Brasileiro. Ed. MALHEIROS. 6ª Ed. 2010.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Henrich

Boll, 2004. 294 p.

HARADA, Kiyoshi. Direito urbanístico: Estatuto da cidade: plano diretor estratégico. São Paulo: NDJ, 2004. 301 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 1111 p.

ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislações, política urbana e territórios na cidade de São Paulo, São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

SAULE Jr, N.; CARDOSO, P.M. O direito a moradia no Brasil: violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. São Paulo: Instituto Polis, 2005. 160p.

33 | PLANEJAMENTO E POLÍTICA REGIONAL

Sigla: ESHT018-17

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina tem como objetivo apresentar aos discentes questões conceituais, históricas e metodologias do planejamento regional, com ênfase nas experiências de cunho territorial e naquelas aplicadas no Brasil. Para tanto, está dividida em três etapas. Na primeira parte da disciplina, serão apresentadas e discutidas várias abordagens conceituais sobre região para entender como essas são apropriadas pelo planejamento, conferindo-lhe conteúdo. A partir daí, segue-se uma etapa de apresentação da evolução histórica das práticas de planejamento regional, para então discutir-se de forma mais aprofundada a política e o planejamento regional no Brasil, em seus aspectos legais, normativos, institucionais e seus instrumentos, considerando escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares.

Ementa: Evolução das ações de planejamento com base nos arranjos e recortes regionais no quadro nacional e internacional. Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico de política regional. Histórico do planejamento regional. Metodologias e práticas em planejamento regional, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Marcos regulatórios aplicados às políticas regionais. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

KON, A. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HAESBAERT, R. *Regional-Global*. Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SANTOS, M.; et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, T. B. *Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.

AFFONSO, R. de B. A. (org.) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. Ed. Unesp/Fundap, 1998.

BENDAVID-VAL, A. *Regional and Local Economic Analysis for Practitioners*. New. York: Praeger Publishers, 1991.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. *Brasil século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2008.

KLINK, J. J. *A cidade-região: regionalismo e restruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

34 | HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO

Sigla: ESHT009-17

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Formação de arcabouço conceitual indispensável para a análise e compreensão do processo de urbanização ao longo da História. Estudar a morfologia urbana das principais cidades desde a Antiguidade até o Sec. XXI, o processo social envolvido na organização e utilização do espaço urbano e as diferentes teorias urbanísticas decorrentes desse processo.

Ementa: Aspectos conceituais e de análise do processo de transformação da cidade ao longo da História e do urbanismo contemporâneo. A cidade na História. A Revolução Industrial e as origens do urbanismo. O urbanismo no século XX. Metrópoles e megalópoles. A cidade contemporânea: globalização e projetos urbanos. História da cidade e do urbanismo no Brasil.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

OUTTES, J. Disciplinando la sociedad através de la ciudad: El origen del urbanismo en Argentina y Brasil (1894-1945). *EURE (Santiago)* [online]. 2002, vol.28, n.83, pp. 7-29. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-7161200200830002>>

HALL, P. *Cidades de amanhã*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

Bibliografia Complementar:

ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Editora, 2005.

CHOAY, F. *O urbanismo*. Utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MORRIS, A. E. J. *História de la forma urbana*. Desde su origen hasta la Revolución Industrial. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

MUMFORD, L. *A cidade na História*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SENNETT, R. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

35 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE INFORMAÇÃO PARA O PLANEJAMENTO

Sigla: ESHT011-17

Quadrimestre: 7º

TPI: 3-1-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Introdução à Inferência Estatística

Objetivos: O curso objetiva oferecer um panorama geral de distintas ferramentas de análise de dados, com ênfase em técnicas de inferência estatística clássica e espacial e sua aplicabilidade em estudos que subsidiam o processo de planejamento territorial. Intercalando aulas teóricas e práticas, o curso apresenta diferentes aspectos da análise de dados territoriais, incluindo a coleta e processamento de dados, análise exploratória, visualização de dados e construção de modelos estatísticos.

Através da construção de experimentos, os alunos deverão vivenciar diferentes possibilidades de análise quantitativa de dados e ser capazes, ao final do curso, de explorar um problema de pesquisa aplicado ao planejamento territorial com o auxílio dos métodos e técnicas apresentados em sala de aula.

Ementa: Métodos e técnicas para a utilização de sistemas de informação, técnicas de análise de dados e de avaliação de desempenho de alternativas de projetos e políticas públicas, modelos e estudo de cenários para planejamento estratégico e de tomada de decisão. Tipo de informação e dados disponíveis para planejamento territorial; combinação de análises quantitativas e qualitativas; principais bancos de dados e indicadores; manuseio e cruzamento de dados georeferenciados; regressão linear: princípios, pressupostos e análise de resultados; o uso regressão linear múltipla na análise de dados: princípios, técnicas e análise de resultados; ferramentas de tomada de decisão. Apresentação de informações quantitativas.

Bibliografia Básica:

- HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COLIN, E.C. *Pesquisa Operacional*: 170 aplicações em estratégia, finanças, logística e produção. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- SILVA, A. de B. *Sistemas de informações Geo-referenciadas*: conceitos e fundamentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Bibliografia Complementar:

- CRESWELL, J. W. *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. UK: Sage Publication INC. 2009.
- FIELD, A. *Descobrindo a estatística usando o SPSS*. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- MARDIA, K. I. V. *Multivariate analysis*. Amsterdam, NLD: Academic Press, 1979.
- SAATY, T. L., VARGAS, L. G. *Decision Making with the Analytic Network Process: Economic, Political, Social and Technological Applications with Benefits, Opportunities, Costs and Risks*. Springer, 2006.
- ZOPOUNDIS, C. e PARDALOS, P. M. *Handbook of Multicriteria Analysis*. London: Springer Heidelberg Dordrecht London New York. 2010.

36 | PLANEJAMENTO E POLÍTICA AMBIENTAL

Sigla: ESHT017-17

Quadrimestre: 7º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Estudos do Meio Físico; Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente; Regulação Urbanística e Ambiental

Objetivos: O objetivo da disciplina é proporcionar aos alunos as bases e a experimentação de atividades relacionadas às políticas e ao planejamento ambiental. Essas bases e práticas se apoiam na interdisciplinaridade (múltiplas disciplinas e temas), em uma abordagem espacial (com a utilização de escalas capazes de abordar sistemas socioecológicos) e na governança (participação de diversos atores sociais e instituições) com vistas ao alcance de uma condição sustentável na relação homem-ambiente.

Ementa: Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico da política ambiental. Histórico do planejamento ambiental. Metodologias e práticas em planejamento ambiental, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Recursos naturais, modos de apropriação e regulação. Marcos regulatórios relativos aos recursos naturais.

Política Nacional de Meio Ambiente. Políticas setoriais associadas aos recursos naturais. Estudos de caso e atividades práticas.

Bibliografia Básica:

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. *O Que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DOUROJEANNI, A. *Procedimientos de gestion para el desarrollo sustentable: aplicado a microrregiones y cuencas*. Santiago: CEPAL, 1993. Disponível em <http://www.redesma.org/docs_portal/dessost.pdf>

SANTOS, R. F. dos. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BUCKINGHAM, S.; TURNER, M. *Understanding Environmental Issues*. E-book. Sage Publishing, 2008.

CRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de Sistemas Ambientais*. São Paulo: Editora Edgard Blüncher, 1999.

MOMM SCHULT, S. I.; BOHN, N. (Orgs.) *As múltiplas dimensões das Áreas de Preservação Permanente*. Blumenau: Edifurb, 2014.

SACHS, I. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SELMAN, P. *Environmental Planning. The Conservation and Development of Biophysical Resources*. E-book. Sage Publishing, 2000.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

37 | PLANEJAMENTO E POLÍTICA RURAL

Sigla: ESHT019-17

Quadrimestre: 8º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo do curso é embasar teoricamente os alunos para que possam atuar em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em diferentes escalas de maneira crítica e inovadora.

Ementa: Evolução das ações de planejamento com base nos arranjos e recortes do meio rural no quadro nacional e internacional. Meio rural e características para o planejamento e para as políticas. Organização sócio produtiva no meio rural. Marco conceitual, metodológico, normativo e técnico de política rural. Histórico do planejamento no meio rural. Metodologias e práticas em planejamento rural, escalas, métodos e técnicas e contribuições disciplinares. Marcos regulatórios aplicados às políticas do rural. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

BACELAR, T. (org.). *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010. Disponível em <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/93/volume_12.pdf>

BURSZTYN, M. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

Bibliografia Complementar:

- ARAUJO, T. B. (org.). *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010
FAVARETO, A. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"?* Estudos Avançados, vol.24, nº 68. São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/21.pdf>>
GALLENT, N; JUNTTI, M.; KIDO, S.; SHAW, D. *Introduction to rural planning*. New York: Taylor&Francis, 2008. [E-book]
MARTINE, G.; MUELLER, C. Modernização agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - a década de 1980. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997. Disponível em <<http://www.rep.org.br/PDF/67-7.PDF>>
VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

38 | POLÍTICA URBANA

Sigla: ESHT021-17

Quadrimestre: 8º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Ao final da disciplina o aluno deverá: a) compreender os aspectos envolvidos no processo de urbanização e a articulação das políticas urbanas no território; b) conhecer os instrumentos e as condicionantes da implementação dessas políticas, d) ser capaz de executar a metodologia de coleta de dados para a produção de análise, diagnóstico e diretrizes para as políticas urbanas e d) compreender o papel do Estado na formulação e condução das políticas urbana, habitacional, saneamento ambiental e mobilidade.

Ementa: Políticas urbanas no Brasil e no mundo, processo de produção e apropriação do espaço urbano no contexto do sistema capitalista. Contextualização do processo de urbanização brasileira. Planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano e no Brasil. Articulação das políticas urbana, habitacional, ambiental, saneamento e de mobilidade.

Bibliografia Básica:

- DENALDI, R. (org.). *O desafio de planejar a cidade: política urbana e habitacional de Santo André SP, 1997-2008*. São Paulo, SP: Annablume, 2012.
MARICATO, E. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Cadernos MdasCidades, n. 1. Brasília: MdasC, 2004. Disponível em <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/103/titulo/Cadernos+MCidades+1+-+Politica+Nacional+de+Desenvolvimento+Urbano>>
COSTA, G. M.; MENDONÇA J. G. (org). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e*

perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.
DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

39 | MÉTODOS DE PLANEJAMENTO

Sigla: ESHT010-17

Quadrimestre: 8º

TPI: 3-1-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina tem como objetivo promover conhecimento e reflexão crítica sobre as principais ferramentas de planejamento e gestão das organizações e de políticas públicas. Pretende apresentar aos alunos uma visão geral de diferentes conceitos e metodologias ligados ao planejamento, gestão dos projetos e dos processos relacionados às organizações e às políticas públicas. A partir da discussão de diferentes metodologias, pretende-se refletir sobre vantagens e limites em diferentes contextos e a relação entre elas na prática do planejamento e da gestão pública em um contexto democrático.

Ementa: Metodologias de planejamento em diferentes escalas territoriais e níveis institucionais. Teoria e métodos em planejamento. Escalas, instituições e atores envolvidos no planejamento. Aplicações e tradições do planejamento. Tipologia de instrumentos de planejamento e gestão. Técnicas e ferramentas aplicadas em processos de planejamento e gestão. Informação, comunicação e utilização de indicadores de processo. Métodos de planejamento: Planejamento participativo, planejamento físico-territorial, planejamento estratégico, planejamento situacional, planejamento comunicativo, outros. Estudos de caso e atividades práticas.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATUS, C. O plano como aposta. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org). *Planejamento e Orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006 Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2845>

PFEIFFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org) *Planejamento e Orçamento governamental*. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006 Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2846>

PHILLIPI JR. A. et al. (Eds.). *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Barueri: Manole, 2012 (Coleção ambiental).

Bibliografia Complementar:

ALVES, E. L. G.; LIMA, M. de A. Crise e planejamento estratégico-situacional. *São Paulo em Perspectiva*. vol. 5, nº 4, outubro/dezembro de 1991. São Paulo: Fundação SEADE, 1991. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n04/v05n04_06.pdf>

INNES, J. E., BOOHER, D. E. *Planning with complexity*. Taylor& Francis Group. New York: Routledge, 2011. [E-book]

OOSTERLYNCK, S.; VAN DER BROECK, J.; ALBRECHTS, L., MOULAERT, F. *Strategic Spatial Projects - Catalysts for Change*. Taylor&Francis Group. New York: Routdlege, 2011. [E-book]

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. *Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TENÓRIO, F. G. (Coord.) *Gestão Social: Metodologia, Casos e Práticas*. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

40 | OFICINA DE PLANEJAMENTO MACRO E MESO REGIONAL

Sigla: ESHT013-17

Quadrimestre: 8º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Planejamento e Política Ambiental; Planejamento; Política Regional

Objetivos: O objetivo da disciplina é aprofundar o entendimento de planejamento e política regional, discutindo os alcances e os limites dessa escala de abordagem frente à organização territorial e institucional brasileira.

Ementa: Práticas e experimentos de elaboração de diretrizes de planejamento macro e meso regional, enfocando os objetivos, possibilidades e alcance do planejamento nessas escalas. Elaboração de estudos e propostas de planejamento regional.

Bibliografia Básica:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

41 | GOVERNANÇA PÚBLICA, DEMOCRACIA E POLÍTICAS NO TERRITÓRIO

Sigla: ESHT008-17

Quadrimestre: 9º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo da disciplina é dar aos alunos do curso do BPT noções básicas sobre a funcionamento do Estado brasileiro e da administração pública e sobre a importância da democracia no planejamento territorial e nas políticas públicas territoriais. O aluno deve se familiarizar com as transformações que ocorrem na relação entre agentes estatais e sociais e as potencialidades de sua intermediação por mecanismos de participação e de governança pública, visando contribuir para sua capacidade de considerar e integrar práticas participativas e democráticas nas práticas profissionais do futuro planejador do território.

Ementa: Estado e administração pública. Federalismo e relações intergovernamentais. Reforma do Estado e modelos de gestão pública. Teoria e prática da governança pública. Teoria democrática e participação pública. Democracia e inovações institucionais. Atores, instituições e redes de políticas públicas. Estado, mercado e movimentos sociais: cooperação e conflitos. Espaços, esferas e escalas na governança territorial. Exemplos e casos

Bibliografia Básica:

- ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro: FGV/Fiocruz, 2012.
- DALLABRIDA, V. R. (Eds.). Governança territorial e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- SOUZA, M. L. de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Russel. 2006.

Bibliografia Complementar:

- ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan / FAPESP. 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2009). Construindo o Estado republicano. Democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREY, K. Governança urbana e participação pública. RAC- eletrônica - Revista de Administração Contemporânea, 1, 136-150, 2007.
- LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (Eds.). Burocracia e política no Brasil. Desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- MARTINS, P.E.M.; PIERANTI, O.P. (eds.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PETERS, Guy B.; PIERRE, Jon (orgs.) Administração pública, Coletânea. São Paulo, Brasília: UNESP, ENAP.
- PHILLIPPI JR. A. et al. (Eds.). Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2012 (Coleção ambiental).
- SANTOS JR., O. A. d.; RIBEIRO, L. C. d. Q. & AZEVEDO, S. d. (Orgs.). (2004). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase.
- SANTOS JR., Orlando Alves dos (2002) Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil. Cadernos Metrópole n. 8, pp. 87-103, 2o sem. Disponível em: <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm/cm8.pdf>
- SANTOS, M. (2007). O espaço do cidadão. São Paulo: Ed. USP, 2007.

42 | USO DO SOLO URBANO

Sigla: ESHT024-17

Quadrimestre: 9º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina de Uso do Solo Urbano tem como principal objetivo o entendimento da construção do espaço intraurbano, por meio do conhecimento do arcabouço legal que a condiciona, seus limites, potencialidades e possibilidades de aplicação, bem como seus efeitos na morfologia urbana e na percepção e apropriação dos espaços das cidades por seus habitantes.

Ementa: A percepção do espaço intra-urbano, identificação e análise dos condicionantes do uso do solo, localização das atividades urbanas, significados urbanos, disputa pelo espaço urbano e identificação dos conflitos de uso e em especial dos conflitos ambientais. A análise e as intervenções urbanísticas. Leitura e percepção da forma urbana; morfologia da cidade e índices urbanísticos; relações entre espaço edificado e espaço livre; usos do solo e acessibilidade; imagem da cidade; significados urbanos; apropriação do espaço urbano e conflitos urbanos e ambientais, instrumentos urbanísticos tratam do uso e

ocupação do solo.

Bibliografia Básica:

ACIOLY, C. DAVIDSON, F. *Densidade Urbana*: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CYMBALISTA, R. Regulação urbanística e morfologia urbana. In: ROLNIK, R. (Org.) *Regulação urbanística e exclusão territorial*. Publicações Polis 32. São Paulo: Instituto Polis, 1999. Disponível em <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf>>

VILLAÇA, F. *O Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1999.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS F. C. *Reinvente seu bairro*. São Paulo: Editora 34, 2003.

KOHLSDORF, M. E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LYNCH, K. *A Imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SAULE, N. (org.) *A Perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana na revisão da Lei do Parcelamento do Solo*. São Paulo: Polis, 2008. Disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/839/839.pdf>

43 OFICINA DE PLANEJAMENTO DE ÁREAS PERIURBANAS, INTERIORANAS E RURAIS

Sigla: ESHT014-17

Quadrimestre: 9º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Planejamento e Política Ambiental; Planejamento e Política Rural

Objetivos: Este curso concentrará sua discussão: no entendimento das principais abordagens para o planejamento rural; nas fases do planejamento; e em colocar em prática o embasamento teórico adquirido nas disciplinas de Planejamento Rural, Ambiental e Territorial.

Ementa: Exercícios práticos de elaboração de estudos e propostas de planejamento nas áreas periurbanas, interioranas e rurais. Elaboração de diagnósticos e diretrizes de planejamento territorial para comunidades rurais e ou nos entornos das aglomerações urbanas. Identificação das dinâmicas de organização territorial e seleção de alternativas de planejamento em diferentes escalas.

Bibliografia Básica:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

44 PRÁTICAS EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Sigla: BHS0001-15

Quadrimestre: 9º

TPI: 2-2-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: O curso visa constituir um espaço para a reflexão em torno de exercícios aplicados – produzidos pelos alunos - apoiados nas teorias e escolas de pensamento em Humanidades e Ciências Sociais. Desenvolvimento de projeto teórico ou empírico sob a orientação de um ou mais professores da UFABC a partir de temas relacionados ao BCH. Poderá ser utilizada uma pesquisa desenvolvida em Iniciação Científica prévia (com ou sem bolsa). Reflexão sobre as dificuldades e caminhos metodológicos de enfrentamento de problemas em aplicações das Humanidades e Ciências Sociais.

Bibliografia Básica:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

45 MOBILIZAÇÃO PRODUTIVA DOS TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sigla: ESHT012-17

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Proporcionar fundamentos teóricos e metodológicos para a identificação de oportunidades de desenvolvimento territorial na escala local, seja ela municipal ou microrregional. Avaliar diferentes abordagens e conhecer experiências aplicadas no Brasil e no mundo. Conhecer as novas formas de organização da produção no mundo globalizado e seus impactos sobre o desenvolvimento local.

Ementa: O novo mundo industrial: conhecimento, redes logísticas e globalização. Economia difusa, empresa-rede e desenvolvimento local. O território como sistema de integração versátil e evolutiva. Regulação endógena dos mercados locais. Concorrência e cooperação. Territórios produtivos e desafios do desenvolvimento local no Brasil.

Bibliografia Básica:

CASSIOLATO, J. E. et al. (orgs.) Arranjos Produtivos Locais. Uma alternativa para o desenvolvimento. Vol I e II. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MONIE, F., SILVA, G. Mobilização produtiva dos territórios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PIQUET, R. Indústria e território no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Bibliografia Complementar:

COCCO, G. et al. (orgs.). Gestão Local e Políticas Públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

DOWBOR, L. POCHMAN, M. Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. [E-book]

LAGES, V. et al.; Territórios em Movimento. Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Sebrae, 2004.

SILVA, G. e COCCO, G. (orgs.); Territórios Produtivos. Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

URANI, A. et al. (orgs.); Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos. O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

VELTZ, P. Mondialisation, Villes et Territoires - l'économie d'archipel. Paris: PUF, 2001.

46 | POLÍTICA METROPOLITANA

Sigla: ESHT020-17

Quadrimestre: 10º

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Introduzir os alunos às dinâmicas territoriais, socioeconômicas, demográficas e políticas que influenciam o processo de metropolização, assim como os limites e potencialidades para o planejamento e a gestão das áreas metropolitanas, com uma ênfase na experiência brasileira.

Ementa: O fenômeno de metropolização, arranjos sócio institucionais para nortear a organização e gestão das áreas metropolitanas. Urbanização e metropolização – introdução conceitual; o paradoxo das regiões metropolitanas; o dilema da ação coletiva em áreas metropolitanas; a mobilização sócio produtiva dos territórios metropolitanos; governos e governanças metropolitanas; a evolução da gestão metropolitana – o panorama internacional e as perspectivas para o cenário brasileiro.

Bibliografia Básica:

KLINK, J. (org.) *Governança das metrópoles*. Conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2010.

LEFÈVRE, C. *Governar as metrópoles*: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 299-317, julho/dez. 2009. Disponível em <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm22_160.pdf>

MAGALHÃES, F. (Org.) *Regiões metropolitanas no Brasil*. Um paradoxo de desafios e oportunidades. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2011. Disponível em <<http://www.iadb.org/wmsfiles/products/publications/documents/36045064.pdf>>

Bibliografia Complementar:

GARSON, S. *Regiões metropolitanas*: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte: PUC, 2009.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C.; AZEVEDO, S. *Metrópole*: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo / FASE, 2004.

ROJAS, E. *Gobernar las metrópolis*. Washington, USA: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.

SOUZA, C. *Regiões metropolitanas*: condicionantes do regime político. *Lua Nova*, n.59 São Paulo, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a07n59.pdf>>

SPINK, P.; TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. *Governança, governo ou gestão*: o caminho das ações metropolitanas. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 453-476, julho/dez. 2009. Disponível em <http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm22_160.pdf>

47 | OFICINA DE PLANEJAMENTO URBANO

Sigla: ESHT015-17

Quadrimestre: 10º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Planejamento e Política Ambiental; Política Urbana

Objetivos: Por meio de exercícios práticos de análise de dados de diagnósticos socioterritoriais e de elaboração de diretrizes de planejamento urbano para cidades pequenas e médias, ao final da disciplina o aluno será capaz de formular e estruturar diretrizes e normas de planejamento urbano, em especial, de zoneamento e de uso e ocupação do solo e sua articulação com os instrumentos de política urbana.

Ementa: Exercícios práticos de elaboração de diretrizes de planejamento urbano para cidade pequenas e médias, objetivos e alcance do planejamento urbano. Elaboração de diagnósticos e propostas de planejamento urbano. Planejamento de municípios de pequeno e médio porte: uso e ocupação do solo; instrumentos de política urbana. Metodologia de coleta e tratamento de dados para produção de análise, diagnóstico, prognóstico e diretrizes de planejamento. Políticas setoriais e suas articulações.

Bibliografia Básica:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

48 | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Sigla: ESHT900-17

Quadrimestre: 11º

TPI: 0-2-12

Carga Horária: 24h

Requisito: CPk ≥ 0,7 no BPT

Objetivos: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular, de caráter prático e científico, que tem como objetivo principal permitir que o aluno desenvolva um projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento teórico e/ou prático que demonstre sua efetiva capacidade de utilizar e articular os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação, sob orientação de um professor que acompanhará as diversas etapas de sua produção.

No desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, o aluno deverá demonstrar ser capaz de acionar, articular e utilizar os conceitos, técnicas e ferramentas aprendidos durante a sua formação, conectando conhecimentos adquiridos ao longo do curso e as respectivas competências cognitivas e profissionais desenvolvidas.

Em suma, o TCC consiste em uma atividade de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, abordando um tema pertinente ao campo do Planejamento Territorial e que comprove que o aluno possui efetiva capacidade de atuar como profissional na referida área.

Ementa: Trabalho de caráter teórico e/ou prático, envolvendo conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas do curso de Planejamento Territorial. O trabalho será desenvolvido sob a orientação de um professor credenciado no curso. O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado poderá ser resultado de um desdobramento de trabalhos de pesquisa anteriormente realizados pelo aluno ou uma monografia. Em ambos os casos, tal trabalho deve estar voltado para os temas do planejamento e gestão do território. Nesta disciplina o aluno deverá desenvolver e aprovar (junto ao orientador) o projeto a ser desenvolvido na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Bibliografia Básica:

A bibliografia é indicada pelo Orientador conforme área de atuação.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia é indicada pelo Orientador conforme área de atuação.

49 | OFICINA DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA METROPOLITANA

Sigla: ESHT016-17

Quadrimestre: 11º

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Planejamento e Política Ambiental; Política Metropolitana

Objetivos: O objetivo da disciplina é aprofundar o entendimento do planejamento e governança metropolitana, discutindo os alcances e os limites dessa escala de abordagem frente à organização territorial e institucional brasileira.

Ementa: Práticas e experimentos de planejamento e gestão do espaço policêntrico: limites e potencialidades de diversas estratégias de mobilização sócio produtiva dos territórios metropolitanos. A questão metropolitana no pacto federativo brasileiro; os limites do *municipalismo autárquico*; governos e governança no território metropolitano; cooperação e competição no planejamento do território. O estatuto da cidade, a função social da metrópole e o impasse do plano diretor metropolitano. O planejamento estratégico e mobilização produtiva do território.

Bibliografia Básica:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Bibliografia estabelecida a partir da definição do programa a cada quadrimestre.

50 | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Sigla: ESHT901-17

Quadrimestre: 12º

TPI: 0-2-12

Carga Horária: 24h

Requisito: Trabalho de Conclusão de Curso I; Conclusão das disciplinas obrigatórias específicas do curso de BPT

Objetivos: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular, de

caráter prático e científico, que tem como objetivo principal permitir que o aluno desenvolva um projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento teórico e/ou prático que demonstre sua efetiva capacidade de utilizar e articular os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação, sob orientação de um professor que acompanhará as diversas etapas de sua produção.

No desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, o aluno deverá demonstrar ser capaz de acionar, articular e utilizar os conceitos, técnicas e ferramentas aprendidos durante a sua formação, conectando conhecimentos adquiridos ao longo do curso e as respectivas competências cognitivas e profissionais desenvolvidas.

Em suma, o TCC consiste em uma atividade de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, abordando um tema pertinente ao campo do Planejamento Territorial e que comprove que o aluno possui efetiva capacidade de atuar como profissional na referida área.

Ementa: Trabalho de caráter teórico e/ou prático, envolvendo conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas do curso de Planejamento Territorial. O trabalho será desenvolvido sob a orientação de um professor credenciado no curso. O trabalho de conclusão de curso a ser apresentado poderá ser resultado de um desdobramento de trabalhos de pesquisa anteriormente realizados pelo aluno ou uma monografia. Em ambos os casos, tal trabalho deve estar voltado para os temas do planejamento e gestão do território.

Bibliografia Básica:

A bibliografia é indicada pelo Orientador conforme área de atuação.

Bibliografia Complementar:

A bibliografia é indicada pelo Orientador conforme área de atuação.

Disciplinas de Opção Limitada do Bacharelado em Planejamento Territorial

01 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Sigla: ESZT001-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar e debater o conceito de produção do espaço urbano, a partir da perspectiva do filósofo Henri Lefebvre, em diálogo com o trabalho de outros autores que desenvolveram pesquisas e teorias que problematizam a construção social do espaço urbano numa perspectiva crítica. Aproximar e relacionar conceitos e métodos que permitem a análise crítico-propositiva da ação da sociedade na produção do espaço, no contexto do capitalismo periférico, destacando suas especificidades, agentes envolvidos, conflitos e suas consequências no ambiente construído e nas políticas públicas.

Ementa: Processo de produção do espaço como produto e condição da reprodução social. Instrumentos diagnósticos e referenciais para elaboração e implantação de políticas públicas. O espaço como produto e condição da reprodução social. O espaço urbano contemporâneo: segregação, fragmentação e hierarquização. As especificidades do espaço urbano em países periféricos: a segregação como parte do processo de produção do urbano. Políticas públicas urbanas: seus impasses e limites na superação de um espaço

urbano periférico.

Bibliografia Básica:

CARLOS, A. F. A. A.; Reprodução do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.
HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Bibliografia Complementar:

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
FIX, M. Parceiros da Exclusão. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.
MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.
RIBEIRO, F. V. As contradições das políticas de urbanização de favelas. Revista de Economia Política e História Econômica. São Paulo, 2008, nº 14, p.40-68. Disponível em <<https://sites.google.com/site/rephe01/textos>>
RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2007.

02 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: ESHP003-13

TPI: 2-2-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Metodologia de Pesquisa em Políticas Públicas; Métodos Quantitativos para Ciências Sociais

Objetivos: A disciplina visa fornecer aos alunos ferramental teórico e analítico sobre as práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos sociais, dentro de uma perspectiva crítica sobre os limites e possibilidades das metodologias. Também tem por objetivo analisar as implicações do monitoramento e avaliação para o desenvolvimento de políticas públicas e o impacto desses processos nos atores políticos e sociais.

Ementa: Conceitos: monitoramento, avaliação, formulação, ciclo de políticas públicas, impacto, eficiência-eficácia-efetividade. Metodologias de monitoramento e avaliação: visão geral, focos de análise (objetivos, administração, consumidores, especialistas, participantes). Instrumentos e ferramentas de avaliação: marco lógico, árvore de problemas, etc. Indicadores e políticas públicas. Análise custo-benefício; Análise de impacto. Visão geral sobre análise de impacto regulatório. O contexto e as implicações políticas da avaliação.

Bibliografia Básica:

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Editora Alinea, 2009. OTERO, Martina Rillo. Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil. Editora Peiropolis, 2012. GESTOSO, José Ignácio. Introdução a avaliação de programas sociais. Editora FGV, 2009.

Bibliografia Complementar:

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Editora Alinea, 2009. OTERO, Martina Rillo. Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil. Editora Peiropolis, 2012. GESTOSO, José Ignácio. Introdução a avaliação de programas sociais. Editora FGV, 2009.

03 | AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Sigla: ESTU025-17

TPI: 2-2-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Regulação Urbanística e Ambiental; Cartografia e Geoprocessamento; Saúde Ambiental; Biomas Brasileiros.

Objetivos: Fornecer subsídios para a formulação de Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto.

Ementa: Histórico e bases legais do licenciamento ambiental, tipos de licenciamento ambiental segundo características dos empreendimentos. Elementos e estudos para formulação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e RAP – Relatório Ambiental Preliminar. Procedimentos e métodos para avaliação dos impactos ambientais. Conceitos envolvidos na identificação e formulação de medidas mitigadoras e compensatórias. Gestão dos empreendimentos licenciados. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e medidas punitivas por descumprimento da legislação ambiental. Limites e desafios do processo de licenciamento ambiental.

Bibliografia Básica:

MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; AB'SABER, Aziz Nacib (orgs). Previsão de impactos: o estudo de impactos ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiência no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 573 p. ISBN 9788531402609.

PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004. 1045 p. ISBN 9788520420553.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p. ISBN 9788586238796.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, 2004. 294 p.

MARTINS, M. L. R. Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole. 1. ed. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006. v. 1. 206 p.

PLANTEMBERG, C.M. Previsão de Impactos Ambientais. São Paulo: EDUSP, 1994. 570p.

ALMEIDA, Daniel Ladeira. Os passivos ambientais no reservatório Billings e os seus impactos na geração hidroenergética da Usina Henry Borden. Programa de Pós-Graduação em Energia. Santo André: Universidade Federal do ABC, 16/12/2010. 152 p. Dissertação (Mestre em Energia)-Universidade Federal do ABC.

BRAGA, Benedito et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2005. 318 p. (www.prenhall.com/braga_br - site com recursos adicionais). ISBN 8576050414.

FORNASARI Fo., N. et alii. Alterações no meio físico decorrentes de obras de engenharia. Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, 1992.

IAP/SEMA-PR. Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. 2a Ed. Curitiba, 1993, 300p.

IBAMA. Manual de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília, 1995, 132 p.

04 | CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADES

Sigla: ESHP004-13

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Esta disciplina visa oferecer aos alunos a compreensão sobre o fenômeno da emergência dos direitos, na clássica tipologia de Marshall, o surgimento das políticas sociais e dos sistemas de welfare-state, no Brasil e no mundo. Trata das questões da cidadania e das desigualdades no Brasil, dando um enfoque especial para a temática das relações étnico-raciais e do seu impacto sobre a cidadania no Brasil.

Ementa: Parte I: Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshall: direitos civis, políticos e sociais; teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais; surgimento e crise dos sistemas de bem-estar social. Parte II: Cidadania e Desigualdades no Brasil: O desenvolvimento da cidadania no Brasil; a questão das desigualdades no Brasil: desigualdade racial, educacional e de renda; políticas de combate à pobreza e à desigualdade.

Bibliografia Básica:

ABREU, Alzira. Caminhos da cidadania. Editora FGV, 2009. CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001. GUIMARÃES, A.S. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

Bibliografia Complementar:

DE SWAAN, A. In care of the state. Oxford: Oxford University Press, 1988. DRAIBE, S. "As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84". In: SOARES, G. e D'ARAÚJO, M.C. 21 Anos de Regime Militar. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro, FGV, 1994. HUBER, E. & STEPHENS, J. Development and crisis of the welfare state: parties and policies in global markets, Chicago: Chicago University Press, 2001. PIERSON, P. Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment. Cambridge University Press, 1994. KERSTENETZKY, CÉLIA LESSA. ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL NA IDADE DA RAZAO, Campus/RJ, 2012 SOUZA, Jessé. A Ralé Brasileira: quem e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. RABELO, F. e BERNARDES, G. Políticas Públicas e Cidadania. Canone Editorial, 2004. RUSSO, Mauricio. Violência e Cidadania. Sulina, 2011.

05 DESENVOLVIMENTO HUMANO E POBREZA URBANA

Sigla: ESZT002-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo da disciplina é oferecer aos alunos elementos de análise e compreensão dos processos e das relações entre o desenvolvimento humano, a desigualdade e a pobreza urbana, por meio das principais questões conceituais e linhas teóricas sobre os temas na contemporaneidade, bem como condições para refletir e discutir criticamente sobre questões atuais no Brasil e no mundo. Concepções e dilemas do desenvolvimento. Desigualdade, exclusão e pobreza. As causas da pobreza. As propostas das agências de desenvolvimento. Estatísticas e medição da pobreza. A concepção do desenvolvimento humano - IDH e IDH-M. Pobreza urbana no Brasil. Políticas sociais e de combate à pobreza. Estratégias e políticas municipais de

desenvolvimento humano e combate à pobreza.

Ementa: Concepções e dilemas do desenvolvimento. Desigualdade, exclusão e pobreza. As causas da pobreza. As propostas das agências de desenvolvimento. Estatísticas e medição da pobreza. A concepção do desenvolvimento humano – IDH e IDH-M. Pobreza urbana no Brasil. Políticas sociais e de combate à pobreza. Estratégias e políticas municipais de desenvolvimento humano e combate à pobreza.

Bibliografia Básica:

- DAVIS, M. Planeta Favela, São Paulo: Bomtempo Editorial, 2006.
FIX, M. Parceiros da Exclusão, São Paulo: Boitempo, 2001.
SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia Complementar:

- DEVAS, N. (Ed.) Urban governance, voice and poverty in the developing world. London: Earthscan, 2004.
MARTINS, J. de S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
SATTERTHWAITE, D. The Millennium Development Goals and urban poverty reduction: great expectations and nonsense statistics. Environment & Urbanization, 15 (2), 179-190, 2003. Disponível em <<http://eau.sagepub.com/content/15/2/179.full.pdf+html>>
SCHWARTZMAN, S. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium Ed., 2004.
THE WORLDWATCH INSTITUTE (Ed.). State of the World 2007: our urban future. New York: W.W. Norton & Company, 2007.

06 | DINÂMICAS TERRITORIAIS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Sigla: ESZT017-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais tem como objetivos principais levar o aluno: a) a aprofundar os debates sobre a relação entre espaço e sociedade a partir, particularmente, da perspectiva das populações negras e indígenas e seu processo histórico de exclusão socioterritorial; b) a identificar as situações históricas e seus respectivos contextos políticos, institucionais e conflitivos nos quais os segmentos negros e indígenas (e outras populações etnicamente diferenciadas) se encontraram e se encontram inseridos; c) a dominar os conceitos de raça, etnia e identidade, tanto em termos das abordagens clássicas, como das modernas; d) a apropriar-se de conceitos e abordagens sobre indicadores sociais, sua relação com o planejamento territorial e a segregação étnico-racial no Brasil e, na medida do possível, no mundo atual.

Ementa: Conceitos de espaço, território, identidade, classe, religião, etnia, gênero e suas inter-relações com a ideia de “raça”. A presença negra na produção do território urbano e rural no Brasil: ontem e hoje. População negra, desigualdades, violência e distribuição demográfica e socioterritorial no Brasil atual. Planejamento territorial, indicadores sociais e segregação étnico-racial.

Bibliografia Básica:

- GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais

antigas: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. (Disponível para download: <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/AntoniaDosSantosGarcia.pdf>)
HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do ‘Fim dos Territórios’ à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001.
OLIVEIRA, M. C. (org.) Demografia da exclusão social - temas e abordagens. Campinas: Editora da Unicamp, NEPO. 2001.
SANTOS, Renato Emerson do - Questões urbanas e racismo. ABPN, OXAFAN, FUNDAÇÃO FORD - 2012. (Disponível para download: <http://www.abpn.org.br/novo/attachments/article/92/Quest%C3%B5es%20urbanas%20e%20racismo.pdf>)

Bibliografia Complementar:

BONNETTI, ALINNE & ABREU, MARIA APARECIDA – Faces da Desigualdade de Gênero e de Raça no Brasil. IPEA, Governo Federal, 2011. (DISPONÍVEL NA ÍNTegra EM PDF: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3092>)
GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.
GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
HALL, Stuart - A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.
JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil - conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea. 2001.
O'DWYER, Eliane Cantarino. Organizadora. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. (DISPONÍVEL NA ÍNTegra: <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>)

07 | ELABORAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Sigla: ESTG004-17

TPI: 2-2-5

Carga Horária: 48h

Recomendação: Gestão de Operações; Desenvolvimento Integrado do Produto

Objetivos: Capacitar o aluno a desenvolver o processo de elaboração, análise e avaliação de projetos analisando sua viabilidade técnica e econômica, atendendo metas de curto, médio e longo prazo da empresa.

Ementa: Definição de projeto; etapas de elaboração do plano de projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas (stakeholders); levantamento de custo do projeto; viabilidade tecnoeconômica do projeto; metas de curto, médio e longo prazo; definição de necessidades para implantação do projeto; seleção da equipe de execução; implementação de meios materiais para execução; escala; localização; avaliação do projeto; análise de viabilidade econômica aplicada em projetos; desenvolvimento definição de fatores críticos de sucesso.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. 26a. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984.

VARGAS. R. V. Manual Prático do Plano de Projeto, 5a. Edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2014. ISBN: 8574526800

VALERIANO, D. L. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Prentice Hall, 2005. ISBN:8576050390

Bibliografia Complementar:

KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas. São Paulo: Bookman, 2002. ISBN: 8536306181

VALERIANO, D. L. Gerência em projetos. São Paulo: Pearson Makron Books, 1998.

PRADO, D. Planejamento e controle de projetos. Nova Lima: INDG, 2004. ISBN 9788598254104

MEREDITH, J. R.; MANTEL JR., S. J. Administração de projetos: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC Ed. 2003. ISBN 9788521613695.

FONSECA, J. W. F. Elaboração e análise de projetos. São Paulo: Atlas, 2012.

08 ENERGIA E ABASTECIMENTO

Sigla: ESZT003-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Proporcionar uma visão abrangente sobre os recursos energéticos e as condições para seu uso: os principais aspectos dos sistemas de geração, transmissão, distribuição de energia; o desenvolvimento territorial e a demanda de energia

Ementa: Fontes de energia. Matriz energética do Brasil. Impacto ambiental das diversas fontes e formas de conversão. Formas de aproveitamento das energias naturais. Matriz energética do Brasil. Impacto ambiental das diversas fontes e formas de conversão. Sistemas de geração, transmissão, distribuição de energia. Estrutura de organização do setor energético. Desenvolvimento econômico e social e demanda de energia. Políticas e programas de abastecimento de Energia.

Bibliografia Básica:

GOLDENBERG, J.; LUCON, O. Energia, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HINRICHES, R.; KLEINBACH, M. Energia e meio ambiente. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2003.

PHILIPPI JR., A.; REIS, L. B. Matrizes Energéticas - conceitos e usos em gestão e planejamento. Barueri: Manole, 2011.

Bibliografia Complementar:

BÉLICO DOS REIS, L; SILVEIRA, S. (Orgs.). Energia elétrica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BÉLICO DOS REIS, L. Energia elétrica e sustentabilidade: aspectos tecnológicos, socioambientais e legais. São Paulo, SP: Manole, 2006. (Coleção ambiental)

MME. Balanço Energético Nacional 2009: Ano base 2008. Ministério de Minas e Energia Brasília: MME, 2009. Disponível em <https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2009.pdf>

PINTO JUNIOR, H. Q. et al. (Org.) Economia da energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VEIGA, J. E. da. Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento. Campinas: Autores Associados, 2009.

09 | GEOGRAFIA POLÍTICA

Sigla: ESHR007-14

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: Os discursos sobre Estado, território e poder na Geografia Política Clássica. Discutir a renovação da Geografia Política e as novas interpretações sobre a relação entre espaço e poder. Cartografias do mundo contemporâneo: países, blocos regionais e relações internacionais. O desafio comum dos territórios sem Estado: oceanos, espaço cósmico, Antártida. Examinar o papel da divisão social e territorial do trabalho, assim como seus impactos na organização regional. Analisar a formação sócio-espacial das economias centrais e dos países periféricos.

Bibliografia Básica:

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: Edusp, 1992.

DEFARGES, P. M. Introdução à Geopolítica. Lisboa: Gradiva, 2003.

KNOX P.; AGNEW, J. e McCARTHY. L.; The Geography of the World Economy. London: Hodder Education, 2008.

Bibliografia Complementar:

BECKER, B. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. ISBN 8576170426

BECKER, Bertha. Manual do candidato: Geografia. Brasília: FUNAG, 2012.

DALBY, Simon; TUATHAIL, Gearóid Ó. Rethinking Geopolitics. London: Routledge, 1998.

CASTRO, I. E. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HASSBAERT, R. Regional-Global. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT/ WORLD BANK. Reshaping Economic Geography. World Development Report 2009. Washington: World Bank, 2009. ISBN: 978-0-8213-7640-9

STORPER, Michael. The Regional World: Territorial Development in a Global Economy. New York: The Guilford Press, 1997.

10 | GEOTECNIA APLICADA AO PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

Sigla: ESZU028-17

TPI: 2-1-3

Carga Horária: 36h

Recomendação: Fundamentos de Geologia para Engenharia; Cartografia e

Geoprocessamento; Geotecnica

Objetivos: O curso visa preparar o participante para o desenvolvimento de estudos do meio físico, em especial para a previsão e prevenção de riscos geotécnicos, através de estudos de casos práticos geológico-geotécnicos e análise das possíveis medidas de correção e prevenção (obras).

Ementa: O curso visa preparar o participante para o desenvolvimento de estudos do meio físico, em especial para a previsão e prevenção de riscos geotécnicos. O programa envolve: Analise os processos de erosão, escorregamento dos solos e inundações. Cartas de declividade e interpretação de relevo. Cartas geotécnicas e diagnósticos do meio físico para o planejamento urbano. Identificação de áreas de risco. Defesa civil e estratégias para prevenção de riscos. Proteção e manejo do solo em obras civis.

Bibliografia Básica:

MASSAD, Faiçal; Obras de terra: Curso básico de geotecnica. 2ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. 216 p.

OLIVEIRA, Antonio Manoel Dos Santos; BRITO, Sérgio Nertan Alves de (Ed.). Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998. 586 p.

SANTOS, A. R.; Geologia de Engenharia- Conceitos, Métodos e Prática. 2ed. São Paulo. ABGE- Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 2009.

Bibliografia Complementar:

FARAH, Flavio; Habitação e Encostas. 5. ed. São Paulo: Ipt, 2003. 312 p.

FARAH, Flavio; Ocupação de Encostas. 3. ed. São Paulo: Ipt, 1991. 216 p.

GUERRA, Antonio José Teixeira et al. (Org.). Erosão e Conservação dos Solos Conceitos, temas e Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 340 p.

MACIEL FILHO, C. L.; Introdução à Geologia de Engenharia. Santa Maria, RS: CPRM/Ed. da Universidade Federal de Santa Maria, 1994. 293p.

PINTO, C. de S.; Curso básico de mecânica dos solos em 16 aulas. 3 ed. São Paulo: Oficina de textos, 2006. 355 p.

11 GESTÃO URBANO-AMBIENTAL

Sigla: ESZU011-17

TPI: 3-1-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Regulação Urbanística e Ambiental; Cartografia e Geoprocessamento; Teoria do Planejamento Urbano e Ambiental

Objetivos: Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre os processos de gestão urbano-ambiental, estimulando a visão crítica sobre os problemas e as possibilidades de inovação junto aos processos de gestão dos recursos naturais e de qualidade do ambiente urbano. Desenvolver habilidades e o domínio de métodos e técnicas de análise para a elaboração de estudos, diagnósticos integrados, planos de ação, regulação e gestão de investimentos, procedimentos de tomada de decisão e controle social, processos participativos, etc.

Ementa: Conceitos de sustentabilidade aplicados ao projeto e à gestão urbana. Interfaces da questão social e ambiental no planejamento. Processos participativos para planejamento e gestão. Bases de dados e sistemas de informação para gestão urbana e

ambiental. Produção de diagnósticos integrados. Interfaces da regulação, gestão e investimentos: procedimentos para decisões participativas na formulação de orçamentos e planos de ação. Planejamento das áreas rurais e fronteiras de expansão urbana. Políticas de indução e estímulo à preservação de áreas de interesse ambiental. Prevêem-se visitas técnicas e/ou estudos de casos.

Bibliografia Básica:

- MARICATO, E. T. M.; Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, M.; A urbanização brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- MOTA, S.; Urbanização e meio ambiente. Rio de Janeiro: ABES Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 1999.

Bibliografia Complementar:

- ACIOLY, C.; Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 95 p.
- ARANTES, Otfilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia; A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5 ed. Petrópolis: VBozes, 2009. 192 p.
- PRESTES, Vanêscia Buzelato (org.). Temas de direito urbano ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 320 p.
- SANTORO, Paula (org.). Gestão social da valorização da terra. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. 76 p. (Cadernos Pólis, 9).
- VIANA, Gilney et al. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. 364 p.

12 HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS

Sigla: ESTU007-17

TPI: 3-1-5

Carga Horária: 48h

Recomendação: Cartografia e Geoprocessamento; Regulação Ambiental e Urbanística.

Objetivos: Apresentar e discutir os conceitos sobre habitação e assentamentos humanos.

Ementa: Dimensão do problema habitacional no Brasil; déficit e inadequação habitacional; Precariedade habitacional (favelas, loteamentos, cortiços, outros tipos de assentamentos); Políticas e Programas de urbanização e integração de assentamentos precários: alcances e limitações; Habitação e a questão ambiental: agenda, conflitos e possibilidades; Assentamentos precários: diagnóstico integrado e estratégias de intervenção. Assentamentos precários localizados em áreas de interesse ambiental. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). De volta a cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARTINS, M L. R. Moradia e Mananciais. Tensão e diálogo na metrópole. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Ministério das Cidades (Org). Guia para mapeamento e caracterização de Assentamentos Precários. Brasília: 2010..
- BRASIL. Ministério das Cidades (Org). Política Nacional e integração urbana de assentamentos precários. Parâmetros conceituais e metodológicos. Brasília: Ministério das Cidades, 2008 (2^a. Edição).
- BRASIL. Ministério das Cidades / DENALDI, R. (org.) Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.
- BUENO, L. M.; BOUCINHAS, Caio; ESCORZA, Rosangela. Moradia Social em Áreas de Mananciais. Santo André: Annablume, 2004.
- BUENO, L. M. et AL. Parâmetros para avaliação da vida urbana e qualidade habitacional nas favelas urbanizadas. In: ABIKO, A.K.; ORNSTEIN, S.W. (Org) Inserção Urbana e Avaliação Pós-ocupação da Habitação de Interesse Social. São Paulo: Finep, 2002. V.1, cap.12 (Coletânea Habitare)
- DENALDI, Rosana. Estado, política habitacional e favelas no Brasil. Leopoldianum, v.81/82, p.65-90, Santos, 2004.
- Prefeitura de São Paulo- SEHAB. Guarapiranga – Recuperação Ambiental e Urbana no Município de São Paulo. São Paulo, 2010.
- SAMORA, P.R. Projeto de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidade. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2009.

13 | INFORMÁTICA APLICADA AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Sigla: ESZT005-17

TPI: 1-3-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial

Objetivos: O curso tem como objetivo apresentar modelos de representação espacial que facilitem a comunicação entre o planejador e o gestor do território. Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de escolher um modelo de representação espacial que considere as particularidades do projeto, a escala geográfica de trabalho e o tipo de interlocutor que irá analisar o resultado final do seu projeto.

Ementa: Ferramentas de informática para realização de simulações e modelagens em 2D e 3D e a integração de dados de CAD e GIS. Recursos de representação e desenvolvimento de planos e projetos de planejamento territorial.

Bibliografia Básica:

- HUI L.; Min C.; GUONIAN L.; Qing Z.; Jiahua G.; Xiong Y.; Yongning W.; Bingli X.; Mingyuan H. Virtual Geographic Environments (VGEs): A New Generation of Geographic Analysis Tool. Earth-Science Reviews, Volume 126, November 2013, Pages 74-84, ISSN 0012-8252. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1016/j.earscirev.2013.08.001>>
- MONMONIER, M. Lying with Maps. Statistical Science 20 (2005), no. 3, 215--222. doi:10.1214/088342305000000241. Disponível em <[http://faculty.maxwell.syr.edu/mon2ier/e_reprints/StatSci%20Aug2005%20\(Lying%20with%20Maps\).pdf](http://faculty.maxwell.syr.edu/mon2ier/e_reprints/StatSci%20Aug2005%20(Lying%20with%20Maps).pdf)>
- SILVA, A. B. Sistemas de informações geo-referenciadas - conceitos e fundamentos. UNICAMP, 1999.

Bibliografia Complementar:

- BURROUGH, P. A.; McDONNELL, R. A. Principles of Geographical Information Systems.

New York: Oxford University Press, 1998.

DEMMERS, M. N. Fundamentals of geographic information systems. New York: J.Wiley & Sons, 2002.

HOLLAND, L.; GRAHAM, R. Mastering AUTOCAD CIVIL 3D 2012. 1. ed. John Wiley, 2011.

MUEHLENHAUS, I. The design and composition of persuasive maps, Cartography and Geographic Information Science, 2013, 40:5, 401-414, DOI: 10.1080/15230406.2013.783450. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/15230406.2013.783450>>

JENSEN, J. R.; Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos: Parentese ed., 2009.

14 | INTRODUÇÃO À INFERÊNCIA ESTATÍSTICA

Sigla: MCTC014-13

TPI: 3-1-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Introdução à Probabilidade e à Estatística

Objetivos:

Ementa: Intervalos de Confiança: Média; Desvio-padrão; Proporção; Mediana. Testes de hipótese: Fundamentos do teste de Hipótese; Testes sobre uma amostra: médias, proporções e variâncias; Inferências com base em duas amostras: Inferências sobre duas amostras: amostras dependentes; Inferências sobre duas amostras: amostras independentes; Comparação de duas variâncias; Inferências sobre duas proporções; Correlação e regressão: Correlação; Testes de hipótese para a correlação; Regressão pelo método de mínimo quadrados; Intervalos de Variação e Predição; Regressão Múltipla. Experimentos multinomiais e tabelas de contigência: Testes de aderência; Testes de independência; Testes de homogeneidade. ANOVA: ANOVA de um critério; ANOVA de dois critérios; Introdução a ANOVA com medidas repetidas. Estatística não paramétrica: Testes de normalidade; Teste dos Sinais; Teste de Wilcoxon; Teste de Mann-Whitney; Teste de Kruskal-Wallis; Correlação de Spearman.

Bibliografia Básica:

MAGALHÃES, M.N. e Lima, A.C.P. Noções de probabilidade e estatística. Editora EDUSP, 2008. ELIAN, S.N.. Estatística Básica. Ed. LTCE, 2008.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística Básica. Editora: Saraiva. 7^a Ed., 2011.

Bibliografia Complementar:

BOLFARINE, H.; SANDOVAL, M.C. INTRODUÇÃO À INFERÊNCIA ESTATÍSTICA.

BOX, G.; HUNTER, W. G.; HUNTER, J. S. Statistics for Experimenters: Design, Innovation, and Discovery.

ROHATGI, V. K et al. An introduction to probability and statistics. New York, USA: Wiley, c2001. WILCOX, Rand R. Basic statistics : understanding conventional methods and modern insights. 2009.

DURBIN, Richard. Bioestatística : principios e aplicações. 1998.

GARFIELD, Joan B. Developing students statistical reasoning : connecting research and teaching practice. 2008.

15 | INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sigla: ESHP014-13

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: O que é política pública; Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; Teorias das políticas públicas; Incrementalismo x Reformas; Atores e interesses políticos, sociais e econômicos envolvidos nas políticas públicas; O papel da burocracia e da administração.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo. (2012). Políticas públicas - princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas. HEIDEMANN, F. C., & SALM, J. F. (Eds.). (2009). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Universidade de Brasília.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1 e 2. Brasília: ENAP.

Bibliografia Complementar:

BONETI, Lindomar Wessler (2011). Políticas públicas por dentro. Unijuí.

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Longmann HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., & MARQUES, E. (Eds.). (2007). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

LEAL, Fabiola Xavier; GARCIA, Maria Lucia Teixeira (eds. 2012). Análise de políticas públicas: temas, agenda, processos e produtos. São Paulo: Annablume.

MORAN, M., REIN, M., & GOODIN, R. E. (Eds.). (2008). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press.

SECCHI, L. (2010). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: CENGAG Learning.

SILVA, Christian Luiz da (2012). Políticas públicas e desenvolvimento local. Petrópolis: Vozes.

16 | MERCADO IMOBILIÁRIO

Sigla: ESZT006-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Compreender os agentes e os conflitos que operam no funcionamento do mercado imobiliário. Discutir a evolução do circuito imobiliário no Brasil e as relações estruturais entre Estado, construção civil e mercado imobiliário. Caracterizar os determinantes e as particularidades da financeirização habitacional no Brasil. Analisar as novas formas de incorporação imobiliária e novas dinâmicas do capital imobiliário financeirizado. Introduzir os alunos ao funcionamento e operações de segmentos

específicos do mercado imobiliário.

Ementa: Princípios básicos do funcionamento do mercado imobiliário. Interrelações com dinâmica econômica, planejamento e gestão dos territórios. Mercado imobiliário: características gerais; agentes e fases na execução de projetos e programas; engenharia econômica aplicada aos empreendimentos imobiliários; conceitos de custo, valor e rentabilidade; financiamento, instrumentos financeiros e mercados imobiliários; política urbana: a perspectiva do mercado; dinâmica macroeconômica e mercados imobiliários.

Bibliografia Básica:

- ABRAMO, P. (Org). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Coleção Habitare, v.10 Porto Alegre: ANTAC, 2009. Disponível em <http://issuu.com/habitare/docs/colecao_10>
- MARQUES, E. A dinâmica imobiliária de incorporação em período recente. In: MARQUES, E. e TORRES, A. (org). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005.
- SANTORO, P. (Org.). Gestão social da valorização da terra. (Cadernos Pólis, 9). São Paulo, Instituto Pólis, 2004. Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/838/838.pdf>>.

Bibliografia Complementar:

- ABRAMO, P. Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CESARE, C. SMOLKA, M. Diagnóstico sobre o IPTU. Lincoln Institute, 2004. Disponível em <<https://www.lincolninst.edu/subcenters/capacity-building-for-property-tax/about/diagnostico-inicial.pdf>>
- DIPASQUALE, D.; WHEATON, W. Urban Economics and Real Estate Markets. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1995.
- JOWSEY, E. Real estate economics. London: Palgrave Macmillan, 2011.
- SILVA, H. M. B. Programas de urbanização e desenvolvimento do mercado em favelas brasileiras (Working Paper) 53 pages; Inventory ID LP00Z14; Portuguese. Lincoln Institute, 2000. Disponível em http://www.lincolninst.edu/pubs/701_Programas-de-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-do-mercado-em-favelas-brasileiras

17 | OFICINA DE PROJETO URBANO

Sigla: ESZT007-17

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Conhecer e aplicar metodologias de análise ambiental e urbana relacionadas aos aspectos: funcionais, sintáticos, conforto ambiental, biogeofísicos e aptidão à urbanização, da suscetibilidade a processos e do risco geológico-geotécnico. Desenvolver uma metodologia para o desenvolvimento de projeto urbano-ambiental. Desenvolver projeto de intervenção ambiental-urbana

Ementa: O projeto urbano e o processo de planejamento das cidades e de apropriação do espaço. Elaboração de diagnósticos e de projetos de urbanos desenvolvendo conceitos de requalificação, renovação e revitalização urbana, considerando as diferentes interações entre formas da cidade e sociedade. Desenvolvimento de um exercício prático de 'intervenção urbana' em um setor da cidade. Planejamento, planos e projeto urbano.

Planejamento estratégico e grandes projetos urbanos. Planejamento territorial e o desenho urbano; instrumentos legais indutores da urbanização e regularização; estudos de caso de intervenções urbanísticas.

Bibliografia Básica:

ACIOLY, C. DAVIDSON, F. Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COMPANS, R. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GOMES, P. C. C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, O. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MEYER, H. City and Port. Transformation of Port Cities: London, Barcelona, New York, Rotterdam. Rotterdam: International Books, 1999.

OSÓRIO L. M. Estatuto da Cidade e Reforma Urbana - novas perspectivas para as Cidades Brasileiras. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.

MONGIN, O. Condição urbana, A. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

18 | PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM

Sigla: ESZT008-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: A disciplina Patrimônio Cultural e Paisagem tem como objetivos principais levar o aluno: a) a apropriar-se dos debates sobre o papel da preservação cultural como elemento de construção das identidades culturais e sua relação com o mundo urbano e rural; b) a apropriar-se de questões conceituais e normativas relacionadas às noções de memória e identidades coletivas, patrimônio histórico, material e imaterial e seus correlatos; c) a associar conceitos e quadros normativos relacionados a tais temáticas percebendo sua importância na formatação de políticas públicas adequadas aos novos desafios da contemporaneidade relativos à prática preservacionista.

Ementa: Evolução do conceito de cultura e patrimônio. A problemática da preservação do patrimônio, a partir da ampliação contemporânea deste conceito. Memória, identidade, preservação. Sistemas Internacionais. Patrimônio Mundial: Natural e Cultural; Material e Imaterial; Paisagem cultural. Monumento cultural e centros históricos. Principais instrumentos de salvaguarda do patrimônio: inventário cultural, registro cultural e tombamento. Vertentes e problemas contemporâneos da preservação. Exemplos de reabilitação urbana e arquitetônica.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, L. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KÜHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico industrialização. Atelier Editorial Cotia, 2009.

REVISTA do IPHAN: história e patrimônio. Brasília: Iphan, MinC, Coleção. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3239>>

Bibliografia Complementar:

- ARGAN, G. C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MUNFORD, L. A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan/Cepdoc, 2007. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3850>>
- RICOEUR, P. Memória, a história e o esquecimento. Campinas: UNICAMP, 2008.
- SANT'ANNA, M. G. de (Org.). Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Iphan, 2006. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3825>.

19 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE REDES TÉCNICAS E SISTEMAS TERRITORIAIS

Sigla: ESZT009-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Dar noções e conceitos básicos sobre o planejamento e gestão das redes técnicas e sistemas de infraestrutura, discutindo as principais questões sobre os modelos institucionais e econômicos de regulação. A disciplina busca também desenvolver estudos de caso sobre o planejamento e gestão de redes de infraestrutura.

Ementa: Noções e conceitos sobre redes e sistemas técnicos, a caracterização da sociedade em rede e o espaço de fluxos. A natureza das redes técnicas e a organização de sistemas territoriais: tecnologia das redes de infraestrutura, sistemas e componentes conforme âmbitos territoriais, dimensões organizacionais e de gestão, implicações no planejamento e gestão territorial.

Bibliografia Básica:

- DIAS, L. C.; SILVEIRA; R. L. L. (org.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Bibliografia Complementar:

- CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CASTRO, I. E. et al (Orgs). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do ‘Fim dos Territórios’ à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- OFFNER, J-M. Les “effets structurants” du transport: mythe politique, mystification scientifique. L'espace géographique, 1993. n°3: p. 233-242. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/spgeo_0046-2497_1993_num_22_3_3209>
- WORDL BANK World Development Report: Infrastructure for Development. New York: Oxford University Press, 1994. Disponível em <http://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/c.html/world development report 2002/back matter/WB.0-1952-1606-7.back>

20 | POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

Sigla: ESZT010-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: o curso tem como objetivo dar aos alunos uma noção ampla sobre as características gerais das políticas de infraestrutura em termos de atores, interesses e instituições. O curso também visa apresentar e discutir as especificidades históricas, institucionais, legislativas e os desafios dos principais setores de infraestrutura, como saneamento, eletricidade, energia, transportes e telecomunicações.

Ementa: Características gerais das políticas de infraestrutura - atores, interesses e instituições. Especificidades históricas, institucionais, legislativas e os desafios dos principais setores de infraestrutura - saneamento, eletricidade, energia, transportes e telecomunicações. Desenvolvimento histórico das políticas de infraestrutura no Brasil: governo, burocracia e iniciativa privada; características das políticas de infraestrutura: interesses, grupos organizados, arenas de poder; regulação e agências; atração de investimentos, riscos, sunkcosts, contratos e desequilíbrios; legislação, legislação, instituições e desafios dos setores: energia, eletricidade, água e saneamento, transportes, telecomunicações.

Bibliografia Básica:

ABRANCHES, S. H. H. Reforma regulatória: conceitos, experiências e recomendações. Revista do Serviço Público, 1999, ano 50, no. 2, abril/junho Disponível em <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/345/351>>

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Relatório sobre a reforma regulatória no Brasil: fortalecendo a governança para o crescimento. Casa Civil/Presidência da República: Brasília, 2009. Disponível em <<http://www.regulacao.gov.br/livros/brasil-fortalecendo-a-governanca-para-o-crescimento/em-portugues>>

SALGADO, L. H.; FIUZA, R.(orgs). Marcos Regulatórios no Brasil: é tempo de rever as regras? Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/15_Livro_completo.pdf>

Bibliografia Complementar:

BOSCHERINI, F.; POMA L. Territorio, conocimiento y competitividad de las empresas: el rol de las instituciones en el espacio global. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2000.

DORNIER, E. et al. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2000.

LEVY, B.; SPILLER, P. T. (Eds.). Regulations, Institutions and Commitment: Comparative Studies of Telecommunications. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. Revista do Serviço Público, ano 50, no. 1, janeiro-março, 1999. Disponível em <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2707>

PIRES, J C L. Desafios da reestruturação do setor elétrico brasileiro. Textos para discussão 76.

Rio de Janeiro: BNDES, 2000. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/Td-76.pdf> PÓ, M. V; ABRUCIO, F. L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. RAP - Revista de Administração Pública, 40 (4), pp 679-698, Jul/Ago. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/2410/241016429009.pdf>>

21 | POLÍTICA HABITACIONAL

Sigla: ESZT011-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar e conceitos e metodologias para cálculo do déficit habitacional. Introduzir panorama histórico da política habitacional no Brasil. Promover debate crítico sobre a ação do estado e mercado na área habitacional. Conhecer experiências relevantes.

Ementa: O papel do Estado, do mercado e dos movimentos sociais na produção da habitação e da cidade. Condicionantes da precariedade habitacional e sua relação com as especificidades do processo de urbanização. Evolução da ação governamental no Brasil. A produção da habitação e da cidade. Estado, mercado e a produção da moradia. Precariedade habitacional no Brasil. Política habitacional no Brasil: evolução da ação governamental. Recuperação ambiental de assentamentos precários: alcances e limitações. Articulação da política habitacional, urbana e ambiental.

Bibliografia Básica:

ABRAMO, P. O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. In: ABRAMO, P. (Org.) Favela e o Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Coleção Habitare, v.10. Porto Alegre: ANTAC, 2009. Disponível em <http://issuu.com/habitare/docs/colecao_10> BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: FAPESP, 1998. MARICATO, E. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar:

ALLEN, C. Housing Market renewal and social class. New York: Routledge, 2008. ARRETCHE, M. T. Desarticulação do BNH e autonomização da política habitacional. In: ARRETCHE, M. T; RODRIGUEZ, V. (Org.). Descentralização das Políticas Sociais no Brasil. São Paulo/Brasília, 1999, v. 1, p. 89-125 CARDOSO, A. L.; ARAUJO R. L. Necessidades Habitacionais. In: DENALDI, R. (Org.). Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: BRASIL; Ministério das Cidades, 2009. Disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD-PLHIS_publicacao.pdf DENALDI, R. (org.) O desafio de planejar a cidade: política urbana e habitacional de Santo André SP, 1997-2008. São Paulo, SP: Annablume, 2012 DENALDI, R. (org.). Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo, SP: Annablume, 2013.

22 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL

Sigla: ESZP009-13

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Identificar e caracterizar as políticas públicas de intervenção territorial no Brasil, destacando seus objetivos, modalidades de ação e alcance dos resultados.

Ementa: Caracterização do processo de urbanização brasileira: questões econômicas, fundiárias, sociais, culturais e ambientais e seus impactos na formação das cidades e regiões. Políticas públicas, produção do espaço e dinâmicas sociais. Agentes e escalas de produção do espaço. Instrumentos de planejamento e gestão do território. Alcances e limitações do planejamento e dos instrumentos normativos. Novos paradigmas de planejamento ambiental, urbano e regional.

Bibliografia Básica:

KLINK, J.; Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. Educação, Porto Alegre, v. 32, nº 2, p. 217-226, maio/ago 2009.

LEAL, S; M. R. Território e escalas de cooperação e gestão consorciada: o caso francês e seus aportes à experiência brasileira. Cadernos Metrópole, nº 20, p. 57-79, 2º sem. 2008.

SANTOS, M.; et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R.. Brasil século XXI por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABRÚCIO, F. L., SOARES, M.. Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Pesquisas nº 24, 2001.

CARDOSO, E. D., ZVEIBIL, V. Z. (orgs.). Gestão metropolitana: experiências e novas perspectivas. Rio de Janeiro: IBAM, 1996. p. 131-149.

COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

DEÁK, C.. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. Espaço e Debates (28), 1989.

DÉAK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

IBGE. Regiões de Influência das Cidades - 2007. Rio de Janeiro, 2008. 201p.

IPEA; IBGE; UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001.

MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaços e Debates (6), Jul/set 1982.

RIBEIRO, L. C. Q. (org.). O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. p. 525-551.

RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. (orgs.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Renavam: FASE, 2003. p. 53-70.

SANTOS, M.. (1993). A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC.

SANTOS, M.. SILVEIRA, M. L.. (2001). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2^a ed. Rio de Janeiro: Record.

SCARLATO, F. C. (1995). População e Urbanização Brasileira. In ROSSI, J. L. S. (org.) Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

23 | POLÍTICAS SOCIAIS

Sigla: ESHP018-14

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos:

Ementa: O conceito de cidadania. Estado de bem-estar social. Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Seguridade Social. Política de previdência. Política de saúde. Política de assistência social. Política de educação. Política habitacional.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo (2001). A Cidadania no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira.
ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova, São Paulo, n. 24, Sept. 1991.

HARTLEY, Dean. Social Policy. Polity, 2012.

Bibliografia Complementar:

DRAIBE, S. (1989). "As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84". In: Soares, Gláucio & D'Araújo, Celina (1994). 21 Anos de Regime Militar. Rio de Janeiro: FGV.

DRAIBE, Sonia. "A política social no período FHC e o sistema de proteção social". Tempo Social. USP. nov 2003, pp. 63-101. 2003.

FARIA, C.A, Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar social. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 39, 1998

HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

WERNECK VIANA, M. (1997). "Benefícios privados, vícios públicos: dilemas atuais da seguridade social no Brasil." In: Diniz, E. e Azevedo, S. (org.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. UNB/Enap.

WERNECK VIANA, M. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ/REVAN, 1998.

24 | SANEAMENTO AMBIENTAL

Sigla: ESZT012-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Desenvolver conteúdos normativos e técnicos sobre o saneamento e gestão ambiental. Conhecer casos e práticas envolvendo o saneamento ambiental.

Ementa: Conceitos, características e interfaces dos sistemas de Saneamento Ambiental e da gestão ambiental. Serviços públicos de saneamento básico, manejo de águas pluviais, abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, limpeza urbana. Saúde pública e saneamento. Lei Nacional do Saneamento Básico e os instrumentos das políticas e da gestão de serviços de saneamento ambiental.

Bibliografia Básica:

BRASIL. MINISTERIO DAS CIDADES; ORGANIZACAO PAN-AMERICANA DA SAUDE. Política e plano municipal de saneamento ambiental: experiências e recomendações. Brasília: OPAS, 2005. Disponível em http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/Politica_Municipal_Saneamento.pdf

BRASIL. Ministério das Cidades. Plano Nacional de Saneamento Básico 2011. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. Disponível em <http://www.cidados.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=736:brasil-tera-seu-plano-nacional-de-saneamento-basico-em-2011&catid=84&Itemid=113>

CARVALHO, A. R.; OLIVEIRA, M. V. C. Princípios básicos do saneamento do meio. SENAC

Bibliografia Complementar:

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. Ministério das Cidades: <www.snis.gov.br>.

JACOBI, P. Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, N. T. GERSCHMAN, S.; EDLER F. C.; SUAREZ, J. M. (Orgs.) Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

PHILIPPI JR. A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Coleção ambiental. Barueri: Manole, 2005.

WORLD BANK. Monitoring environmental progress: a report on work in progress. Washington: WB, 1995. Disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1995/09/01/000009265_3961219103652/Rendered/PDF/multi_page.pdf

25 | SEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS

Sigla: ESZT013-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Discutir as políticas públicas de gestão de riscos (naturais e tecnológicos) em âmbito nacional, estadual e municipal e suas relações com o Planejamento Territorial. Estudar a vulnerabilidade dos territórios a partir de análises socioambientais. Proporcionar a compreensão da atuação dos agentes públicos e lideranças comunitárias nas ações de defesa civil. Desenvolver atividades práticas de capacitação em gestão de riscos para as comunidades locais.

Ementa: Aspectos das políticas públicas de segurança - as questões de risco e vulnerabilidade social e territorial - articulação com políticas sociais e ambientais, alcance de ações preventivas, o apoio das comunidades, a defesa civil. Conselhos estaduais, municipais e comunitários de segurança. Policiamento comunitário.

Bibliografia Básica:

BEATO, C. Crimes e Cidades. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BECK, U. Sociedade de Risco – Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

VELHO, G. Mudança, crise e violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IANNI, O. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PINHEIRO, P.S., ALMEIDA, G. A. Violência Urbana. São Paulo: Publifolha, 2003.

WORLD BANK - Independent Evaluation Group (IEG) (2006). Hazards of Nature, Risks to Development, an IEG evaluation of World Bank assistance for natural disasters

http://www.worldbank.org/ieg/naturaldisasters/docs/natural_disasters_evaluation.pdf

26 | SUSTENTABILIDADE E INDICADORES

Sigla: ESZT014-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo da disciplina é discutir as várias abordagens teóricas de sustentabilidade, sustentabilidade forte, fraca e aquelas que buscam um meio termo entre essas duas abordagens, e as formas de medi-la. Serão apresentados e discutidos indicadores elaborados a partir da década de 1990, seus alcances e limitações, bem como, os debates que ocorreram desde então na busca por indicadores que possam exprimir e informar os aspectos de sustentabilidade necessários para planejamento e gestão.

Ementa: Indicadores como instrumentos de gestão para a sustentabilidade. A utilização de indicadores para políticas, planos, projetos e processos. A sustentabilidade como desafio, paradigma e conceito em políticas, planos, projetos e processos. A evolução dos indicadores aplicados à sustentabilidade. Indicadores de sustentabilidade: parâmetros, aplicabilidade, deficiências e possibilidades de utilização. O papel da informação e da mídia para a utilização de indicadores na gestão da sustentabilidade. Desenvolvimento de indicadores. Estudos de caso.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, L. D. C. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. Revista Ambiente & Sociedade, ano III(6/7), 2000. 15-30. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2000000100002&lng=en&nrm=iso

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade. Uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEIGA, E. Economia Socioambiental. São Paulo: SENAC, 2003.

Bibliografia Complementar:

DOUROJEANNI, A. Procedimientos de gestión para el desarrollo sustentable: aplicado a microrregiones y cuencas. Santiago: CEPAL, 1993. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/4457/lcl1053s.pdf>>

GIBSON, R. B. Sustainability Assessment - Criteria, Processes and Applications. London: Earthscan, c2005.

JANNUZZI, P. D. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. RAP - Revista de Administração Pública, 36(1), 51-72, 2002. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427/5011>>

YOUNG, O. R. The Institutional Dimensions of Environmental Change. Fit, Interplay, and Scale. Massachusetts: The MIT Press, 2002.

FERREIRA, L. D. C. Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas. Revista Ambiente & Sociedade, ano III(6/7), 2000. 15-30. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2000000100002&lng=en&nrm=iso

27 TERRITÓRIO E LOGÍSTICA

Sigla: ESZT015-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Problematizar a interface entre Território e Logística, caracterizando as oportunidades de planejamento para o desenvolvimento territorial. Estabelecer vínculos com as políticas públicas de infraestrutura e transportes. Conhecer as novas formas de organização da produção no mundo globalizado a partir de matrizes logísticas.

Ementa: Da logística empresarial para a logística do território. Integração vertical e integração horizontal das cadeias produtivas. Just-in-time e produção flexível. Redes de comunicação e redes de transporte. Conteinerização e intermodalidade. Sistemas logísticos e operadores logísticos. Logística das operações globais. Cidades portuárias. Corredores bioceânicos. Plataformas logísticas. Centros de distribuição e cadeias de abastecimento metropolitano. Políticas de infraestrutura.

Bibliografia Básica:

COCCO, G., SILVA, G. Cidades e portos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MONIE, F., SILVA, G. A mobilização produtiva dos territórios. Instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLEURY et al. (org.) Logística Empresarial. A perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

BLUMBERG, D. F. Introduction to management of reverse logistics and closed loop supply chain processes. Boca Raton. CRC Press, 2005.

DORNIER, E. et al. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2000.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P. R.; VENABLES, A. The spatial economy cities, regions and international trade. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001.

MARTEL, A.; VIERA, D. R. Análise e projeto de redes logísticas. São Paulo: Saraiva, 2010.

ZIONI, S. Espaços de Carga na Região Metropolitana de São Paulo. In: Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010, Natal RN. Anais do Seminário. Observatório das Metrópoles. Natal: UFRN, 2010. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST1_Silvana_Zioni.pdf>

SILVEIRA, M. R. Circulação, transporte e logística - diferentes perspectivas. Outras Expressões, 2011.

28 TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA

Sigla: ESTU021-17

TPI: 2-0-4

Carga Horária: 24h

Recomendação: Não há

Objetivos: O objetivo desta disciplina é desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre os sistemas de transportes e a mobilidade urbana; estimulando a crítica sobre os problemas relativos aos transportes e o desenvolvimento urbano.

Ementa: O programa aborda os contextos históricos e socioespaciais, a complexidade das relações de transportes e desenvolvimento, a caracterização da diversidade espacial, a relação entre circulação e transporte urbano e a teoria do urbanismo, marcos institucionais, a evolução da organização dos sistemas de transportes, o plano nacional de mobilidade urbana, a articulação entre políticas de transpores, tópicos sobre gestão da mobilidade e transporte urbano.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília, 2004. [*disponível em* www.cidados.gov.br]

BRASIL. Ministério das Cidades (2006) – A Mobilidade Urbana no Planejamento da Cidade – Ministério das Cidades, Brasília, 2006. [*disponível em* www.cidados.gov.br]

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2000. ISBN 9788574191591.

Bibliografia Complementar:

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 346 p. ISBN 9788531405136.

GOMIDE, A. A. Transporte Urbano e Inclusão social: elementos para políticas públicas. IPEA - Texto para discussão nº 960. Brasília: IPEA, 2003. ISSN 1415-4765.

SANTOS, Enílson; ARAGÃO, Joaquim. Transporte em tempos de reforma: ensaios sobre a problemática. Brasília: LGE Editora, 2000. 511 p. ISBN 9788572380577.

VASCONCELLOS, E. A. Transporte Urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001. ISBN 8574191841.

VILLACA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001. 373 p. ISBN 9788585445751.

29 | URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Sigla: ESZT016-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Desenvolver a compreensão crítica do processo de urbanização brasileiro, a partir de referências teóricas e históricas que explicitam suas características econômicas, políticas, sociais e territoriais. Desenvolver a capacidade de leitura e interpretação das desigualdades socioterritoriais em diferentes escalas, considerando a formação da rede de cidades brasileira, o espaço interurbano e sua configuração atual. Fornecer subsídios para a análise de problemas territoriais e setoriais contemporâneos, situando-os historicamente.

Ementa: O processo de urbanização brasileira. Os problemas urbanos. Estudo das características do espaço interurbano brasileiro. Ocupação do território e processo de urbanização. Desequilíbrios regionais e concentração urbana. Aspectos jurídicos, institucionais, sociais, culturais e ambientais do processo de formação e uso do espaço urbano brasileiro. A questão fundiária e urbanização legal e ilegal. Relações entre uso do solo e infraestrutura, habitação e mobilidade urbanas. Segregação urbana. Urbanização dispersa, formação de novas centralidades e dinâmicas de áreas centrais.

Bibliografia Básica:

- IBGE. Regiões de Influência das Cidades - 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml>>
DEÁK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

Bibliografia Complementar:

- BUENO, L. M.; CYMBALISTA, R. Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento Territorial. São Paulo: Annablume, 2007.
IPEA; IBGE; UNICAMP. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v01.pdf>
KOWARIC, L. A Espoliação Urbana. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1996.
MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.
MARICATO, E. O Impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2010.
OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

30 | TÓPICOS ESPECIAIS EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Sigla: ESZT018-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Possibilitar a discussão e reflexão de temas extracurriculares relacionados ao planejamento e a gestão do território.

Ementa: O curso terá o programa definido em função do andamento das pesquisas, projetos e conteúdos que estão sendo realizados no âmbito do Planejamento Territorial.

Bibliografia Básica:

Será estabelecida a partir da definição do programa em cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Será estabelecida a partir da definição do programa em cada quadrimestre.

31 | PRÁTICAS ESPECIAIS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Sigla: ESZT020-17

TPI: 0-4-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Ter cursado a disciplina de Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial.

Objetivos: Possibilitar a prática e a discussão de temas extracurriculares relacionados ao planejamento e a gestão do território.

Ementa: O curso terá o programa definido em função do andamento das pesquisas, projetos e conteúdos que estão sendo realizados no âmbito do Planejamento Territorial.

Bibliografia Básica:

Será estabelecida a partir da definição do programa em cada quadrimestre.

Bibliografia Complementar:

Será estabelecida a partir da definição do programa em cada quadrimestre.

32 | MODELOS ECONÔMICOS E ANÁLISE DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Sigla: ESZT022-17

TPI: 4-0-4

Carga Horária: 48h

Recomendação: Não há

Objetivos: Apresentar aos alunos as bases epistemológicas e metodológicas do uso de modelos econômicos para a análise do território. Discutir os principais modelos de desenvolvimento relacionados ao pós-fordismo, incluindo: modelos de distritos industriais, a “escola californiana” e evolução das análises sobre dinâmicas de inovação e aprendizado no território.

Ementa: Limites potencialidades de utilização de modelos econômicos na análise das dinâmicas territoriais. Exemplos de modelos usados na análise econômica das dinâmicas territoriais. Utilização de modelos na elaboração, monitoramento e avaliação de projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento territorial (regional/metropolitano/urbano/rural). Conceitos de modelagem. A economia de bem-estar social e a análise custo-benefício. A economia urbana e o modelo da base de exportação. O Modelo Lowry e a projeção do uso e da ocupação do solo no território urbano e regional. Modelos de insumo – produto. Modelos de fluxo de caixa descontado do mercado imobiliário e da política urbano-regional. Perspectivas: modelos econômicos e a elaboração, execução e avaliação de projetos, programas e políticas territoriais.

Bibliografia Básica:

CARTWRIGHT, T. J. Modeling the world in a spreadsheet. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1993

BENDAVID-VAL, A. Regional and Local Economic Analysis for Practitioners. New York: Praeger, 1991.

KLOSTERMAN, R. E.; BRAIL, R. K.; BOSSARD, E. G. Spreadsheet models for urban and regional analysis. New Brunswick: Rutgers, The State University of New Jersey, 1993.

Bibliografia Complementar:

DAMASIO, C.(Org.). Urbanizador social: Da informalidade à parceria. New York: Lincoln Institute, 2006.

JONES, G. A. Urban Land Markets in transition. CD-rom. New York: Lincoln Institute, 2003.

NOVAES, A. G. Modelos em Planejamento Urbano, Regional e de Transportes. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1981.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. Novos estud. – CEBRAP, 2011, n.89, pp. 89-109. ISSN 0101- 3300.<<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>>

SMOLKA, M.; MULLAHY, L. Temas criticos en politicas de suelo en America Latina. New York: Lincoln Institute, 2007.